

Reminiscências Ufalinas

Jaime Evaristo



*Lembranças da minha
relação com
a Universidade Federal de Alagoas*



Reminiscências Ufalinas

Reminiscências Ufalinas

Lembranças da minha relação com a
Universidade Federal de Alagoas

Jaime Evaristo

Maceió | Alagoas | 2018

É proibida a reprodução desta obra sem a prévia permissão, por escrito, do autor. Os infratores serão punidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Editora Q Gráfica

Av. Lourival Melo Mota, s/n Campus A. C. Simões

Km 97,6 – BR 101 – Tabuleiro do Martins CEP 57.072-970 – Maceió (AL)

Fones: (82) 99351.2234 / 98748-9846 / 98214-3281 / 99993-3049

qgrafica@yahoo.com.br

Capa:

Ailton Cruz

Diagramação

Edmilson Vasconcelos

Supervisão gráfica

Márcio Roberto Vieira de Mélo

Catálogo na fonte

Departamento de Tratamento Técnico da Editora Q-Gráfica

Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins de Lima

E92r

Evaristo, Jaime.

Reminiscências Ufalinas : lembranças da minha relação com a Universidade Federal de Alagoas / Jaime Evaristo. – Maceió : Q-Gráfica, 2018.
222 p. : il.

1. Jaime Evaristo dos Santos. 2. História. 2. Biografia. 3. Universidade Federal de Alagoas. 4. Engenharia Civil. I. Título.

CDU: 929

À mamãe.

Ao papai.

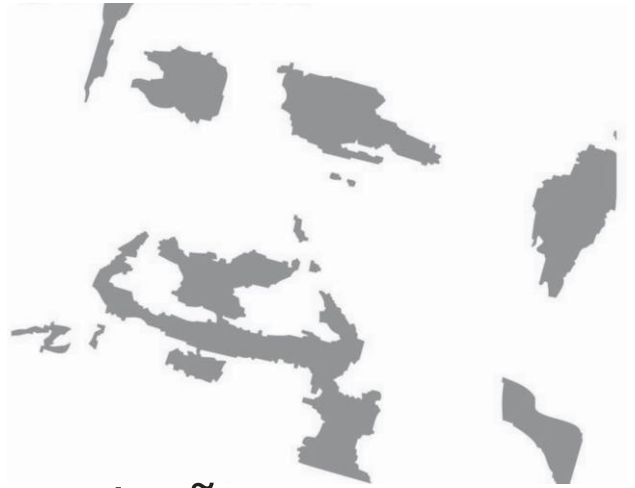


Sumário

Apresentação	13
Prefácio	15
A escolha do curso de graduação	15
Meu primeiro contato com a UFAL	19
As alterações no vestibular de 1969	23
O vestibular	27
O resultado do vestibular	33
O trote	35
O primeiro ano	39
Meus primeiros empregos	43
A bolsa	47
O Torneio dos feras	51
O segundo ano	53
O terceiro ano	57
Os Jogos Universitários	63
O quarto ano	67

O quinto ano	69
A colação de grau	71
A seleção pública para Auxiliar de Ensino da UFAL	77
A posse como Auxiliar de Ensino da UFAL	81
O mestrado na UFPE.....	85
O concurso para Professor Assistente.....	93
A divisão do Departamento de Matemática.....	97
A Coordenação do Curso de Matemática	99
A primeira greve dos professores da UFAL	103
Minhas primeiras “palavras do paraninfo”	105
Minha transferência para o Departamento de Matemática Aplicada.....	110
O Curso da Especialização em Matemática Aplicada:	
Computação	114
Minhas primeiras disciplinas do curso de Ciência da Computação.....	117
Meu primeiro livro.....	121
O erro no primeiro exemplo	125
O impedimento do camarão.....	127
A vice-direção do Centro de Ciências Exatas e Naturais	131
Os computadores PS1 e a minha segunda “atividade de extensão”	135
Cadeados nos computadores e o mutirão da pintura	139
A eleição para diretor do.....	143
Centro de Ciências Exatas e Naturais	143
Finalmente! Atividades de extensão.....	145
O segundo livro	149
Uma lembrança “não acadêmica”	153
A direção do CCEN.....	157
Cabelo e barba.....	161

O mais longo dos dias.....	167
O terceiro livro	171
A reformulação do segundo livro (da série mais um deslize prescrito).....	175
O que o amor uniu	179
A nova estrutura acadêmico-administrativa da UFAL: o fim do CEEN	183
A despedida do CCEN	187
O hino da UFAL.....	189
As Medalhas de Mérito Universitário.....	195
As edições digitais dos livros.....	199
O II Congresso de Computação de Arapiraca	203
As lembranças mais recentes.....	207
A aposentadoria, o retorno e mais uma grande emoção.	211
Mais uma grande e emocionante surpresa	215
Posfácio	219



Apresentação

Este livro relata parte da vida de um profissional apaixonado pelo magistério e seu campo de trabalho, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), contando-nos seu ingresso, ainda muito jovem, no curso de Engenharia Civil, sua vivência como estudante universitário e sua vida profissional na instituição. A obra também fala de suas experiências, seus anseios, seus sonhos e sua esperança em vencer na vida, ter um futuro brilhante como Engenheiro Civil, e de sua paixão pelo magistério, descoberta a partir do instante em que lhe foi dada uma oportunidade para viver a grandeza do ser professor.

O contato com as pessoas, a troca de experiências e a aprendizagem do aprender a aprender, o fato de ter passado por vários níveis na sua carreira profissional (cursinhos pré-vestibulares, ensino médio em escolas das redes pública e privada, monitoria na UFAL, professor do ensino superior) tornaram-no um educador por excelência.

Realizado na sua profissão, Jaime vibra com cada aula que ministra, com cada grupo de alunos que convive, afirmando sempre

“hoje foi mais um dia de muitas alegrias e emoções vividos com meus alunos”. Quando prepara suas aulas, transmite um otimismo sem par em relação às diversas fases do processo ensino/aprendizagem, o que incentiva a todos a acreditar cada vez mais em algo que é óbvio, mas que, às vezes, todos os que atuam nesse processo claudicam: vale a pena estudar sempre, aprender cada vez mais.

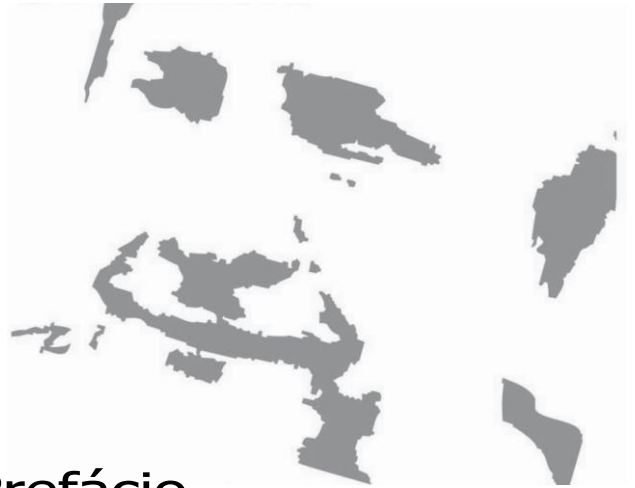
Como autor do seu hino, Jaime demonstrou todo seu amor pela UFAL; como autor de livros didáticos ele conseguiu alcançar o objetivo de levar aos alunos uma forma diferente de aprendizagem, tendo sempre em conta que eles foram as inspirações de suas produções.

Convido a todos a conhecer a jornada bonita do Jaime pelos caminhos da UFAL. Tenham a certeza: valerá a pena “participar” da luta de um jovem sonhador que declara hoje que conseguiu ser feliz como profissional, como homem e, enfim, como pessoa.

Para finalizar, vou contar algo muito particular: esse cara do qual estou falando é meu esposo, pai das minhas filhas, avô dos meus netos, amigo dos meus amigos e o amor da minha vida. Tenho ainda um pedido: por favor, acreditem que não há nada de “nepotismo” nas linhas que escrevi.

Maceió, janeiro de 2015.

Salete Lamenha

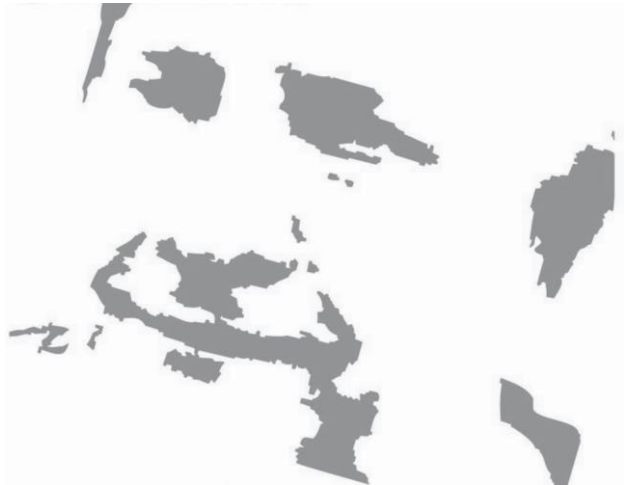


Prefácio

Confesso que tenho um medo danado de ser taxado de pretencioso. Esse receio fez com que eu relutasse muito em publicar este livro (as datas da apresentação e desse prólogo indicam claramente esse meu relutar). Escrevê-lo, deu-me muito prazer, mas publicá-lo.... Afinal, não é uma tremenda pretensão alguém, digamos, não notável, escrever um livro de memórias? Mas, meu débito com o Aílton, que desenvolveu com brilhantismo o projeto da capa, e conversas recentes com Perdigão, Jalves e Roosevelt, meus amigos da Engenharia Civil, e com a minha amiga Graça (madrinha da minha filha Aninha) encorajaram-me a finalmente “colocar o bloco na rua” (se, por um lado, a demora na publicação trouxe-me vários momentos de angústia, por outro, permitiu-me acrescentar mais alguns fatos inolvidáveis ocorridos no corrente ano).

Portanto, estão aqui as lembranças da minha relação com a Universidade Federal de Alagoas, a quase totalidade delas vividas com muito prazer e emoção.

Maceió, dezembro de 2016.



1

A escolha do curso de graduação

Em janeiro de 1966, havia em Alagoas apenas duas instituições de ensino superior: a Escola Padre Anchieta, mantida pela Arquidiocese de Maceió, e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A primeira oferecia somente o curso de Serviço Social¹, enquanto que a UFAL, através das suas unidades Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ofertava os cursos de Direito, Economia Engenharia Civil, Medicina, Odontologia e de licenciatura em Filosofia, Ciências e Letras.

Considerando um aluno do sexo masculino pobre, a escolha pelo curso de Serviço Social apresentava dois elementos impeditivos:

¹ Após uma luta intensa dos seus alunos, o curso de Serviço Social da Escola Padre Anchieta foi incorporado à Universidade Federal de Alagoas no final dos anos de 1970.

1. O curso não era gratuito;
2. Bem mais que nos dias de hoje, um curso de Serviço Social era procurado basicamente por mulheres.

A “feminilidade” do curso de Serviço Social reproduzia-se nos cursos de licenciatura em Filosofia, Ciências e Letras, principalmente, no primeiro e no terceiro. (De um modo geral, os professores do sexo masculino de Matemática eram oriundos (alunos ou graduados) dos cursos de Engenharia Civil e de Economia, os de Física do curso de Engenharia Civil, os de Biologia dos cursos de Medicina e de Odontologia, os de Química dos cursos de Medicina e de Engenharia Civil e os de Português do curso de Direito).

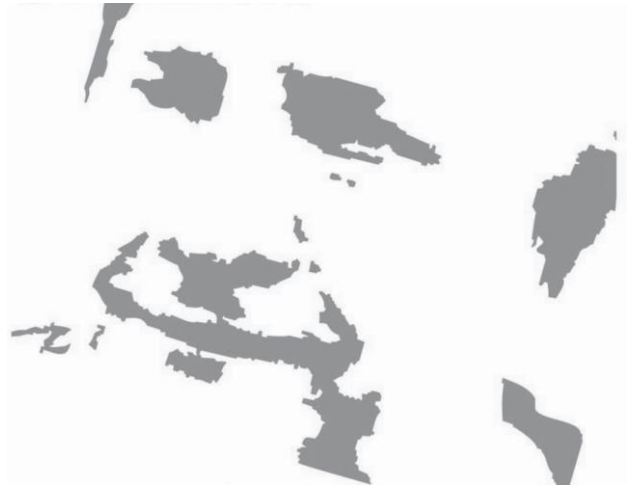
Nesse contexto, restava-me escolher Direito, Economia, Engenharia Civil, Medicina ou Odontologia. Circulavam informalmente algumas “máximas” que dirigiam a opção por um desses cursos: quem “gostava” de Matemática ia fazer Engenharia ou Economia; quem “não gostava” de Matemática, mas “gostava” de Biologia optava por Medicina ou Odontologia e quem “não gostava” de Matemática nem de Biologias escolhia Direito. (Havia outros “axiomas” horríveis: “quem ‘gostava’ de Matemática e tinha medo de não passar em Engenharia ia fazer Economia”, quem ‘gostava’ de Biologia e tinha medo de perder em Medicina e fazer Odontologia”).

Ao concluir o Ginásio (etapa do processo de aprendizagem que corresponde atualmente às cinco últimas séries do Ensino Fundamental) e ingressar no Científico (atualmente, Ensino Médio), todo aluno tinha que escolher o provável curso superior ao qual ele ia candidatar-se. A necessidade da antecipação dessa definição tinha a seguinte razão. O vestibular para cada curso era definido, planejado e executado por cada unidade de ensino, o que implicava avaliações sobre conjuntos de disciplinas diferentes (enquanto o vestibular do curso de Engenharia Civil avaliava Matemática, Física, Química e Geometria Descritiva, o do curso de Medicina avaliava Português, Biologia, Física e Química, por exemplo).

Assim, para atender demandas distintas, os principais colégios do estado em relação à preparação para o vestibular, o Colégio Estadual de Alagoas e o Colégio Moreira e Silva (ambos públicos, pasmem os leitores comparando com a situação atual), dividiam as séries do curso científico em turmas para Engenharia (e Economia), Medicina (e Odontologia) e Direito, cada uma delas com grade curricular própria. Por exemplo, a grade curricular das turmas de Engenharia do Estadual contemplava Matemática e Física nos três anos do curso científico, Química era vista nos primeiro e terceiro anos, Português era estudado apenas no primeiro ano e Biologia, somente no segundo ano.

Além de “gostar” de Matemática, outros dois fatores influíram na minha escolha pelo curso de Engenharia Civil. O primeiro foi o fato de que meu irmão mais velho, Joel (José Evaristo dos Santos, no registro de nascimento), já fazia esse curso e o segundo é que havia passado a minha infância morando na Estação de Tratamento D’Água do Cardoso, em Bebedouro, e acompanhava meu pai nos diversos processos, inclusive análises químicas básicas, do tratamento da água que abastecia Maceió.

Assim, em março de 1966, com quatorze anos e oito meses de idade, comecei meus estudos do Curso Científico na turma de Engenharia do Colégio Estadual de Alagoas.



2

Meu primeiro contato com a UFAL

Muito ao contrário dos dias de hoje, a educação pública em Alagoas funcionava plenamente. Os grupos escolares, que ofereciam o curso Primário (o equivalente hoje às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental) e os colégios, que ofertavam os cursos Ginásial e Científico, permitiam uma formação adequada. Bons e dedicados professores, além de instalações razoáveis, eram a tônica das escolas públicas. Porém, também ao contrário dos dias de hoje, além das aulas, nada era oferecido aos estudantes. Material escolar, fardamentos e merendas não eram distribuídos aos alunos. Por outro lado, as escolas eram muito exigentes com o portar material escolar (livros, cadernos e lápis) nas aulas e com o fardamento oficial do estabelecimento. Um estudante que estivesse sem uniforme completo (sapato, meia, calça/saia e blusa) não entrava na escola; se não levasse o livro e o caderno para a aula poderia ser punido.

(Havia casos, pasmem os leitores, em que a escola obrigava as famílias adquirirem um uniforme específico para o desfile escolar em comemoração à emancipação política de Alagoas). Esses fatos tornavam, paradoxalmente, a educação pública, que era gratuita, numa educação cara.

Meu pai era funcionário público estadual, lotado no Serviço de Água e Esgoto de Maceió (SAEM). Se nos dias de hoje a remuneração dos servidores públicos de Alagoas é péssima, nos anos sessenta, era perversa. Papai, mesmo com a ajuda da mamãe, que ganhava alguma renda costurando vestidos para algumas freguesas, tinha dificuldades financeiras para criar e educar os seus sete filhos. A alternativa que ele encontrou (não contestada em momento algum pelos meus irmãos, pelo que me consta) foi estabelecer que todo filho ao completar quatorze anos iria trabalhar e continuaria seus estudos em cursos noturnos. E assim aconteceu com o Joel, o Jairo, a Judite e o João, meus irmãos mais velhos. (Vale ressaltar que, à época, a lei não impedia trabalho para adolescentes de quatorze anos. De certa forma, o ato de trabalhar nessa idade era fato elogiado).

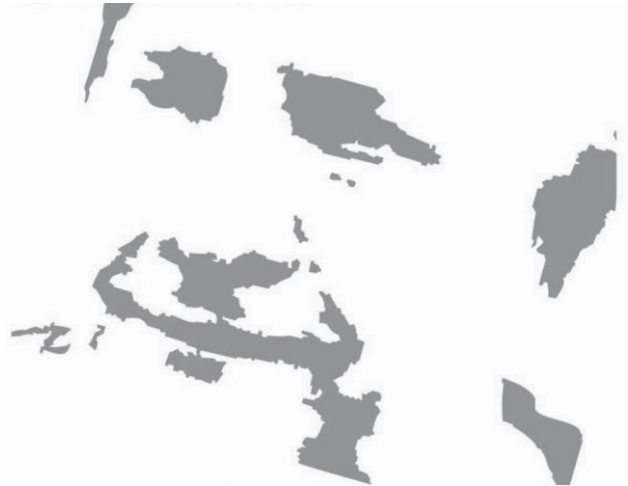
Para minha surpresa, um pouco antes de atingir a idade limite, meus irmãos reuniram-se com o papai e decidiram que eu continuaria apenas estudando, permitindo-me assim continuar meus estudos no turno diurno. Se, por um lado, a decisão foi-me muito agradável, por outro, incutiu-me uma grande responsabilidade no sentido de progredir, de forma além do satisfatório, na minha vida estudantil.

Não lembro o porquê (tenho certeza apenas que não houve nenhum sentido de cobrança em relação ao exposto no parágrafo anterior), em dezembro de 1966, quando havia concluído o primeiro ano científico, o Joel perguntou-me se eu estava entre os três melhores alunos da minha turma. Respondi que havia três colegas melhores alunos que eu, mas tinha uma possível explicação: pelo que eu sabia, esses colegas faziam aulas particulares. O Joel, então e de pronto, afirmou: no próximo ano, você vai frequentar um cursinho.

Como já havia escolhido o curso de graduação que iria tentar e como o único cursinho pré-vestibular de Engenharia Civil era o promovido pelo seu Diretório Acadêmico, em algum dia do mês de março de 1966, entrei na Escola de Engenharia da Universidade Federal de Alagoas, situada na Praça Sinimbu, para assistir à primeira aula “na UFAL”.

Fiquei entusiasmado com o cursinho. Sala ampla, bem iluminada, quadros de giz grandes, de um canto a outro da sala, professores excelentes, todos alunos do curso de Engenharia. Além disso, aquela sensação gostosa de já estar frequentando as dependências de uma faculdade.

Assim, passei o ano de 1967 assistindo a aulas pela manhã no Colégio Estadual de Alagoas e, à noite, a aulas do cursinho pré-vestibular de Engenharia Civil. Sem dúvida alguma, fazer o curso preparatório para o vestibular concomitante com o segundo ano científico foi muito importante para minha formação acadêmica e profissional.



3

As alterações no vestibular de 1969

Pelo que entendo hoje, o planejamento do terceiro ano científico do Colégio Estadual de Alagoas do ano de 1968 visava, basicamente, à preparação para o concurso vestibular. Apenas as disciplinas objetos de avaliação no certame eram estudadas. Como a Escola de Engenharia não fixou as normas do vestibular de 1969 com antecedência (lembro ao leitor que nessa época cada unidade de ensino da UFAL planejava e executava seu vestibular autonomamente), o plano de ensino do colégio foi baseado nas diretrizes do vestibular do ano anterior. Nesse contexto, as disciplinas ofertadas eram, apenas, Matemática, Física, Química e Geometria Descritiva. Em cada uma delas eram vistos os conteúdos usuais do terceiro ano científico e era feita uma revisão detalhada dos conteúdos das séries anteriores. Os professores eram bons ou excelentes e a nossa preparação fluía normalmente.

Para surpresa de todos e angústia profunda dos estudantes, as normas do vestibular, baixadas apenas em outubro (ou setembro, sendo otimista), modificavam substancialmente as regras do jogo: os conteúdos programáticos de Física e de Química foram ampliados, o vestibular passou a ser realizado em duas etapas e foi incluída uma prova de Português.

No programa de Física, que era constituído de Mecânica (Cinemática, Estática e Dinâmica), Hidrostática, Termologia, Acústica, Eletricidade e Magnetismo, foi incluído o que na época chamava-se “Física Moderna”. Para que o leitor tenha uma ideia de quanto essa inclusão afetou-nos, os livros adotados pelos nossos professores não contemplavam o conteúdo inserido. Esse conteúdo era contemplado, apenas, num livro clássico de Física, denominado simplesmente de Blackwood (o sobrenome de um dos seus autores), de acesso não muito fácil. No programa de Química, que contemplava apenas a Química Inorgânica, foi incluída a Química Orgânica.

Nos anos anteriores, o vestibular de Engenharia era constituído de uma única fase com a realização de provas de Matemática, Física, Química e Geometria Descritiva, com ponto de corte igual a 5,0. No novo formato, haveria uma fase eliminatória, com provas de Português e de Matemática, com nota mínima 7,0, e uma fase classificatória com provas de Física, Química e Geometria Descritiva (pontos de corte zero), as duas primeiras sendo aplicadas de forma unificada com os vestibulares de Medicina e de Odontologia.

A inclusão da prova de Português foi a modificação mais angustiante. Estávamos a quatro meses do concurso e fomos informados que iríamos ser avaliados numa disciplina que não estudávamos naquele ano e que contemplava Interpretação de Texto, um assunto de certa forma novo em avaliações de Português. Essa prova também incluía uma Redação e isso também me preocupou.

Ano após ano, circulavam comentários a respeito do tema da Redação do vestibular de Medicina (pelo que me consta, os vestibulares de Medicina sempre contemplaram uma avaliação de Português). Ao contrário dos dias atuais, em que são dados para o avaliando textos sobre um determinado assunto para que seja desenvolvida a Redação, na época era dado um tema (na maioria das vezes, o mais abstrato possível) para ser desenvolvido. No ano em que o tema foi “Um pingo d’água”, surgiram comentários que um candidato (certamente, não tendo conseguido desenvolver o assunto) escreveu:

Um pingo d’água

Nadei num oceano de conhecimentos e me afoguei
num pingo d’água.

Os comentários incluíam o fato de que, a despeito do “tamanho” da Redação, o concorrente foi aprovado. (Para gáudio dos vestibulandos, a abstração dos temas foi sendo paulatinamente abandonada: o tema do meu vestibular foi “Alagoas e o homem”).

A inclusão das duas fases no vestibular ensejou a ocorrência de dois fatos interessantes:

1. Ampliação do número de vagas do vestibular de Engenharia Civil.

Como dos cerca de duzentos e trinta vestibulandos (número aproximado) que concorriam às sessenta vagas disponibilizadas apenas trinta e seis foram aprovados na primeira fase, a Escola de Engenharia, com apoio da Reitoria da UFAL, decidiu realizar um novo vestibular (chamado, à época, “segunda época”) para preenchimento das vinte e quatro vagas não preenchidas, decidindo, em seguida, absorver todos os quarenta e seis candidatos aprovados nesse novo concurso, ampliando o número de vagas do curso para oitenta e duas,

número que teve de ser mantido nos anos posteriores.

2. Criação da primeira instituição estadual de Ensino Superior.

Como o número de candidatos aprovados na primeira fase (com provas de Português e Biologia) superou em muito o número de vagas disponíveis, os vestibulandos não classificados nesse número (que passaram a ser chamados “excedentes”) deflagraram um movimento junto à Faculdade de Medicina e à UFAL para absorção de todos. Não tendo obtido êxito, o movimento tomou as ruas de Maceió de forma crescente e contagiante (a despeito da ditadura que governava o país), culminando com um acampamento gigantesco na Praça dos Martírios, que só foi desativado após a criação pelo Governo do Estado (Governador Lamenha Filho) da Escola de Ciências Médicas de Alagoas (ECMAL), que absorveu todos os excedentes e deu origem à atual Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL),



4

O vestibular

Para alegria dos alunos do terceiro ano científico do Colégio Estadual de Alagoa do ano de 1968, turma de Engenharia, a reação da direção da escola às modificações intempestivas do vestibular de 1969 (citadas no capítulo anterior) foi muito positiva. O colégio ofereceu-nos um curso de férias preparatório para o vestibular, considerando as novas normas. Aí, tivemos aulas de Português e demos continuidade aos programas das outras disciplinas ou revisamos os conteúdos já estudados.

Assim, em algum dia de fevereiro de 1969 (nessa época, os vestibulares ocorriam pouco tempo antes do início do ano letivo), de posse do meu cartão de inscrição, dirigi-me ao Iate Clube Pajuçara para, nervoso e ansioso, começar a maratona de provas,

Ufal - CONCURSO DE HABILITAÇÃO DE 1969

INSCRIÇÃO Nº 417

Nome do Candidato: Jaime Evaristo dos Santos

Raimundo Nogueira Ferreira
— SECRETÁRIO DA CCCH —

Meu cartão de inscrição. Acervo pessoal.

A primeira prova, de Português, era subjetiva e consistia em consertar os erros gramaticais e/ou ortográficos de algumas frases, interpretar algumas frases poéticas e escrever uma redação sobre o tema “Alagoas e o homem”.

Para mim, o tema da redação foi muito bom. Um colega de Bebedouro, Otávalo, autodidata exemplar, propiciou um treinamento para alguns vestibulandos do bairro. Uma das redações do treinamento teve como tema “O mundo e o homem”. Comecei, então, a redação expressando a opinião que falar sobre “Alagoas e o homem” poderia ser visto como falar sobre “O mundo e o homem” e aí usei parte do texto que foi desenvolvido no treinamento. No final, lembro-me muito bem, utilizando a expressão “voltando ao tema em epígrafe” comentei alguma coisa sobre o tema específico e concluí minha tarefa. A nota que recebi em Português leva-me a acreditar que a banca corretora aprovou minha redação.

No dia seguinte, no mesmo local, foi realizada a prova de Matemática. Também subjetiva, a avaliação constava de dez

questões, algumas com dois ou quatro itens, para serem respondidos em quatro horas. Recordo-me que usei todo o tempo estabelecido e que saí do Iate extremamente cansado, mas confiante em ter feito uma boa prova.

Os dias seguintes foram de espera pela divulgação das notas dessas duas provas e de mais estudos relativos a conteúdos das provas que, possivelmente, viriam. Recebi uma primeira excelente notícia de uma pessoa que até então não conhecia e que depois se tornou meu amigo. Eu morava em Ponta Grossa, na Praça Getúlio Vargas, numa casa do tipo “porta janela” e fazia meus estudos individuais numa escrivaninha situada sob a janela, que era mantida aberta por questões de ventilação e de iluminação (na verdade, mais por questões de iluminação, para economizar energia!). Numa tarde em que estava concentrado na resolução de algum problema de Física, de Química ou de Geometria Descritiva, apareceu, de súbito, uma pessoa na janela e, pedindo-me segredo, falou mais ou menos o seguinte: “Você não me conhece, mas eu o conheço e sei o seu nome. Meu nome é Nabucodonosor e trabalho com um professor que é membro da banca corretora da prova de Matemática. Ele disse que a maior nota da prova foi a sua”. Evidentemente, fiquei muito alegre com a notícia, quase em êxtase. Afinal, agora só faltava a nota de Português para eu alcançar a segunda fase do vestibular. Agradei penhoradamente ao Nabuco (foi assim que passei a chama-lo durante o curso), mas cometi uma indelicadeza com ele: não o convidei para entrar, nem lhe ofereci, ao menos, um copo d’água.

O resultado oficial foi divulgado numa noite subsequente pela Rádio Difusora através da leitura da lista dos trinta e seis aprovados em ordem alfabética. Lamentavelmente, alguns colegas do Estadual, dentre eles um excelente aluno, não conseguiram aprovação (para minha alegria, a quase totalidade deles foi aprovada no vestibular da segunda época). Naturalmente, considerando que o ponto de corte

da segunda fase era 0,0, mesmo com o lamento do período anterior, a informação de que o número de aprovados na primeira fase foi inferior ao número de vagas trouxe-me tranquilidade.

A segunda fase estava marcada para o Ginásio do SESI da Cambona e seria realizada toda ela junto com os candidatos de Medicina e de Odontologia. Logo no primeiro dia, percebia-se um clima entre nós de Engenharia muito diferente do observado na primeira fase. Já havia a formação natural de grupos de candidatos que não se conheciam anteriormente, comentando as provas daquela fase e interagindo no sentido da futura convivência. A prova era de Física e quando a recebi veio a surpresa: a avaliação constava de quarenta questões de múltipla escolha, cada uma delas com quatro opções, com atribuição de ponto negativo para as questões assinaladas incorretamente de tal forma que quatro questões erradas anulariam uma questão correta. Não tínhamos (eu e meus colegas do Estadual) sido preparados para esse tio de prova! Estávamos acostumados a resolver questões subjetivas, em que o problema era posto e uma solução era desenvolvida. Além disso, a pontuação negativa para questões erradas era angustiante. Por mais que se tivesse certeza da correção da sua solução, vinha a dúvida: e se houver algum erro?

No dia seguinte, quando chegamos para a prova de Química, fomos informados que os candidatos de Engenharia seriam transportados para o prédio em que fiz o cursinho em 1967 (para lembrar: Escola de Engenharia, na Praça Sinimbu). Essa transferência gerou especulações invejosas (no bom sentido da inveja) por parte de alguns candidatos de Medicina: como o número de candidatos era menor que o número de vagas, as provas seriam suspensas e nós seríamos declarados aprovados. Mesmo entendendo a ilogicidade dessa afirmação, cada candidato saiu do SESI com essa esperança ou, mais ainda, com esse desejo. Afinal, a questão do ponto negativo era mais preocupante em Química, principalmente

para os oriundos do Estadual, que não haviam estudado o conteúdo de Química Orgânica, nem mesmo no curso de férias promovido pelo colégio. (Para ser justo: o excelente professor contratado para dar aulas de Química no curso de férias, Maurilúcio Martiniano, era aluno de Engenharia Civil e a Química que era estudada nesse curso não contemplava o estudo da Química Orgânica). Se fosse um jogo de futebol, o comentarista diria que eu joguei na defensiva: mais do que na prova de Física: só respondi as questões que tinha certeza absoluta (isso existe?) que minha resposta estava correta. Aparentemente, todos usaram essa tática, pois a média das notas de Química foi muito baixa.

No último dia, a prova (Geometria Descritiva) voltou a ser subjetiva (sem o temido ponto negativo) e o clima foi de regozijo e confraternização.



5

O resultado do vestibular

Vivi dias de ansiedade à espera do resultado. Não havia uma previsão do dia do anúncio. Quase que diariamente comparecia à Escola de Engenharia atrás de notícias. Muitos comparecimentos em vão. Ao chegar numa tarde, percebi um movimento diferente. Já havia alguns candidatos e alguns alunos veteranos. Senti que o resultado iria sair naquele dia. O número de candidatos e veteranos aumentava, minha tensão também. Mesmo tendo recebido a notícia do Nabuco de que teria obtido a maior nota em Matemática, fiquei surpreso quando o meu professor de Geometria Descritiva, José Beder, veterano do quinto ano, abordou-me “e aí Jaime, vai ser o primeiro?”. Nunca havia pensado nisso, mas a indagação levou-me a pensar na possibilidade e redirecionou minha ansiedade. Evidentemente, a aprovação já me bastava. Porém, o primeiro lugar, além de adubar minha vaidade positiva, deixaria, sem dúvida, a

minha família mais contente e mais satisfeita em relação à decisão de evitar que eu fosse trabalhar ao completar quatorze anos.

Depois de uma longa espera, apareceu um funcionário com duas folhas de papel e afixou-as no quadro de avisos. A aglomeração em torno do quadro foi imediata. Percebemos que a lista estava em ordem de classificação e que todos os trinta e seis tiveram sua aprovação confirmada. Meu nome encabeçava a lista. Alegria inenarrável, complementada pelo fato de que três colegas do Estadual também ficaram nas dez melhores colocações: Ronaldo, Dilze e Francisco Bento. Ou seja, quarenta por cento dos dez melhores classificados foram oriundos do Estadual.

É imperioso ressaltar que a aprovação no vestibular não apenas alimentava as vaidades dos aprovados, como também era uma garantia de ascensão social e de independência financeira.

Se a oferta de emprego no nosso estado nos dias atuais é muito baixa, nos anos de 1960 era, digamos, irrisória. Além das usinas de cana-de-açúcar, não havia indústrias; o comércio era muito restrito (não havia shoppings nem hipermercados); o setor de serviços era incipiente; os cargos no serviço público, por não haver à época exigência de concurso público, eram preenchidos através de favores pessoais. Em relação a emprego, restavam o Banco do Brasil e a Petrobrás, que, além de bons salários, ofereciam uma estabilidade muito desejada e, como consequência, ascensão social. Porém, essas empresas admitiam seus funcionários através da realização de concursos para os quais concorria um número muito grande de candidatos, o que os tornava certames extremamente difíceis.

A aprovação no vestibular, principalmente, dos cursos de maior apelo social, como Medicina e Engenharia Civil, garantia, sem dúvida, a perspectiva de futuros bons empregos e ascender socialmente (afinal, dentro de poucos anos, a sociedade ia tratá-lo por doutor).



6

O trote

Segundo Antônio Zuin, professor do departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), “O início das práticas do trote se confunde com as origens da própria universidade. Já nas primeiras universidades europeias pode-se observar a presença de rituais de iniciação na vida universitária, alicerçados na prática de violências físicas e psicológicas em relação aos calouros”.

Pelo que sei, nunca houve práticas de violências físicas nos trotes realizados em Maceió, ao contrário do que ocorre em outras cidades. Aos novatos eram impingidas apenas algumas brincadeiras, digamos, humilhantes. Por exemplo, em algum ano anterior a minha aprovação no vestibular, os feras foram obrigados a medir o perímetro da Praça Sinimbu com uma régua de trinta centímetros.

No meu ano, para meu alívio, o trote consistiu apenas de uma tosa dos cabelos de tal forma que a cabeça teria de ser raspada e de uma farra paga pelos novatos (paguei minha cota com economia da

mesada que meus irmãos me davam), com os veteranos tomando suas bebidas preferidas (da maioria, rum com refrigerante de coca, drink conhecido como *Cuba libre*) e forçando os feras a embriagarem-se com a ingestão de bebidas de segunda e terceira linhas.

Não lembro quantos colegas aprovados estavam presentes. Porém, lembro que fizemos uma “reunião” que tomou uma “decisão muito importante”. A tradição (além do cuidado de não parecer um marginal: uma prática policial da época era raspar as cabeças daqueles que cometiam algum delito) determinava o uso de boinas após a raspagem dos cabelos. Na UFAL, os calouros usavam boinas de cores padronizadas por curso: Medicina, verde; Odontologia, grená; Direito, vermelha, Engenharia, azul. Mas, a cor da boina de Economia também era azul e nós queríamos mostrar a todos que tínhamos sido aprovados em Engenharia Civil! Sabíamos dos anos anteriores que a inscrição na boina não era padronizada: “UFAL”, “Eng. Civil” e “Eng”, por exemplo, eram postas nas boinas. Após alguma discussão, em que “alterações etílicas” da altura da voz eram a tônica, decidimos que todos deveriam usar a inscrição indubitável: ENGENHARIA.

E assim eu fiz. No dia seguinte, comprei (com a sobra da mesada) uma boina azul e pequeno pedaço de feltro branco e a mamãe preparou o que seria, por alguns dias, o meu grito para todos: passei em Engenharia Civil.



Minha boina. Acervo pessoal

Preparada a boina pela manhã, o programa à tarde (meu e o de muitos novos colegas) foi dirigir-me à Rua do Comércio para passear (ou, simplesmente, ficar parado encostado em algum carro estacionado) em frente do Cine São Luís², olhando para todos os transeuntes, ansioso que eles olhassem para o novo fera de Engenharia. Para minha alegria, a maioria deles olhava.

A foto apresenta a fachada do cinema no ano de 1974, quando exibia o filme de Renato Aragão.



Cine São Luiz, recebendo o filme de Renato Aragão. Disponível em: <http://www.historiadealagoas.com.br/cine-sao-luiz.html>. Acesso em: 06 jun. 2017.

² O Cine São Luís foi o primeiro cinema de Maceió equipado com poltronas acolchoadas e condicionador de ar e situava-se no que é hoje chamado Calçadão do Comércio, logo após a confluência das Rua do Comércio com a Rua Senador Mendonça. Suas atividades foram encerradas em 1996.



7

O primeiro ano

Finalmente, o mês de março de 1969 chegou e as aulas iam começar. Os oitenta e dois alunos aprovados foram divididos em duas turmas A e B, com aulas pela manhã e pela tarde, respectivamente. Na turma A foram alocados os trinta e seis aprovados na primeira época e os seis melhores colocados no vestibular complementar.

À medida que as aulas aconteciam, íamos tomando conhecimento das seis matérias que iríamos estudar. Algumas tinham denominações simples e compreensíveis, como (I) Física I e (II) Desenho a Mão Livre. As outras tinham nomes assustadores:

(III) Cálculo Vetorial, (IV) Complementos de Geometria Analítica. Cálculo Infinitesimal, (V) Cálculo Numérico, Gráfico e Mecânico-Nomografia e (VI) Complementos de Geometria Descritiva-Elementos de Geometria Projetiva-Perspectiva. Aplicações Técnicas. No colégio havíamos estudado *Vetores* (em Física),

mas, o que seria *Cálculo Vetorial*? No colégio havíamos estudado *Geometria Analítica*, mas o que seria *Cálculo Infinitesimal*? No colégio havíamos estudado *Geometria Descritiva*, mas o que seria *Geometria Projetiva e Perspectiva*? O que seria *Cálculo Numérico, Gráfico e Mecânico e Nomografia*?

Lembro-me das primeiras aulas de Cálculo Infinitesimal (ou, simplesmente, Cálculo) e de Cálculo Numérico. Na de Cálculo, o Professor Mário Mafrá, excelente mestre, frisou a necessidade de que todos os alunos comparecessem às aulas de posse do livro texto, Cálculo, de George B. Thomas, e a indispensabilidade de estudos de, pelo menos, duas horas diárias. Na de Cálculo Numérico (simplificando), o Professor Edmilson Pontes, que já havia sido meu professor (ver capítulo 8) e também era excelente mestre, motivou-nos tecendo extensos comentários sobre as várias aplicações do conteúdo da disciplina, o que nos permitiria, inclusive, conseguir alguma colocação em alguma empresa.

Ao longo do ano, somente surpresas, apenas conhecimentos novos. Em Cálculo, conceitos de limites, derivadas, integrais e séries numéricas.

Em Cálculo Numérico, fomos apresentados à *régua de cálculo*, que permitia, além da realização das operações aritméticas, determinações de senos, cossenos, logaritmos etc. (É oportuno lembrar que na época não havia computadores, smartphones, nem mesmo calculadoras eletrônicas).



Régua de Cálculo. Disponível em: <<http://www.inf.ufrgs.br/~cabral/museu.html>>. Acesso em 25 jun. 2015.

Em Física, conceitos consolidados aprofundados: enquanto tínhamos visto o conceito de *velocidade média* como sendo “o quociente entre o espaço percorrido e o tempo gasto para percorrê-lo”, aprendemos o conceito de *velocidade instantânea* como sendo “a derivada da velocidade em relação ao tempo”; enquanto tínhamos visto o conceito de *trabalho realizado por uma força constante* como sendo “o produto do módulo da força pelo deslocamento”, aprendemos o conceito de *trabalho realizado por uma força variável* como sendo. (Nesse ponto, vem-me uma lembrança não muito agradável, pois relembra uma situação de conflito estudante/professor. Quando estudamos o “novo” conceito de trabalho, não havíamos visto ainda em Cálculo o conceito de integral e, portanto, o símbolo \int era para nós desconhecido. A apresentação da definição gerou, então, a seguinte pergunta de um colega: “professor o que é essa cobrinha?”. O professor respondeu que era um símbolo de um conceito que nós iríamos estudar em Cálculo. O assunto foi encerrado, mas a situação no seu todo foi constrangedora).

No final do ano, infelizmente, participei de um deslize coletivo. Um colega não conseguiu assimilar bem o conteúdo de Geometria Descritiva e, desesperado, dizia que não ia fazer a prova final e ia abandonar o curso. Um grupo de alunos aprovados sem a necessidade de se submeter à prova final, entendendo que a disciplina não era basilar para o curso, montou um esquema para “ajudar” na aprovação do amigo. Não me lembro de todos os detalhes da “trama”, mas sei que o grupo conseguiu ter acesso às questões da prova, resolvê-las e fazer com que o colega tivesse acesso às soluções. Nunca lhe perguntei o porquê, mas o fato é que o companheiro não entregou a prova e abandonou o curso. Hoje, mesmo sabendo que se trata de um deslize prescrito, uso da oportunidade para pedir desculpas ao professor da matéria.



8

Meus primeiros empregos

Além de ser o ano do meu ingresso na universidade, 1969 foi o ano do meu primeiro emprego, que foi fundamental para minha relação futura com a UFAL. As aulas de Matemática do meu 2º Ano Científico só começaram em abril de 1967, por conta do atraso da chegada do Professor Fernando Milito, que estava vindo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Naturalmente, os alunos ficaram envaidecidos: vamos ter aulas com um professor que vem do Rio!

Após três semanas de aulas de Trigonometria, o professor marcou uma prova e anunciou, de forma mais aberta e franca possível, que ele e uns amigos iriam no ano seguinte abrir um curso pré-vestibular para Engenharia e, com o objetivo de propagandas futuras, doaria duas bolsas de estudo para os alunos que obtivessem as melhores notas na avaliação. Eu e o Ronaldo

conseguimos as bolsas e, portanto, tive uma outra oportunidade de preparar-me para o vestibular. Estudar no Cursinho Alagoano, além de permitir a consolidação de muitos dos conhecimentos já adquiridos, propiciou-me conhecer mais de perto o Professor Milito e outros excelentes mestres, tais como os professores José Ferreira de Souza e Edmilson Pontes. Para mim é inesquecível uma demonstração de rapidez de raciocínio do Professor Edmilson. O cursinho funcionava no que fora a garagem de uma casa situada na Rua Barão de Alagoas, atualmente uma rua comercial, à época estritamente residencial. Os alunos ficavam de costa para o portão e o que era escrito no quadro negro podia ser lido facilmente por quem passava na rua. Num dia em que o quadro estava repleto de frações como etc. observamos que o professor, dando uma pequena pausa na explicação, olhou curioso para o exterior. Em seguida, ouvimos passos apressados e vozes femininas dizendo “Virgem Maria! Estão estudando frações!”. De pronto o mestre complementou “e ordinárias!”. A maioria dos alunos entendeu a brincadeira contida na ambiguidade do complemento e risos afloraram em algumas faces.

O estreitamento da minha relação, no sentido aluno/mestre, com o Professor Milito ao longo do ano de 1968, a colocação que obtive no vestibular, corroborando a aposta que ele havia feito, e a necessidade que eu tinha de “ter o meu próprio dinheiro” (liberando meus irmãos da minha mesada) encorajam-me a pedir um emprego no cursinho, que já funcionava na Praça dos Martírios e dispunha de várias salas. Foi com grande surpresa que fui, de pronto, colocado como secretário, incumbido de, entre outras coisas, realizar matrículas, receber as mensalidades dos alunos e efetuar os pagamentos dos professores. Além disso, surpresa maior ainda, eu iria ministrar aulas de Matemática quando houvesse ausências de professores. Como minhas aulas não seriam regulares, foi-me alocado um conteúdo que não precisava de pré-requisitos nem era pré-requisitos de outros conteúdos.

O meu “segundo emprego” veio da seguinte forma. Na primeira semana de aula do cursinho, algumas alunas do Colégio Moreira e Silva procuraram o Professor José Ferreira para “contratá-lo” para ministrar aulas particulares de Geometria Descritiva, enfatizando o fato de que iam se submeter ao vestibular de Arquitetura na Universidade Federal de Pernambuco. Para mais uma grande surpresa de minha parte, o Professor Ferreira, alegando não dispor de tempo para assumir outros compromissos, chamou-me e disse a elas que eu podia ministrar as aulas pretendidas. Além disso, disponibilizou-me as dependências do cursinho para a tarefa. Fiz, então, os acertos financeiros com elas e na semana seguinte já ministrava aulas regularmente.

Essas duas primeiras oportunidades abriram-me as portas do mundo mágico e maravilhoso do magistério, que abraço até hoje.



9

A bolsa

Após o trote (capítulo 6), surgiu-me um desejo muito infantil: por que o meu cabelo não parava de crescer para que eu pudesse usar “eternamente” a boina com a inscrição ENGENHARIA? Mas, fato inexorável da vida, na maioria dos casos os cabelos das pessoas crescem. Assim, chegamos (eu e os colegas) no primeiro dia de aula sem boina. Porém, para a minha alegria e solução de todos os meus problemas, havia uma solução: o Diretório Acadêmico do curso vendia uma bolsa azul, com uma logomarca que continha a inscrição FACULDADE DE ENGENHARIA. Não me lembro se consegui comprá-la ou a herdei do meu irmão Joel, mas o fato é que passei a usar a bolsa diuturnamente com muito orgulho.



Acervo de Eduardo Perdigão.

Havia, porém, um “grande” problema. As cores das bolsas eram idênticas às cores das boinas (capítulo 6) e, portanto, a bolsa do curso de Economia também era azul. Eu, já tendo um compromisso amoroso sólido, andava com a inscrição à mostra para que todos vissem. Os colegas que procuravam alguma paquera dividiam-se em dois grupos. Aqueles desprovidos de beleza (do tipo “que é preciso conhecer antes”, como dizem minhas filhas) explicitavam o nome do curso para que as meninas vissem logo do que se tratava e pudessem, então, interessarem-se. Os mais bem aquinhoados de beleza “escondiam” o nome do curso para atizar a curiosidade das meninas. Ele é bonito! Será que faz Engenharia? A ansiedade pela resposta ia aumentando e quando o sim era confirmado, a paixão já estava instalada.

Aparentemente, nos dias atuais somente os alunos de Medicina, com seus jalecos e estetoscópios pendurados no pescoço, fazem questão de serem identificados como tais.



10

O Torneio dos feras

Nos anos 60 do século passado, o esporte universitário era muito efervescente. A Federação Alagoana de Desportos Universitários, além de promover anualmente os Jogos Universitários de Alagoas, promovia o Torneio dos Feras de Futebol de Salão. Em 1969, a competição foi realizada, com lotação quase esgotada, no Ginásio do Estadual, onde hoje funciona o Restaurante Popular de Maceió.

Além de rachas no Colégio Estadual, não praticava muito esse esporte. Porém, no dia do torneio apresentei-me para participar. Lembro que estavam presentes (talvez, dentre outros) Mário César (goleiro), Antônio Everaldo, Reinaldo, Roosevelt e Afrânio. O treinador era Geoberto, aluno do terceiro ano, que eu já conhecia de Bebedouro. Minha posição deveria ser ala direita, porém o Antônio Everaldo era um excelente jogador e jogava nessa posição.

O Reinaldo e o Afrânio eram fixos, o Roosevelt era ala esquerda e não havia nenhum pivô de origem. Fui, então, escalado para jogar nessa posição.

Nessa época, não era comum o pivô participar das ações defensivas, mas, no jogo contra Economia, o Geoberto instruiu-me a acompanhar o fixo adversário, um cara bem mais alto e mais forte do que eu e que fora jogador do Flamengo, o time de futebol de salão mais famoso do estado.

Na terceira vez que não cumpri a determinação do treinador, fui substituído pelo Afrânio. Naturalmente, saí muito chateado, mas sabia que o Geoberto tinha razão. O Afrânio cumpriu bem o que o técnico havia determinado e as ações do grandão foram neutralizadas. Quando ele foi substituído, voltei no lugar do Afrânio, mas ouvi de algum torcedor um sonoro “Geoberto você é doido?”

Apesar de não ter atuado bem, fomos campeões e fiquei muito feliz.



11

O segundo ano

No ano de 1970, a Avenida Fernandes Lima tinha uma única pista e, praticamente, terminava, no seu lado esquerdo, num prédio que abrigava uma concessionária de veículos, chamada SOCIMITA, prédio que hoje é ocupado por uma agência da Caixa Econômica, e, no seu lado direito, no Hospital dos Usineiros, hoje Hospital do Açúcar. Sua continuação (que hoje é denominada Avenida Durval de Góes Monteiro), também evidentemente em pista única, era considerada como se fosse parte de uma estrada que ligava Maceió a outras cidades, com ocupação do solo no seu domínio quase nula. Não havia os hipermercados de hoje, a sede da Eletrobrás, o Parque das Flores, as luxuosas concessionárias de veículos atuais. Resquícios de ocupação só havia no Canaã, que concentrava alguns prostíbulos, e em torno da Bomba do Gonzaga, origem do bairro Tabuleiro do Martins e terminal da linha de ônibus que chegava mais longe partindo do centro da capital.

Como não existia a Avenida Menino Marcelo, não havia a rotatória da Polícia Rodoviária e a “Avenida Fernandes Lima” se bifurcava em duas estradas, uma indo até Palmeira dos Índios e outra até Recife.

Isso está posto para que o leitor, considerando a situação da época, saiba que o Campus A. C. Simões foi implantado “nos confins do Judas” e compreenda o nosso estarrecimento quando soubemos que as aulas de Física II, Mecânica Racional, Química Tecnológica e Analítica, Cálculo da Probabilidades–Teoria dos Erros–Estatística Metodológica. Aplicações, as matérias do segundo ano de Engenharia, iam ser ministradas nesse novo espaço da UFAL. (Houve muitos comentários a respeito do fato de que a implantação do campus tão longe da cidade era determinação do governo militar ditatorial para isolar os estudantes universitários, de tal modo que seus movimentos de protesto ou reivindicatórios não repercutissem facilmente junto à sociedade).

Como não havia linha de ônibus que servisse ao campus, a universidade foi obrigada a oferecer transporte para os alunos. Pelo que me lembro, a ida era até divertida. Os ônibus saíam da Praça Deodoro e os estudantes transformavam a espera e a viagem em momentos de lazer e descontração. (E, por que não dizer, de criatividade: o funcionário que tentava, às vezes de forma atabalhoada, organizar nossa entrada no ônibus foi rapidamente apelidado de Andreaza, em alusão ao Ministro dos Transportes da época).

A volta era complicada. Parece que todos voltavam num mesmo momento e conseguir uma vaga num dos ônibus era uma tarefa difícil. Uma solução era irmos para a “pista” (hoje, BR 104) e pedir carona para os carros que passavam. Como não havia nenhum problema em relação à segurança como, infelizmente, há nos dias atuais, muitos motoristas paravam para nos levar até o centro.

Em relação às caronas, surgiu uma história interessante. De quando e vez, o proprietário de um dos prostíbulos do Canaã, muito conhecido por algumas de suas tiradas (contava-se que quando aparelhos de televisão a cores começaram a ser vendidos em Maceió, ele chegou numa loja e pediu uma televisão azul, explicando em seguida que era torcedor do CSA) e por ter ascendido financeiramente falando (ele era garçom de um prostíbulo quando esses estabelecimentos situavam-se em Jaraguá e, com a transferência para o Canaã, passou a ser empresário), dava a carona a alunas até o centro de Maceió, induzindo os potenciais clientes a pensarem que novas mulheres estavam à disposição na sua casa de diversão.

Em relação às aulas, um fato inquestionavelmente inesquecível: um colega recheava seus relatórios das aulas práticas de uma certa disciplina com comentários sobre os resultados dos jogos do campeonato carioca. O primeiro parágrafo, o primeiro período do segundo e o último tinham a ver com o relatório; entre o primeiro período do segundo parágrafo e o último apenas comentários sobre futebol. O interessante é que ele sempre tirou notas razoáveis.

Em relação às disciplinas, a única que deu trabalho foi Mecânica Racional. As questões a resolver sempre tinham um elevado grau de dificuldade e as notas foram baixas.

“Profissionalmente” falando, continuei dando aulas no cursinho e formando turmas de aulas particulares de Geometria Descritiva e de Matemática.



12

O terceiro ano

O terceiro ano foi decisivo na minha relação futura com a UFAL. Sendo início do ciclo profissional, era o momento de começar a fazer estágios em empresas. Analisei essa possibilidade, mas, em função da situação de crise econômica do país, a maioria das ofertas era de estágios não remunerados. Como não podia me dar ao luxo de ficar sem remuneração, mantive meu emprego no cursinho e as aulas particulares.

Outro fato concorreu para facilitar minha decisão em relação ao caminho a seguir: pela primeira vez a UAL iria conceder bolsa para monitoria. No primeiro ano, havia um monitor de Cálculo, Maurilúcio. Mas era monitoria voluntária e, confesso, não tenho temperamento para ações voluntárias voltadas a trabalho. Agora haveria uma bolsa, o que justificaria até eu abdicar de alguma turma particular. Decidi, então, submeter-me à seleção para monitor de Cálculo da Probabilidades—

Teoria dos Erros–Estatística Metodológica. Aplicações. Não me lembro qual a razão da escolha dessa matéria (somente havia vagas para ela? O número de candidatos era o menor?). O fato é que fui aprovado e o início da experiência como monitor apontou-me uma possibilidade: que tal seguir a carreira do magistério e, no futuro, ser professor da UFAL?

À medida que o ano passava, a decisão pelo magistério ia se consolidando e isso, aliado ao fato de que, paulatinamente, minhas atividades nesse metiê iam se ampliando, fazia com que a minha “atuação” como aluno fosse sendo prejudicada. Tive, então, um ano complicado e um grande susto.

O regime acadêmico da UFAL em 1971 era seriado anual com a realização de três provas em cada semestre. Para ser *aprovado por média* dever-se-ia obter média 7,0 nessas seis provas. A obtenção de uma média situada entre 5,0 e 7,0 exigia a participação numa *prova final* e uma média inferior a 5,0 obrigava o aluno a submeter-se à prova de *segunda época*, que era realizada imediatamente antes do início do ano letivo seguinte. Porém, cada um só podia se submeter a duas segundas épocas e a não aprovação em mais de duas disciplinas, por média ou pela realização de prova final, implicava reprovação, o que, evidentemente, impedia a matrícula na série seguinte.

Nesse ano, pela primeira vez tivemos a oportunidade de estudar atividades estritamente ligadas à Engenharia. As aulas práticas de Topografia eram realizadas em terrenos baldios situados na atual Av. Assis Chateaubriand. A ocupação do solo na região era quase nula e as dunas que os cobriam, tornavam os terrenos ideais para simulação de levantamentos topográficos. O professor levava equipamentos para medirmos distâncias e ângulos e tínhamos de construir planilhas desses levantamentos. Apesar do aspecto motivador da disciplina, minhas atividades docentes impediam um comparecimento pleno às aulas e, por consequência, minha participação efetiva nas atividades avaliativas.

Resultado: fiquei para segunda época. E aí o grande susto: essa foi a primeira disciplina a divulgar o seu resultado e eu tinha receio dos resultados de outras duas. Se eu ficasse em segunda época nessas duas outras, seria reprovado no ano e isso, além da vergonha que eu passaria junto a minha família e a minha namorada, poderia prejudicar meus planos de ser professor da UFAL. Minha angústia cessou quando saíram minha aprovação (“pelo pau do canto”, como se dizia à época) em Desenho Técnico e a indicação de que eu estava apto a participar da prova final de Resistência dos Materiais–Grafostática. (Além das disciplinas Topografia, Desenho Técnico e Resistência dos Materiais–Grafostática, nesse ano também eram estudadas as matérias Geologia Econômica e Noções de Metalurgia, Elementos de Eletrotécnica e Mecânica dos Fluidos–Hidráulica).

Resistência dos Materiais–Grafostática (ou, Resistência como a tratávamos), era uma das disciplinas que mais reprovavam no curso. O professor era muito exigente e aplicava provas muito longas. Era comum as questões da prova serem distribuídas uma a uma de forma sequencial após a entrega da solução da questão anterior. As soluções dos quesitos sempre exigiam a montagem e a solução de algumas equações, o que demandava a realização de muitas operações algébricas. Considerando que essas operações eram realizadas com régua de cálculo, erros aconteciam e, se no início da questão, eles poderiam ser propagados, o que muitas vezes implicava a “perda” da questão.

O receio de reprovação em Resistência era tão intenso que o cometimento de deslizes era tentado. Na época, havia duas formas de os enunciados das questões das provas serem transmitidas para os alunos. A primeira era simplesmente escrevê-los no quadro negro para que os estudantes os transcrevessem nas folhas de papel. A segunda era fazer cópias com um mimeógrafo a álcool.



Mimeógrafo a álcool.

Disponível em: <www.google.com.br/search?q=mimeógrafo+a+álcool...>.

Acesso em: 07 jul. 2015.

Para copiar com um mimeógrafo era necessário utilizar o *estêncil* que era constituído, “de cima para baixo”, de uma folha de papel cuja face inferior continha um tipo especial de tinta, uma folha de papel carbono com a face “transferidora” voltada para cima e uma folha de papel mais grosso que servia de apoio. Escrevia-se na folha superior do estêncil e o carbono transferia o que foi escrito para a face do papel que continha a tinta especial. Posto que inútil, ao fim do trabalho, o carbono era descartado.

Dessa forma, se um professor utilizava o mimeógrafo a álcool para reproduzir uma prova, a folha de papel carbono do estêncil utilizado transformava-se no “mapa da mina”. Aí, nas vésperas de provas, procedia-se uma intensa procura nas lixeiras por carbonos descartados. Contava-se até que um colega, desconfiado de que o professor estava preparando o estêncil na sua residência, atou um romance

com a empregada doméstica do mestre com o objetivo de convencê-la a procurar carbonos nas lixeiras do lar. Confesso que não sei se o romance de fato ocorreu, nem, se ocorreu, se o colega conseguiu o tão sonhado carbono.



13

Os Jogos Universitários

Além de me dar condições de definir a carreira profissional a seguir, o terceiro ano permitiu-me participar efetivamente dos jogos universitários, já que ao longo dos primeiro e segundo anos fui apenas um espectador torcedor.

Na época (não tenho conhecimento da situação atual), os Jogos Universitários de Alagoas eram um evento que fazia parte do calendário de festas de Maceió. Um grande público comparecia para assistir à cerimônia de abertura dos jogos que era realizada através de um desfile das “delegações” pelas ruas do centro da cidade. Os ginásios que sediavam as competições do naipe masculino de basquetebol, voleibol e futebol de salão ficavam lotados. Além dos estudantes que não disputavam os jogos, das esposas e namoradas dos atletas, muitas meninas compareciam para “dar uma olhada” nos universitários. Era uma grande festa!

A dedicação de um bom número de alunos de Engenharia aos jogos era algo contagiante. Vários colegas disputavam várias modalidades sempre com garra e vontade de vencer. A determinação para vencer os jogos era de tal monta que muitos atletas se concentravam às vésperas das competições mais decisivas. Diversos alunos que não participavam dos jogos diretamente torciam quase que fanaticamente, com xingamentos às equipes adversárias e tudo o mais que uma torcida esportiva tem direito (lembro-me de um cântico da torcida quando íamos enfrentar Odontologia, cantado com a melodia da canção do folclore alagoano “Guerreiro! Cheguei agora ...”: Descendo lá do Farol/A velha odonto vai levar cipó).

Além de raça, a Engenharia tinha muitos bons atletas. Huayna na natação, Edmar, Roosevelt, Cícero Bartolomeu, Jackson Cabral, José Euclides no atletismo eram excelentes. O time de Futebol de Salão Lula, Márcio Pinto, Dalmo, Nenoir e Robinho era o time titular da equipe do CRB. No basquetebol, Fabio, Edval, Pedro Cachorro, Zé Aprígio e no voleibol, Ronaldo Lessa, Ascânio, Marquito, Jackson e Zé Aprígio (novamente), jogavam muito.

Embora gostasse muito de jogar futebol, não tive a mínima chance de participar da equipe. A concorrência para a posição que eu jogava, meio-de-campo, era grande. Antônio Everaldo, Cícero Bartolomeu, Geoberto e Samu eram excelentes jogadores (os três primeiros jogaram nos juvenis do CSA, com algumas incursões no time profissional, e o quarto jogou no Ferroviário, equipe que disputava o campeonato alagoano da primeira divisão). Na outra posição em relação ao qual poderia fazer alguma tentativa, ponta-direita, havia o Jalves, veloz, arisco. Não. Não tive nenhuma chance!

Minha chance de disputar os jogos apareceu no basquetebol. Havia participado da escolinha dessa modalidade do Estadual e tinha participado (sem muito brilho, é verdade) de algumas edições dos Jogos da Primavera, que reunia as escolas secundárias de Maceió.

Quando tomei conhecimento de que não havia praticantes de basquete em número suficiente para fechar o número de atletas que podiam ser inscritos, apresentei-me à Diretoria do Diretório Acadêmico e fui engajado na equipe.



14

O quarto ano

No quarto ano tive mais um susto acadêmico e uma grande surpresa. Já plenamente decidido a ser professor, continuei sem me dedicar como devia aos deveres de estudante. Por conseguinte, fiquei em segunda época em Estabilidade das Construções, a matéria mais difícil da série (“palavras que consolam”). Nas outras disciplinas, Materiais de Construção–Tecnologia e Processos Gerais de Construção, Mecânica Aplicada Bombas e Motores Hidráulicos, Mecânica dos Solos, Termodinâmica–Motores Térmicos e de Ar Comprimido e Concreto Armado, fui aprovado sem problemas. Nesse ano, um dos professores da disciplina Concreto Armado, Professor Vinícius Maia Nobre, estava fazendo o cálculo estrutural de um supermercado que seria construído (e foi) na Pajuçara e passou para nós estudantes suas preocupações e cuidados que tomou em relação ao fato do desabamento de um supermercado que acabara de ser construído em Belo Horizonte. Ele

levou-nos para uma aula prática muito interessante e, de certa forma, histórica, considerando os dias atuais. Ele havia sido contratado para avaliar se uma laje do Iate Clube Pajuçara, projetada originariamente para ser uma laje de forro, poderia ser utilizada como piso de um salão de eventos. Na ocasião, ele apresentou-nos o *esclerômetro*, instrumento para avaliação das condições de uma estrutura de concreto, que estava sendo lançado no mercado brasileiro. Certamente, a avaliação do professor foi positiva, pois a laje avaliada hoje é utilizada, entre outras finalidades, como uma escola de dança.

A surpresa ocorreu quando fui procurado por um estudante do quinto ano, que se tornou um político muito conhecido em Alagoas, para ser o representante da Engenharia na Diretoria que iria tentar reerguer o Diretório Central dos Estudantes, que estava de há muito com suas atividades suspensas. Como nunca havia participado de diretorias de centros acadêmicos nem de grêmios estudantis na época do colégio, o convite realmente causou-me espanto. Como sempre tive muita dificuldade de dizer não (coisa que, para minha alegria, está aos poucos modificando-se), “aceitei” o convite e fui “eleito” segundo “alguma coisa”. Compareci a algumas reuniões, mas, constatando que de fato não tinha pendor para tarefa, fui, paulatinamente, ausentando-me, até o abandono total. Confesso que nunca entendi as razões desse convite.



15

O quinto ano

No último ano do curso, tive uma oportunidade que consolidou meu futuro profissional. Como constava da grade curricular de vários cursos (Engenharia Civil, Economia, Ciências Contábeis, Pedagogia, Medicina, Odontologia, Biologia, entre outros), o número de turmas da disciplina Estatística era muito grande, o que sobrecarregava o corpo docente do Departamento de Matemática, já às voltas com várias outras disciplinas, tais como Cálculo I, II, III e IV, Álgebra Linear, Cálculo Numérico etc. Demonstrando uma extrema confiança em mim, o Professor Mário Mafra, Chefe do Departamento, incumbiu-me, sob sua supervisão, de turmas de Estatística do curso de Pedagogia, no primeiro semestre, e do curso de Economia, no segundo semestre. Senti-me muito valorizado e a experiência foi fundamental para minha carreira.

Ao final de uma das provas do curso de Pedagogia, as alunas, sensivelmente excitadas, conversavam alto sobre as questões e/ou perguntavam-me sobre as respostas, quando o Professor Mafra adentrou à sala de aula e, visivelmente preocupado, perguntou-me se “aquilo” era uma prova. Quando lhe expliquei que a prova já havia terminado, ele lançou-me um sorriso, como que dizendo “eu sabia disso”, e deixou-me cuidar das “aflições” das minhas alunas.

A experiência foi-me muito útil, mas tive que pagar um preço muito alto em relação às minhas crenças relativas às posturas ideais de um cidadão. No primeiro semestre, o horário de uma das “minhas turmas” de Estatística coincidia com o horário de uma matéria do quinto ano e, várias vezes, consegui dar aula e “assistir” à aula simultaneamente. Mesmo considerando um delito prescrito (permita-me, novamente, a brincadeira, caro leitor), reservo-me o direito de não mais comentar, pois qualquer comentário a mais pode gerar provas contra mim, coisa que a legislação brasileira permite que seja evitada.

Além desse deslize, em algumas ocasiões passei por situações nas quais o controle necessário do riso exigia um esforço sobre-humano. O meu orientador de monitoria era também professor de uma matéria do quinto ano e alguns colegas gostavam de fazer brincadeira com ele, às quais eu, evidentemente, não poderia aderir, nem com a mínima participação de um sorriso. Numa das aulas, o professor, exemplificando a carga de uma estrutura, usou a expressão “quinhão de carga do lado esquerdo”. Um colega, de pronto, começou a fazer perguntas modificando o fonema “quin” para “cun” e omitindo “de carga do lado”. Aí, foi gerado um diálogo impagável, pois o professor não percebeu a troca do fonema e ficava respondendo às perguntas feitas com o fonema “cun” com o fonema original. À medida que o diálogo acontecia (o colega fez várias perguntas), minha vontade de sorri ia aumentando e foi muito difícil controlá-la.



16

A colação de grau

Em 1967, o Joel formou-se em Engenharia Civil, numa solenidade, muito concorrida, que ocorreu no auditório da Faculdade de Engenharia. Achei muito interessante a formatura, principalmente em relação à chamada nominal dos concluintes ser acompanhada por um coro, formado pelos outros alunos, que anunciava os apelidos de cada formando. Por razões que não me lembro, quando aluno não compareci às formaturas e não sei até quando esse procedimento tão divertido se manteve. Sei que na formatura da minha turma não houve esses anúncios, pelo simples motivo de que, a partir de 1972, as colações de grau da UFAL passaram a ser realizadas de maneira unificada, reunindo numa única solenidade as formaturas de todos os cursos. Isso, naturalmente, implicava um único paraninfo, uma única denominação e exigia um local bastante amplo.

No nosso caso, a denominação foi Turma Santos Dumont (no ano de 1973 comemorava-se o centenário do nascimento do “Pai da Aviação”), o paraninfo foi o Senador Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura e o local foi o Estádio Rei Pelé. (Cada curso somente tinha o direito de escolher o seu patrono. O da nossa turma foi o Professor Flavio Rocha, muito querido por todos nós).

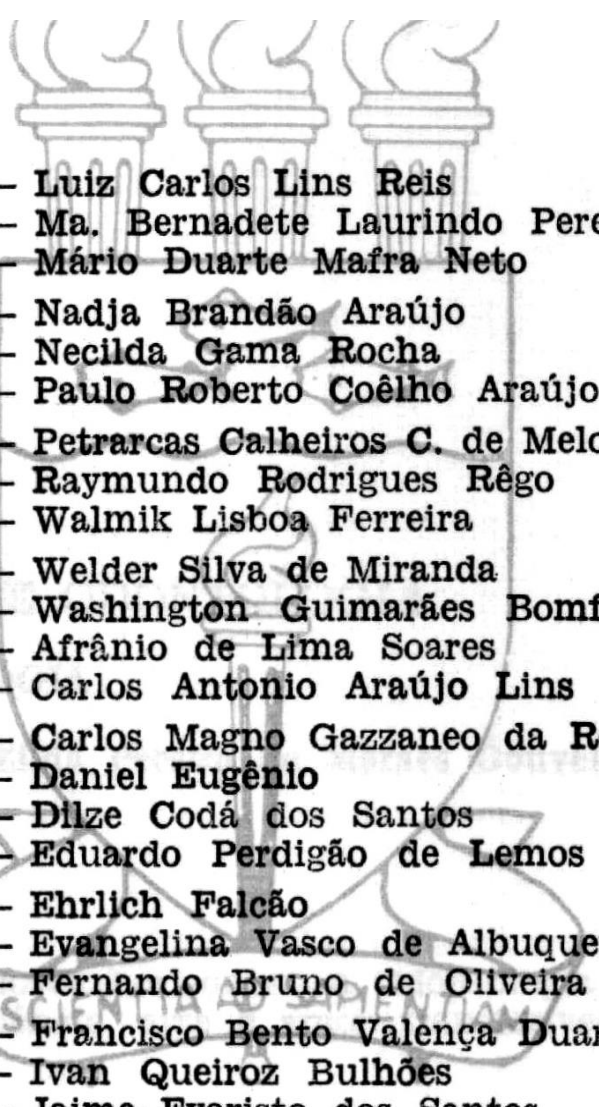
Eram quinhentos e vinte formandos (de treze cursos de com a mesa diretora da solenidade postada na tribuna de honra do estádio. A distância da mesa para os concluintes era tamanha que não reconhecíamos as pessoas que estavam sentados ou que faziam seus discursos. Foi uma solenidade fria, sem alma, cujos detalhes, discurso do paraninfo, por exemplo, não ficaram na minha memória. Cada formando poderia levar um padrinho ou madrinha. Eu e a Salete, já casados, pretendíamos ser nossos próprios paraninfos, mas vimos que isso seria impossível devido aos posicionamentos dos nossos cursos na solenidade (ela estava se formando em Pedagogia). Convidei, então, a minha irmã mais nova, Dete, para minha madrinha, que, tenho certeza, aceitou com satisfação (a paraninfa da Salete foi sua mãe, Dona Bela para mim e Belinha para os outros).



Capa do convite da formatura unificada de 1973. Acervo pessoal.

ENGENHARIA (GRADUANDOS)

- 01 — Alzir Furtado Machado
- 02 — Anoldo Felisdório dos Santos
- 03 — Antonio de Omena Senouillet
- 04 — Antonio Everaldo V. de Araújo
- 05 — Ascânio Casado A. Lima Junior
- 06 — Carlos Henrique Alves Pinto
- 07 — Carlos Roberto Silva Monteiro
- 08 — Cícero Bartholomeu M. da Trindade
- 09 — Delano Lemos de Moraes
- 10 — Dênes Brandão de Almeida
- 11 — Edson Carlos B. Cabral de Melo
- 12 — Flávio Teles de Farias
- 13 — Huayna Valença Padilha
- 14 — Itabira Iguarassu Silva Santos
- 15 — Jorge Cardoso Silva
- 16 — José Carlos Machado Ferreira
- 17 — José Costa Filho
- 18 — José Faustino Pereira Filho
- 19 — José Ferreira Costa
- 20 — Josué Neto
- 21 — Josué Barbosa de Melo
- 22 — Lamartine Silva Cabral
- 23 — Luiz Carlos Araújo Cordeiro

- 
- 24 — Luiz Carlos Lins Reis
 - 25 — Ma. Bernadete Laurindo Pereira
 - 26 — Mário Duarte Mafra Neto
 - 27 — Nadja Brandão Araújo
 - 28 — Necilda Gama Rocha
 - 29 — Paulo Roberto Coêlho Araújo
 - 30 — Petrarcas Calheiros C. de Melo
 - 31 — Raymundo Rodrigues Rêgo
 - 32 — Walmik Lisboa Ferreira
 - 33 — Welder Silva de Miranda
 - 34 — Washington Guimarães Bomfim
 - 35 — Afrânio de Lima Soares
 - 36 — Carlos Antonio Araújo Lins
 - 37 — Carlos Magno Gazzaneo da Rocha
 - 38 — Daniel Eugênio
 - 39 — Dilze Codá dos Santos
 - 40 — Eduardo Perdigão de Lemos
 - 41 — Ehrlich Falcão
 - 42 — Evangelina Vasco de Albuquerque
 - 43 — Fernando Bruno de Oliveira
 - 44 — Francisco Bento Valença Duarte
 - 45 — Ivan Queiroz Bulhões
 - 46 — Jaime Evaristo dos Santos

- 47 — Jalves José Verçosa do Rêgo
- 48 — Jamilson Lessa Castro
- 49 — João Bosco Maciel
- 50 — José Jarbas Teixeira Lins
- 51 — José Leones Soares
- 52 — José Valter Bezerra Brandão
- 53 — Lourival Falcão
- 54 — Luiz Augusto de Gouveia
- 55 — Márcio Pinto de Araújo
- 56 — Maria das Graças de Carvalho
- 57 — Mário Cesar Amaral Silva
- 58 — Nabucodonosor Aquino
Barbosa
- 59 — Nilma Moreira Silva
- 60 — Nilson Correia Menezes
- 61 — Renaldo Malta Xavier
- 62 — Roosevelt Patriota Cota
- 63 — Roberto Barbosa Fernandes
- 64 — Sebastião Costa P. Sobrinho
- 65 — Sócrates Calheiros C. de Melo
- 66 — Sergismundo Wanderley Filho
- 67 — Marcel Leonardo de A. Monteiro
- 68 — Zaira Cerqueira da Silva

Lista dos formandos de Engenharia \Civil de 1973 (parte integrante do convite de formatura). Acervo pessoal.

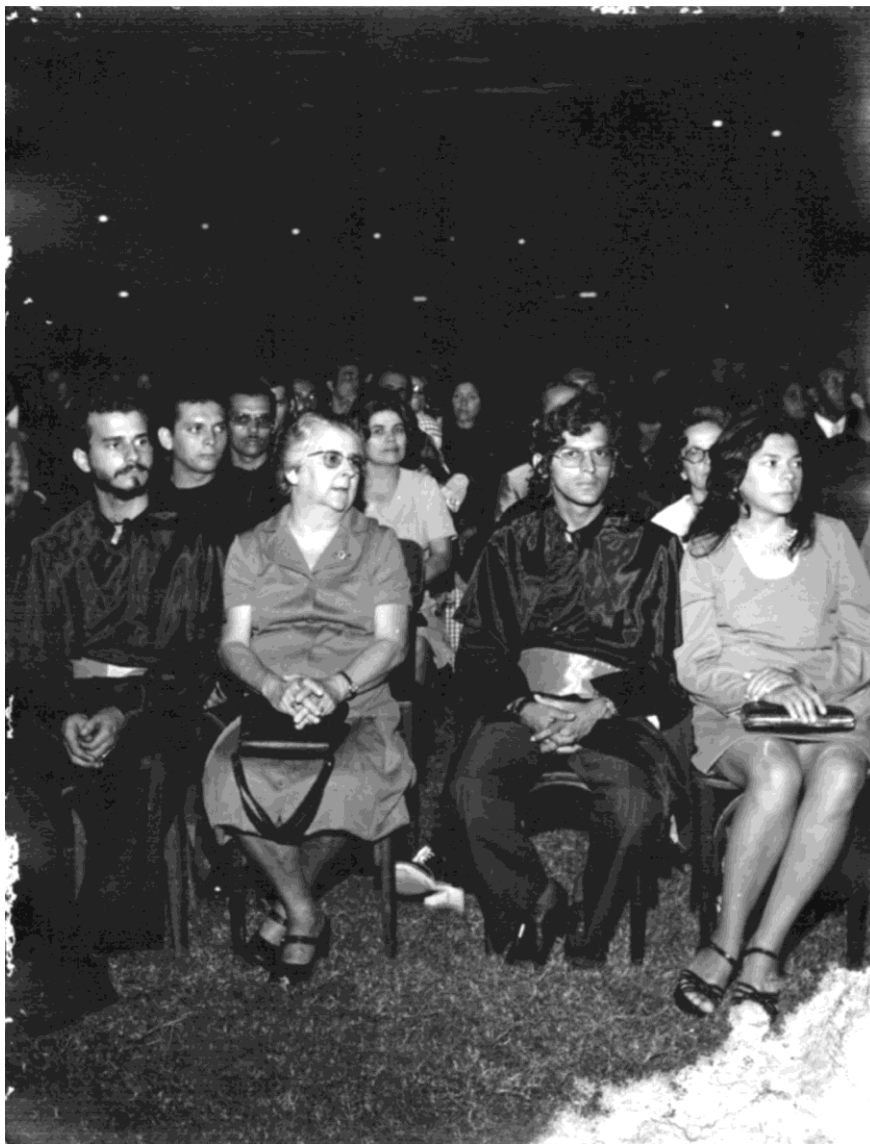


Foto da turma de Engenharia Civil na formatura unificada da UFAL de 1973, vendo-se na frente os colegas Francisco Bento e Anoldo e, mais ao fundo, Jarbas. Acervo pessoal.



17

A seleção pública para Auxiliar de Ensino da UFAL

Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, a legislação brasileira previa uma carreira docente do magistério superior constituída das classes de professor titular, professor adjunto e professor assistente e de auxiliares de ensino admitidos em caráter probatório, por um prazo de dois anos (com possibilidade de renovação), para iniciação nas atividades do magistério superior.

Em janeiro de 1974, a UFAL publicou um edital de abertura de seleção pública para estágio probatório como auxiliar de ensino do Departamento de Matemática, com duas vagas vinculadas à disciplina Cálculo. Evidentemente, esse fato veio ao encontro do que eu havia planejado para minha carreira profissional e preparei-me com afinco para essa seleção.

Três outros candidatos inscreveram-se: Carlos Roberto, que já dava aulas de Cálculo como “bolsista” (função que a legislação não previa), um senhor que eu “conhecia de vista” e sabia que era professor da, à época, Escola Técnica Federal de Alagoas, hoje, Instituto Federal de Alagoas, e um terceiro candidato que eu não conhecia.

Pelo que me lembro, a seleção resumiu-se a uma prova didática, que consistia de uma aula sobre um ponto do programa sorteado com vinte e quatro horas de antecedência.

Na ocasião do sorteio do ponto, quando aguardávamos convocação para o evento sentados no saguão do Departamento de Matemática, um dos candidatos disse para o outro, de forma acintosa: “é jogo de cartas marcadas; um candidato é bolsista e o outro é monitor”. Naturalmente, essa afirmação chocou-me profundamente, pois eu conhecia de perto a conduta baseada em absoluta isenção dos professores do departamento. Para minha sorte, o sentimento desagradável com a afirmação foi substituído por uma sensação de confiança quando o sorteio indicou o ponto “Integrais repetidas”, assunto que eu já havia preparado com uma relativa tranquilidade.

Antes do início da minha prova, houve um fato que fez aumentar minha confiança. Quando entrei na sala, percebi que um dos examinadoras comentava com um outro, em tom de sussurro, o fato de o candidato anterior não ter mencionado a aplicação mais direta das integrais repetidas. A minha tranquilidade aumentou porque eu tinha previsto, como de fato o fiz, começar a aula da seguinte forma: “em aulas hipotéticas anteriores, estudamos integração dupla; hoje estudaremos integrais repetidas que podem ser utilizadas para a determinação de uma integral dupla”. Dito isso, percebi que o avaliador que havia feito o comentário sobre o candidato anterior voltou-se para o outro examinador e disse algo como: “tá vendo?”.

Quando o resultado foi divulgado, minutos após o encerramento das provas, o candidato que no dia anterior havia feito a famigerada afirmação sobre “as cartas marcadas”, parecendo não se conter, disse em alto e bom som: “puxa, o monitor foi o primeiro!”. O conteúdo do comentário e o tom em que foi proferido levaram-me a crer que o resultado da seleção modificou a percepção do candidato acerca da lisura do certame.



18

A posse como Auxiliar de Ensino da UFAL

Homologados os resultados da Seleção Pública, fui instado a realizar exames médicos admissionais e a entregar, junto com esses exames, os documentos pessoais de praxe. Quando fiz isso, fui informado que a minha posse como Auxiliar de Ensino da UFAL dar-se-ia no dia 18 de fevereiro de 1974, no Gabinete do Reitor, situado, à época, na Avenida Duque de Caxias.

Não tinha ideia de como seria a solenidade e surpreendi-me quando o Reitor, Professor Nabuco Lopes, iniciou-a percorrendo sobre a necessidade de que os brasileiros, em particular os servidores públicos, cultuassem os símbolos cívicos do Brasil. Afirmou, então, que não daria posse a nenhum dos presentes que não soubessem cantar o Hino Nacional Brasileiro. Ato contínuo, determinou que todos ficassem de pé para que cantássemos, à capela, o hino. Por dois motivos fiquei muito nervoso: sou completamente desafinado e não tinha certeza se saberia cantar o hino integralmente.

Quando o canto evanesceu: todos os cantantes eram desafinados. A segunda foi diminuindo à medida que percebi que o Reitor, diligentemente, observava se cada um estava, de fato, cantando ou, simplesmente, dublando, mandando parar a cantoria daqueles que ele verificava que estavam no primeiro caso. (Para meu alívio, eu fui um dos primeiros a receber o “pode parar”. Um dos presentes foi convidado a se retirar e somente retornar quando “soubesse” cantar o hino).

Não me lembro se houve algum Termo de Posse ou a assinatura de um contrato de trabalho em papel. O que sei hoje é que na minha Carteira do Trabalho e Previdência Social estão apostas a data da minha admissão, a minha remuneração inicial e, surpreendentemente, a assinatura do Reitor, Professor Nabuco Lopes. (Um dado que não foi apostado na minha CTPS é que eu estava sendo contratado para uma jornada de trabalho de doze horas semanais).

CE **CONTRATO DE TRABALHO** 11

Empregador Universidade Federal
de Alagoas
Rua Dr. Orlando de Araújo N.º 1914
Município Maceió Est. AL
Esp. do estabelecimento Ensino Superior
Cargo Auxiliar de Ensino
C.B.O. n.º _____
Data admissão 18 de junho de 1984
Registro n.º _____ Fis/Ficha _____
Remuneração especificada R\$ 1.098,00 (um
mil e noventa e oito cruzei-
ros)
atli
Prof. Nabuco Lopes
Ass. do empregador ou a régoa cf. test.
1.º _____
2.º _____
Data saída _____ de _____ de 19____
Ass. do empregador ou a régoa cf. test.
1.º _____
2.º _____

Acervo pessoal

Mesmo levando em conta o fato de se tratar de um contrato por tempo determinado (ver capítulo seguinte) e a baixa remuneração (meu salário inicial de Cr\$ 1098,00 atualizado monetariamente correspondia a R\$ 797,19, a valores de junho de 2015), eu pressentia (pressentimento confirmado ao longo do tempo) que naquele momento começava uma carreira profissional com um nível alto de estabilidade e de satisfação. Sem dúvida, eu estava muito feliz por ser professor da UFAL.



19

O mestrado na UFPE

A Lei nº 5 539, de 27 de novembro de 1968, que modificava dispositivos da Lei que dispunha sobre o Estatuto do Magistério Superior, estabelecia:

[...]

Art. 6º Para iniciação nas atividades do ensino superior, serão admitidos auxiliares em caráter probatório, sujeitos à legislação trabalhista, atendidas as condições prescritas nos estatutos e regimentos.

[...]

§ 2º A admissão será efetuada pelo prazo de dois anos, que poderá ser renovado.

§ 3º No prazo máximo de quatro anos, o auxiliar de ensino deverá obter certificado de aprovação em curso de pós-graduação, sem o que seu contrato não poderá ser mais renovado.

[...]

Dessa forma, meu vínculo empregatício com a UFAL poderia encerrar-se em 17 de fevereiro de 1976 ou, se meu contrato fosse renovado, eu teria de apresentar um certificado de aprovação em curso de pós-graduação até o dia 18 de fevereiro de 1978.

Na época, pós-graduados eram raridade na UFAL (no Departamento de Matemática só havia um professor portador do título de mestre, Edmilson Pontes, talvez o único da universidade) e cursos de pós-graduação, mesmo *lato sensu*, inexistentes. Provavelmente, objetivando modificar essa situação e resolver a questão dos auxiliares de ensino, o Reitor Nabuco Lopes convocou-nos, no segundo semestre de 1974, para uma reunião, na qual anunciou um programa de incentivo para realização de cursos de pós-graduação: o auxiliar de ensino que se inscrevesse num curso de mestrado teria um aumento de carga horária para vinte e quatro horas semanais, receberia uma bolsa de dois anos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o seu contrato seria automaticamente renovado quando do seu encerramento.

Financeiramente, a proposta não era atrativa. Teria de deixar meus empregos no Colégio Marista e nos cursinhos pré-vestibulares e o aumento da carga horária na UFAL e a bolsa da CAPES não compensariam essas perdas.

“Familiarmente”, a minha ida para o mestrado era complicada. Eu e a Salete já esperávamos nosso primeiro filho (foi uma menina, Jaiane, nascida em abril de 1975), a Salete tinha vínculo empregatício com o Estado de Alagoas, como Supervisora Escolar do Colégio Bom Conselho, e não queria, com toda razão, afastar-se dessa atividade, além do que seu afastamento ampliaria o prejuízo financeiro indicado acima. Só restava manter nossa residência em Maceió e “ir e vir” semanalmente para o local do curso.

“Academicamente”, a situação era preocupante. Mesmo considerando as conversas com meu amigo de graduação em Engenharia Civil, Perdigão, que já fazia o mestrado, o fato de, além da Matemática estudada na Engenharia (que era a Matemática que eu ensinava na UFAL), eu somente ter feito um curso introdutório (três capítulos de um livro) de Álgebra Linear implicava um desconhecimento abissal em relação ao que iria estudar na pós-graduação.

Além disso, eu não conhecia a cidade de Recife, única no Nordeste a oferecer um curso de mestrado em Matemática. Na verdade, eu somente havia ido à capital de Pernambuco duas vezes, uma delas para a formatura no Curso de Formação de Oficiais do meu irmão Evaristo e a outra para comprar um presente de aniversário para a Salete. (Na época isso ocorria: alagoanos deslocavam-se para Recife para efetuar compras de utensílios/equipamentos não disponíveis em Maceió. Havia até uma rede de lojas que usava essa deficiência do comércio de Maceió como marketing: seu slogan era “se no Recife tem, na Casa do Colegial também tem”).

Mesmo com os óbices apontados, entendemos que minha ida era inevitável. Para consolidar essa decisão, a Salete começou a aprender a dirigir (afinal, ela agora tinha de “se virar sozinha” na administração da sua vida pessoal e da nossa casa, coisa que o fez muito bem) e eu a me preparar para o “desconhecido”.

Para minha sorte, o “não conhecer” Recife foi facilmente superado. O colega de departamento Sinvaldo, que havia feito a graduação nessa cidade, estava em situação semelhante à minha e também ia fazer o mestrado na Veneza Brasileira.

Como fomos autorizados a nos afastarmos de nossas atividades a partir de 03/03/1975, fomos juntos para Recife no primeiro domingo do mês de março de 1975. Na primeira noite, dormimos no apartamento de um colega recifense do Sinvaldo. No dia seguinte, com toda a bagagem que levamos, dirigimo-nos ao centro da cidade e compramos um exemplar do Diário de Pernambuco para consultar anúncios de

pensões, apartamentos para alugar etc. Ficamos aliviados quando encontramos a oferta de vagas (incluindo as refeições) num apartamento situado perto de onde estávamos, na Rua Sete de Setembro. O apartamento era de uma senhora (ou senhorita) chamada Elza, que tinha uma filha pequena. A aparência da possível futura senhoria era boa, a localização do prédio excelente, o apartamento estava em condições muito satisfatórias e as condições de pagamento eram aceitáveis. Assim, a partir do segundo dia de estada em Recife passamos a “morar” no “Buraco da Elza”, nome que demos a nossa nova morada, inspirado no “Buraco da Zefa”, um restaurante famoso de Maceió que servia diversos tipos de macarronada.

Nesse mesmo dia fomos à Cidade Universitária para efetuarmos a matrícula nas disciplinas que iríamos cursar no primeiro semestre. Já sabíamos que iríamos fazer, à guisa de nivelamento, disciplinas dos períodos finais do Bacharelado em Matemática. Antes de entrarmos na Secretaria do departamento, tive uma surpresa agradável e um precipitado alívio. A surpresa foi verificar que os horários das matérias que iríamos cursar, Álgebra Abstrata e Análise, concentravam-se nas terças e quintas pela manhã, o que permitir-me-ia viajar para Recife na segunda à tarde e retornar para Maceió na quinta, também à tarde. O precipitado alívio ocorreu ao ver o conteúdo programático das disciplinas: os primeiros pontos de Álgebra referiam-se a Conjuntos, Funções, Relações, assuntos que, pensei introspectivamente, ensinava nos cursinhos; os pontos do programa de Análise eram semelhantes aos conteúdos ministrados em Cálculo I (o alívio de fato foi precipitado: os conteúdos eram abordados de uma forma completamente diferente daquela que ensinava nos cursinhos e nas turmas de Cálculo I, incluindo um maior nível de profundidade).

Nos semestres seguintes, percebi que a concentração dos horários das disciplinas entre terça e quinta era uma prática adotada pela Coordenação do Mestrado com o objetivo de facilitar a vida de vários colegas (de Campina Grande, de João Pessoa, até mesmo de Natal) que, como eu, não tinham condições de permanecer de domingo a domingo em Recife. Isso, evidentemente, facilitou a minha vida doméstica junto a Salete, acompanhar o nascimento da minha filha e participar, mesmo parcialmente, dos seus primeiros meses de vida. Além disso, pude continuar a ministrar as aulas do Colégio Bom Conselho aos sábados, já que não havia conseguido junto à Secretaria de Educação de Alagoas afastamento das minhas atividades para qualificação.

Passamos o resto do ano de 1975 cursando outras disciplinas do nivelamento, ainda hospedados no “Buraco da Elza”. No início de 1976, o Sinvaldo, que também já era casado, decidiu instalar-se com a família em Recife e, então, considerando que passava parte da semana em Maceió, resolvi passar a hospedar-me em hotéis, pagando apenas as diárias efetivamente utilizadas. Naturalmente, procurei o hotel mais barato possível e encontrei o Hotel Lido, situado na Rua do Riachuelo, localização muito boa para os meus deslocamentos para a Cidade Universitária (o site <http://www.turistanarede.com.br/produto.php?id=4261>, acessado no dia 21/01/2017, indicava uma diária de R\$ 30,00 para uma pessoa num quarto sem banheiro e com ventilador). Ao contrário dos tempos da Elza, quando vinha almoçar na hospedaria (lembro que as refeições estavam incluídas no pagamento mensal), passei a almoçar na Cantina do Lula, situada no térreo do prédio onde funcionava o mestrado. Uma afirmação surrealista indica a qualidade da comida. Num momento de discussão sobre a qualidade das refeições disponíveis, o Samuel, colega de João Pessoa, disse em alto e bom som: “comida boa é a do Lula que não enjoa”. Diante do espanto de todos, ele esclareceu: “uma comida que não tem gosto de nada não pode enjoar”

Em 1976 e 1977 cursei as disciplinas obrigatórias (Teoria da Medida e Integração, Tópicos de Topologia e Geometria Diferencial, Análise no \mathbb{R}^n e Álgebra) e algumas optativas (Tópicos de Equações Diferenciais, Análise Funcional e Variável Complexa) do curso e o ano 1978 foi utilizado para participação em seminários e no desenvolvimento da Dissertação de Mestrado, sob a orientação do Professor (alagoano) Roberto Ramalho. (Encerrado o período da bolsa da CAPES, consegui, através da Coordenação do Mestrado, uma bolsa do, à época, Conselho Nacional de Pesquisa CNPq).

Como, em geral, sói acontecer, a apresentação da minha Dissertação de Mestrado gerou um nível razoável de estresse ao apresentador. Lembro ao leitor (mais uma vez, desculpe-me) que não havia computadores e, portanto, não existia sistemas para apresentação de palestras do tipo PowerPoint. A utilização de transparências/retroprojetores ainda não estava disseminada (desconfio até que em nenhum departamento de matemática do Brasil existia esse tipo de equipamento; os professores de Matemática sempre gostaram de giz e quadro “negro”). Assim, a minha defesa teve que ser feita na lousa e incluiu, como é de hábito em apresentações de Matemática, a escrita de todas as definições, de todas as proposições e de algumas demonstrações. Eu sabia que dispunha de uma hora para a apresentação, tempo que, em função do exagero no detalhamento, foi logo esgotado. À medida que o *additional time* (para usar a linguagem das transmissões televisivas de futebol) ia avançando, minha tensão foi aumentando, os enganos foram aparecendo, mas consegui sobreviver. No final, minha Tese de Mestrado foi “plenamente aprovada” pela banca, composta pelos Professores Roberto Ramalho (UFPE, meu orientador), Frederico Xavier (UFPE) e Pedro Nowosad (Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)).

TESE DE MESTRADO



Departamento de Matemática

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

TEORIA ESPECTRAL EM
ESPAÇOS DE BANACH ORDENADOS E
APLICAÇÕES A PROBLEMAS ELÍPTICOS

Jaime Evaristo dos Santos

RECIFE — BRASIL

Acervo pessoal.

A realização do Mestrado em Matemática, além de dar-me conhecimento da vastidão dessa ciência, permitiu-me duas conclusões básicas. A primeira, de caráter geral, foi a indispensabilidade de um curso de Mestrado para ser professor universitário. A segunda, de caráter pessoal, foi o reforço no meu desejo de ser professor, em detrimento da possibilidade de ser matemático. (Para esclarecer: o matemático, resumidamente falando, é aquele que faz pesquisa em Matemática, desenvolvendo novos conhecimentos sobre a ciência, ampliando seus horizontes. Para tal, via de regra, é necessário um curso de doutorado).



20

O concurso para Professor Assistente

O Brasil foi eliminado da Copa do Mundo de Futebol de 1986 pela França nas quartas-de-finais. O tempo regulamentar e a consequente prorrogação terminaram 1x1 e perdemos na decisão por pênaltis. A partida podia ter sido decidida no tempo normal: no final do segundo tempo tivemos uma penalidade máxima a nosso favor, mas Zico (considerado o maior craque da existência do Flamengo) não converteu a cobrança. A partir daí todas as vezes que concede uma entrevista exclusiva, Zico é questionado sobre esse fato. Alguns anos atrás, assisti a uma entrevista do craque em que, após os questionamentos de praxe, o entrevistador perguntou: “você se lembra muito desse pênalti?”. Sem titubear, nem ser agressivo ou irônico, Zico respondeu: “Não. Só quando vou conceder entrevistas”.

Em 1980, não “perdi um pênalti”, nem “perdi a partida”, mas tive um “pênalti muito mal batido” e, ao contrário do Zico, lembro, com

lamentação, muito desse fato.

Nesse ano, a UFAL abriu um concurso público para o preenchimento de quatro vagas de Professor Assistente. Nessa altura, a legislação já havia transformado meu estágio probatório em emprego de Professor Auxiliar, com um contrato por tempo indeterminado, e a minha carga horária de trabalho era de quarenta horas semanais. Porém, o concurso era uma forma de ascender na carreira e, assim, fiz minha inscrição.

Os editais de abertura de concurso para provimento de vagas de professor dos, pelo menos, quinze últimos anos estabelecem que “A Prova Didática consistirá em aula a ser proferida **em nível de graduação** (grifo meu), versando sobre o conteúdo de ponto sorteado, ...”, o que, obviamente, limitava os pontos do programa a esse nível. Essa exigência não constava do edital do concurso aberto ou ela foi ignorada. O fato é que os conteúdos de todos os pontos do programa aprovado eram de disciplinas do mestrado. Pelo que me lembro, na ocasião não lamentei nem ouvi nenhuma lamentação dos outros três candidatos sobre essa questão. Tenho uma forte impressão que o departamento, com as chegadas dos primeiros mestres e a saída de outros colegas para fazer o mestrado, vivia uma “febre de pós-graduação” e, então, como a exigência mínima para inscrição no concurso era o título de mestre, as provas do certame tinham de abordar esse nível.

Foi duro preparar os dez pontos do programa (dois deles, pelo menos, eu nunca havia estudado), mas nas vésperas da prova eu sentia que a tarefa havia sido minimamente cumprida. Como de praxe, o concurso constava de provas escrita, didática e de títulos, e começaria, ao contrário dos atuais, com a prova didática. O ponto sorteado com vinte e quatro horas de antecedência foi-me favorável e, ao terminar minha aula, fiquei satisfeito com meu desempenho e senti que a banca havia achado interessante a minha preleção (dois membros da banca abordaram-me ao final da prova: um deles, meu orientador no mestrado,

indicou um erro conceitual que eu havia cometido, mas, gestualmente, deixou claro que o engano não era significativo e que minha exposição teria sido boa; o outro, colega professor do departamento, disse-me apenas: agora é relaxar para fazer a prova escrita amanhã).

O “pênalti mal batido” ocorreu no dia seguinte. Vibrei com o ponto sorteado, espaços compactos, assunto muito bem estudado no mestrado. Além de estar com todo ele estruturado mentalmente, o edital previa um intervalo de tempo para consultas ao material. Reli o texto que havia preparado, o que confirmou o “meu domínio” sobre o assunto. Como a maioria dos textos matemáticos, eu apresentaria uma introdução motivadora, definições, exemplos de espaços compactos, propriedades, proposições etc. Imaginava três ou quatro exemplos, com o detalhamento do primeiro deles.

A coisa emperrou na demonstração de que o primeiro exemplo se tratava, de fato, de um espaço compacto. No meu modo de escrever, sabia que a prova começava com “considere o conjunto ...”. E aí veio o branco: qual conjunto? Com a não lembrança, comecei a apavorar-me. Cheguei a pensar em vários conjuntos, inclusive, o próprio, mas cada um deles era rechaçado por algum raciocínio correto, sendo o próprio, excluído por um raciocínio incorreto. Várias vezes pensei que a solução seria não incluir a demonstração, mas após escrever quatro ou cinco novos parágrafos pensava: não, não posso escrever sobre esse assunto sem apresentar ao menos uma demonstração. Voltava então a pensar, sem sucesso, qual seria o tal conjunto. Passava novamente pelo próprio, mas, inadvertidamente, rechaçava-o mais uma vez.

Com esse desespero, não fiz uma boa prova e devo ter tirado uma nota muito baixa. Para minha sorte, ao contrário dos concursos atuais, não havia nota mínima por prova: somente a média aritmética das três provas tinha que ser superior ou igual a sete. O resultado, que indicou minha aprovação com média 7,23, confirmou “o meu pênalti mal batido”, já que eu sabia que minha nota na prova de títulos estaria em

torno de 7,6 (a avaliação do título era baseada numa planilha divulgada com antecedência e cada candidato podia calcular sua pontuação) e tinha consciência de ter feito uma prova didática muito boa.

Mesmo tendo sido aprovado, ao contrário do Zico, nunca conseguir esquecer esse episódio e de vez em quando me flagro pensando: Por que, simplesmente, não omiti a demonstração? Por que descartei o próprio conjunto?



21

A divisão do Departamento de Matemática

Como dá para se depreender das lembranças anteriores, a unidade acadêmica em que fui lotado quando do meu ingresso na UFAL foi o Departamento de Matemática. Além de ser responsável pela administração acadêmico-pedagógica do curso de Licenciatura em Matemática, essa unidade era responsável pela oferta das disciplinas da área de Matemática para a quase totalidade dos cursos oferecidos pela nossa universidade na época. Alguns cursos, tais como Pedagogia, Psicologia, Medicina, Odontologia, requeriam apenas uma disciplina, Estatística, que, porém, devia ser lecionada com enfoques diferentes: Estatística Aplicada à Educação e Estatística Vital ou Bioestatística, por exemplo. Outros cursos exigiam muitas disciplinas: para Engenharia Civil, por exemplo, eram ofertadas dez disciplinas, sem contar as disciplinas optativas. Eram, então, muitas disciplinas a serem administradas, o que demandava um número expressivo de professores.

Considerando esse contexto, o plenário do departamento decidiu implementar uma decisão tomada anteriormente pelos conselhos superiores da UFAL, e, assim, em 1980, “minha” unidade acadêmica foi “dividida” em Departamento de Matemática Básica (MAB) e Departamento de Matemática Aplicada (MAP). (Há que se ressaltar que a denominação Matemática Básica, estabelecida na decisão dos conselhos, foi extremamente infeliz, pois ela não existe em nenhum contexto. Se se pretende dividir a Matemática em duas grandes áreas, suas denominações naturais são “pura” e “aplicada”, como faz um dos mais importantes centros de pesquisa em Matemática do mundo, o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), situado no Rio de Janeiro).

Tendo feito o curso de Mestrado em Matemática (Pura), a minha decisão pela lotação no MAB foi natural. Porém, como veremos adiante, o MAP também foi fundamental na minha vida profissional.



22

A Coordenação do Curso de Matemática

Um lugar comum que persegue a educação superior brasileira é que toda universidade deve se basear, de forma indissociável, no tripé ensino, pesquisa e extensão. (Na verdade, esse lugar comum ganhou asas a partir do fato de que essa indissociabilidade foi incluída na Constituição Federal de 1988. A procura por “ensino, pesquisa e extensão” num site de busca realizada em 28/07/2015 indicou 539 000 páginas). Confesso que nunca compreendi como, na prática, essa indissociabilidade podia efetivar-se (por exemplo, os conhecimentos estudados em Cálculo foram desenvolvidos há cerca de duzentos anos; como associar uma aula de Cálculo à pesquisa e, principalmente, à extensão?). Independentemente dessa minha incompreensão, o fato é que, e isso eu concordo, a função de um professor universitário não é apenas ministrar aulas. A ele cabe também a realização de pesquisas e o desenvolvimento de projetos de

extensão.

Um ensinamento subjacente que meus anos de mestrado na UFPE propiciou-me foi o entendimento de que é praticamente impossível fazer pesquisa em Matemática apenas com o curso de mestrado. Como já havia decidido a não fazer o doutorado, a minha participação na pesquisa estava prejudicada.

Por outro lado, por mais que me esforçasse, não conseguia conceber um projeto de extensão em Matemática que não houvesse a ministração de cursos para a comunidade, objetivando a divulgação ou desmistificação da ciência ou a prospecção de talentos. Como já ministrava muitas aulas (na UFAL, em colégios e cursinhos), não me dispunha a participar de ações nesse sentido.

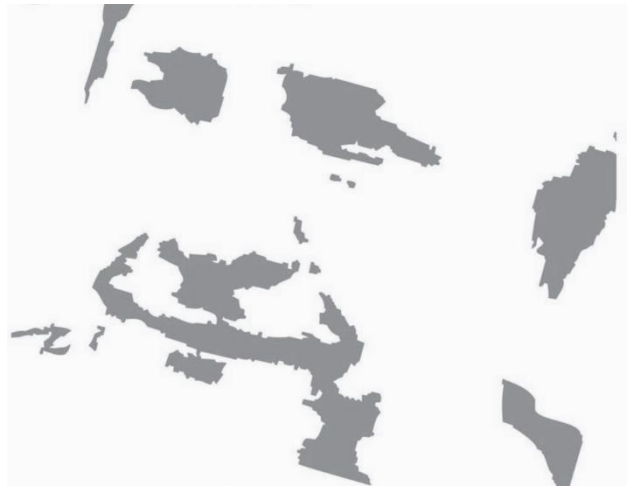
Lembrei-me, então, que era previsto na legislação um “quarto pé” baseando a universidade: a administração universitária. Na prática, a administração não era considerada como elemento basilar do ensino superior. Hoje, com a nova denominação *gestão universitária*, adquiriu status semelhante ao famoso tripé. (A procura por “ensino, pesquisa, extensão e gestão” num site de busca realizada em 28/07/2015 encontrou 38 300 páginas).

Para iniciar minha atuação na gestão universitária, minha primeira opção foi exercer a Coordenação do Curso. Além de ser uma função não muito procurada pelos colegas (muitas questões burocráticas a serem resolvidas, muitas e intermináveis reuniões, a função não era gratificada etc.), havia o fato de a Salete ser Coordenadora Pedagógica o que, naturalmente, poderia ser (e foi) de grande ajuda. Dessa forma, quando pressenti a possibilidade de vacância na função, apresentei-me ao Chefe do Departamento pondo-me à disposição para ser indicado e em 1980 passei a coordenar o curso de Licenciatura em Matemática.

Foi uma experiência muito interessante. Precisava fazer a oferta e definir os horários das disciplinas, discutir com as chefias

dos departamentos a alocação de professores, orientar matrículas de alunos e realizar outras tarefas.

Precisava também participar de reuniões convocadas pela Pró-reitoria de Graduação. Se por um lado esses encontros propiciavam-me a oportunidade de conhecer muitos colegas de outras instâncias da universidade, o que para mim era muito bom, por outro, tinha de participar de discussões baseadas em afirmações cujos defensores não as justificavam, como se fossem axiomas. Por exemplo, havia uma que dizia que “se o índice de reprovação de uma turma for maior que 16%, a culpa é do professor”. Baseado nesse “axioma”, em quase todas as reuniões levantava-se o problema do Cálculo 1, disciplina que apresentava, na maioria das turmas, índices de reprovações maiores que essa marca. Aí, minha participação era repetitiva: perguntava, sem ouvir resposta, a base da tal afirmação, apresentava dados relativos a alunos que chegavam a universidade sem os pré-requisitos necessários para a compreensão do conteúdo da disciplina, citava professores considerados excelentes pelos alunos que não conseguiam “melhores índices” e outras coisas mais. Nenhum dos meus argumentos era levado em conta, a “máxima” não justificada sobrevivia e nós, professores de Cálculo 1, éramos sumariamente condenados.



23

A primeira greve dos professores da UFAL

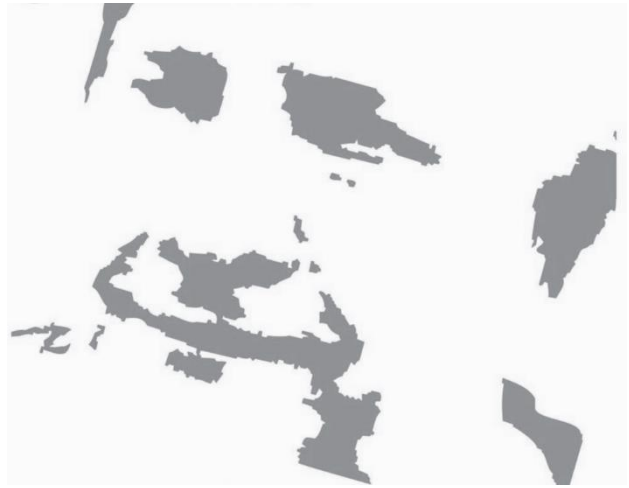
Escrevi essa lembrança no dia 6 de setembro de 2015, em Vila Velha, Espírito Santo. Pela décima oitava vez (ou algo parecido), os professores da UFAL, junto com os colegas de outras quarenta e duas universidades federais, estavam em greve. Reivindicávamos, entre outras questões, a valorização salarial de ativos e aposentados. Como já foi dito de passagem em outro capítulo, a remuneração do professor universitário brasileiro sempre foi muito abaixo do adequado e nenhum governo, não obstante os discursos em defesa da educação, solucionou essa questão.

A primeira greve de professores universitários federais ocorreu em 1980 e teve a participação dos docentes de vinte e seis instituições de ensino superior públicas. A assembleia que deflagrou o movimento na UFAL foi memorável. Realizada no ginásio de esportes do Campus A. C. Simões, com suas arquibancadas lotadas de docentes e estudantes,

teve uma abertura, digamos, teatral. Para informar a todos o andamento da greve em nível nacional, professores ou professoras, após anúncios do mestre de cerimônias no serviço de som, entravam na quadra sob fortes aplausos dos presentes conduzindo pequenos cartazes com a indicação da universidade e do respectivo número de docentes grevistas e os fixavam num painel colocado numa das linhas de fundo.

Outros fatos interessantes aconteceram nesse movimento paredista. As discussões, na reunião do comando de greve e na assembleia seguinte, a respeito de uma proposta de realização de uma manifestação nas ruas do centro de Maceió foram espetaculares. Argumentos pró e contra foram defendidos com maestria. A ida às ruas, então, foi inolvidável. Tendo sido a primeira greve realizada em Alagoas desde a instalação da ditadura militar em 1964, a manifestação de professores causava surpresa e, provavelmente, admiração dos transeuntes, que se aglomeravam embaixo das marquises das lojas para acompanhar a caminhada.

Não lembro qual foi a reação do governo em relação a corte de ponto ou a suspensão de salários, nem encontrei documentos que a registrassem. De acordo com dados disponíveis em <<http://ne10.uol.com.br/canal/educacao/noticia/2012/08/16/ha-32-anos-professores-federais-realizavam-a-primeira-greve-361894.php>>, acessada em 7 de setembro de 2015, o movimento durou vinte e seis dias e resultou na concessão de um aumento de 82,25%, divididos em duas parcelas iguais para janeiro e abril de 1981, além do estabelecimento de um novo plano de carreira do magistério superior das instituições federais de ensino superior.



24

Minhas primeiras “palavras do paraninfo”

As disciplinas que eu lecionava no Departamento de Matemática Básica (Cálculo I, Cálculo II, Álgebra Linear, Geometria Analítica entre outras) eram ofertadas para os períodos iniciais dos cursos de Engenharia Civil, Agronomia, Administração, Economia, Contabilidade, Matemática e Arquitetura (uma das minhas “frustrações” profissionais é nunca ter sido alocado para turmas das alunas bonitas de Arquitetura). Disso decorria que, excetuando os de Matemática, meu contato com meus alunos ia rareando após a conclusão da minha disciplina e eu não era lembrado quando da escolha de padrinhos, paraninfos, patronos etc., sendo, na melhor das hipóteses, incluído na lista dos professores homenageados.

Sendo coordenador do curso, minha chance de receber uma distinção mais específica era de algum grupo de formandos de

Matemática. Essa possibilidade, porém, esbarrava no fato de que era muito difícil haver solenidades festivas de colação de grau dos alunos desse curso devido a dois problemas: o baixo número de formandos em cada período e as condições financeiras dos alunos do curso.

A cantilena é eterna e geral. Todos os governantes, não importa a esfera, municipal, estadual ou federal, todos os candidatos, todos os políticos adoram afirmar: “Um país não se desenvolve sem educação e o desenvolvimento da educação passa pela valorização profissional do professor”. Não obstante a unanimidade e a perenidade dessa afirmação, o nível salarial dos professores sempre foi muito abaixo do patamar dos outros profissionais de curso superior. Isso, obviamente, concorre para que a procura de vestibulandos pelos cursos de formação de professores, principalmente de Matemática e de Física, seja muito pequena. Naturalmente, essa baixa procura abre espaço para aqueles candidatos mais humildes financeiramente, que não tiveram condições de estudar em melhores colégios ou frequentarem nos cursinhos. (Tenho convicção que, mesmo que houvesse na época que fiz vestibular oferta de curso de Licenciatura em Matemática, eu teria mantido a opção por Engenharia Civil. Parece-me que, para algumas áreas, o magistério é como um homem feio no dizer, já dito, das minhas filhas: é preciso conhecer para se apaixonar).

Mas, aconteceu! Não me lembro em que ano, não me lembro quais os formandos (que eles me desculpem), não me lembro as circunstâncias. Lembro que fui procurado por um grupo de alunos para ser paraninfo da turma e que deveria, até uma certa data, entregar as “palavras do paraninfo”. Aí, uma preocupação: o que dizer? (Na maioria das vezes, a primeira vez a gente nunca esquece, mas é muito difícil!). Sabia que alguns paraninfos realizavam essa tarefa citando aforismos de filósofos famosos ou versos de poetas consagrados. Não quis seguir esse caminho: queria “palavras minhas”! Ocorreu-me, então, abordar a questão, discutida acima, das condições de trabalho do professor e contestar a máxima, reinante na época, “magistério é um sacerdócio”,

que tinha o objetivo explícito de elogiar a função do professor, mas que era usada para, subliminarmente, dizer: “o professor não precisa fazer reivindicações de melhorias salariais”.

Antes da data aprazada, entreguei o que tinha escrito aos formandos, mas, até hoje não sei qual foi o destino dado. Não sei as razões, mas não houve festas, não houve convites, não houve placas comemorativas. (Às vezes penso: será que os alunos suspenderam a solenidade porque não gostaram da minha mensagem?).

A propósito, minhas palavras foram:

“Magistério não é sacerdócio. Esse deve ser o primeiro axioma da luta do professor pela sua valorização profissional”. (Cabe explicar que “axioma” é um termo básico da linguagem matemática e tem um significado diferente das acepções explicitadas nos dicionários da língua portuguesa).

Vale ressaltar que não havia nada de ineditismo no ato de eu contestar uma “verdade” corrente. Em 1972, Chico Buarque já fizera isso na música Bom Conselho (“Devagar é que não se vai longe” contestando o ditado “devagar se vai ao longe”). Tive uma colega de juventude que afirmava “quem não tem cão não caça” indo de encontro ao “quem não tem cão caça com gato”. Uma das primeiras “discussões filosóficas” que eu e a Salete tivemos quando ainda éramos apenas amigos foi a respeito da minha contestação à frase famosa de Antoine de Saint-Exupéry “tu te tornas eternamente responsável por tudo aquilo que cativas”



25

Minha transferência para o Departamento de Matemática Aplicada

Em maio de 1987, encerrou-se meu longo mandato de Coordenador do Curso de Matemática. Além de aparecerem colegas interessados em assumir a função, os regimentos vigentes não me permitiriam continuar a coordenar o curso. Assim, dentre as atividades previstas para o exercício do professor universitário, ensino, pesquisa, extensão e administração, voltei a exercer apenas a primeira. Em relação à administração, poderia até tentar exercer a chefia do departamento. Porém, eu não via com bons olhos essa tentativa devido ao fato de que havia muitos colegas interessados em exercer essa função e eu não pretendia participar de disputas internas.

É certo que no “âmbito da pesquisa” eu participava de seminários de estudos avançados de Matemática promovidos pelo departamento. Porém (o cacife conquistado pela idade e pelo “tempo de contribuição”

permite-me a confissão!), minha participação nesses encontros somente me trazia angústias. Considerando que já havia decidido não fazer doutorado em Matemática e que os assuntos estudados eram, naturalmente, de um nível de profundidade maior do que o daqueles que ensinava, a sensação que tinha era que estudava, estudava, estudava, e não sentia aonde ia chegar. (Um fato que aumentava minha angústia em atuar apenas em ensino – eu continuava sem motivação para liderar projetos de extensão – era que, em 1985, havia sido incluído no regime de Dedicção Exclusiva justamente para exercer a função de coordenação de curso).

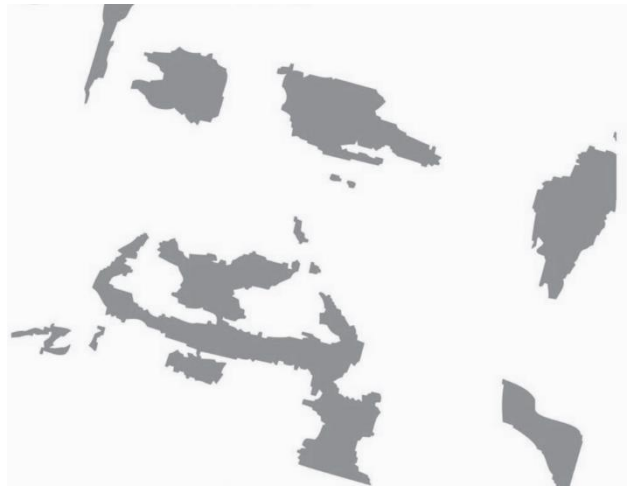
Resumo da ópera: eu não estava plenamente satisfeito. Dessa forma, quando tomei conhecimento da iminente implantação do curso de Ciência da Computação, vinculado ao Departamento de Matemática Aplicada, pensei que seria interessante (e como foi!) a minha remoção para o MAP com o objetivo de atuar nesse novo curso e (meta principal!) aprender alguma coisa de informática.

Como senti que a possibilidade da minha transferência de departamento foi bem recebida pelos colegas do MAP, ex-colegas do Departamento de Matemática, comuniquei ao chefe do meu departamento minha intenção e requeri ao magnífico reitor mudança de lotação na instituição. Na ocasião da reunião deliberativa a respeito da minha liberação (condição *sine qua non* para o reitor efetivar a remoção), fiz, de forma o mais objetiva possível, a explanação dos motivos do pedido e retirei-me da sala para deixar todos à vontade para emitir suas opiniões.

Embora não via motivos para que meu pedido fosse negado, os minutos de espera pelo resultado foram de ansiedade. Terminada a reunião e recebido o comunicado da aprovação da minha solicitação, fui surpreendido ao ser procurado por um colega que me parabenizou “pela força que demonstrei ao tomar aquela atitude”. Outras surpresas ocorreram quando um colega mais íntimo narrou-me (“fofoca positiva”, se é que isso existe) alguns fatos da reunião. O que mais me marcou foi um colega ter registrado uma declaração de voto do tipo: “voto

favorável à liberação desde que o departamento se comprometa a aceitar o retorno do professor em qualquer momento que assim ele o desejar”.

Evidentemente, as demonstrações de carinho que recebi das duas partes deixaram-me feliz e toquei o barco para outras águas, mesmo sabendo que estaria acrescentando mais um ingrediente na salada da minha vida acadêmico-profissional (graduação em Engenharia Civil, profissão professor, mestrado em Matemática, especialização em informática (ver capítulo seguinte), professor vinculado ao curso de Ciência da Computação).



26

O Curso da Especialização em Matemática Aplicada: Computação

Além de outros, existem dois grandes problemas para implantação de um curso novo numa instituição de ensino superior: a infraestrutura e o corpo docente. Em geral, a infraestrutura exige a instalação de novos laboratórios e o corpo docente necessita de professores que tenham graduação e/ou, de preferência, pós-graduação na área respectiva.

Em 1986, quando a UFAL criou o curso de Ciência da Computação, o Departamento de Matemática Aplicada (MAP) contava apenas com três professores com mestrado na área de computação, um deles graduado em Ciência da Computação e os outros em Engenharia Civil. Os demais professores que lecionavam a disciplina Introdução à Computação para alguns cursos da universidade eram engenheiros civis

que haviam migrado profissionalmente para área de informática. Ou seja, o corpo docente, como um todo, não tinha uma visão global de um curso de graduação em computação.

Para minimizar esse problema, a universidade, junto com o MAP, promoveu um curso de especialização cuja grade curricular (ao contrário do que o significado do termo especialização sugere) contemplava, de uma forma ou de outra, todas as disciplinas de um currículo “padrão” do curso.

A experiência de participar desse curso foi muito interessante. Eram conhecimentos novos, termos desconhecidos e conceitos sobre os quais nunca tinha ouvido falar: Programação, Estruturas de Dados, Teoria da Computação, Arquitetura(!) e Organização de Computadores, Bancos de Dados, Redes de Computadores e outras coisas mais. Além disso, o curso era dado de forma intensiva, sendo ministradas quatro, às vezes oito, aulas por dia, durante as quais era apresentado um número muito grande de informações. Eu, que estava acostumado com o mestrado em Matemática em que o número de aulas semanais era pequeno e a maior parte da aprendizagem era tentada através de estudos individuais, estranhei muito. Foi duro, mas valeu a pena. Embora não tenha me tornado um “especialista” em computação, consegui adquirir uma visão geral do que deveria ser estudado num curso de graduação da área.

Em termos do meu futuro como ministrante de aulas para o curso de Ciência da Computação da UFAL, a experiência também foi importante: tive a oportunidade de conhecer excelentes professores do Departamento de Informática da UFPE e observar como eles utilizavam plenamente os recursos audiovisuais disponíveis (na época, transparências e retroprojetores), abdicando completamente do binômio quadro e giz.

Ao concluir essa lembrança, e em respeito ao “sangue de professor” que me corre nas veias, sinto-me no dever de justificar a denominação do curso.

Por que “Especialização em Matemática Aplicada: Computação” e não, simplesmente, “Especialização em Informática” ou “Especialização em Computação”? A explicação está numa das exdruxulidades que foram incluídas em algumas resoluções da nossa UFAL. A norma exigia que apenas fossem oferecidos cursos de pós-graduação *lato sensu* vinculados a cursos de graduação e que essa vinculação ficasse explícita na denominação do curso. Como não havia curso de graduação vinculado ao Departamento de Matemática Aplicada, “deu-se um jeitinho” através da vinculação do nome do curso à denominação do departamento.



27

Minhas primeiras disciplinas do curso de Ciência da Computação

Uma questão que eu não tinha levantado durante o processo de mudança para ser professor do curso de Ciência da Computação foi: que disciplinas eu iria lecionar? A primeira turma já iria para o segundo período e, como ainda não havia tido acesso à periodização do curso e, portanto, não sabia que disciplinas seriam ofertadas, eu me perguntava: e agora?

A resposta demorou um pouco, mas veio, anexada a um raciocínio indiscutível: como “vim de lá”, iria ficar com as disciplinas que mais exigissem conhecimentos de Matemática: Lógica Aplicada à Computação e Teoria da Computação. A primeira era mais ou menos óbvia, já que ela era ministrada nos cursos de Matemática, com a denominação Lógica Matemática.

Só que eu nunca havia participado de um processo de ensino/aprendizagem de Lógica Matemática, nem como professor, nem como estudante! Além disso, sendo, digamos, do “ciclo básico” de um curso de Ciência da Computação, ela não foi contemplada no curso Especialização em Matemática Aplicada: Informática! Dessa disciplina eu somente havia ensinado (para o vestibular) utilização matemática dos conectivos **e** e **ou**!

A Teoria de Computação foi ministrada no curso de especialização, mas com um enfoque muito diferente do disposto na ementa da disciplina, de acordo com o projeto pedagógico do curso.

Apesar dessas questões, eu não tinha como recusar a alocação e fui à luta. Comecei a preparar as aulas e, então, senti o drama. Embora no mestrado de Matemática tivesse treinado o autodidatismo, a dificuldade era maior pelo fato de que eu teria de aprender com um nível de profundidade tal que me tornasse capaz de transmitir para outras pessoas. “Dissecar” os exemplos, resolver todos os exercícios, compreender “intimamente” as relações entre os entes matemáticos estudados, absorver novos conceitos. Lógica de primeira ordem, *modus ponens*, *modus tollens*, prova automática de teoremas, na Lógica Aplicada à Computação. Assimilar o funcionamento da Máquina de Turing, entender a relação entre essa máquina, a Tese de Church, as funções computáveis e o λ -cálculo, na Teoria da Computação.

O fato é que foi a época que mais estudei, individualmente falando. Mais do que para o vestibular, para as matérias de Engenharia Civil, para o mestrado, inclusive durante o desenvolvimento da dissertação. Foi muito esforço, mas valeu a pena, pois, considerando as condições, o resultado foi razoável. Vale ressaltar que, como sempre me aconteceu, os alunos ajudaram-me muito: a minha primeira experiência com essas disciplinas aconteceu com a primeira turma do curso, que era composta de excelentes alunos, muitos deles graduados em Engenharia Civil que haviam migrado profissionalmente para atuar em

informática e pretendiam ampliar e solidificar os seus conhecimentos na área.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CADERNETA ESCOLAR DO PERÍODO 891

DISCIPLINA: TEORIA DA COMPUTAÇÃO I
MAP.030.0301

TURMA

ENTREGUE ESTA CADERNETA AO DEPARTAMENTO ATÉ

Nº	NOME DO ALUNO	CÓDIGO DO ALUNO	Nº
01	ADRIANA MILITAO AGRA	872.55.001.0	01
02	ALEXANDRE DE SOUZA LIRA	872.55.002.8	02
03	GUILHERME DE MACEDO VERAS	872.55.007.9	03
04	JOSE ANTONIO CAVALCANTE CERQUE	872.55.008.7	04
05	JOSE LUIZ DOS SANTOS MOREIRA	872.55.009.5	05
06	JUVENTINO DE SOUZA PADILHA NET	872.55.010.9	06
07	LUIZ SAVIO DE LIMA GAZZANO	872.55.011.7	07
08	MARCO ANTONIO ROCHA BARROSO	872.55.012.5	08
09	MARIA DE FATIMA MOTA MEDEIROS	872.55.014.1	09
10	MOISES CALHEIROS DE ALMEIDA	872.55.015.0	10
11	NEWTON SAMPAIO DE ALMEIDA JUNI	872.55.016.8	11
12	RUY BARBOSA DE OLIVEIRA	872.55.017.6	12
13	SARAH VEIGA CALADO	872.55.018.4	13
14	WILLIAMSON DE LIMA SANTOS	872.55.020.6	14
15			15
16			16
17			17

Fragmento da caderneta da primeira turma de Teoria da Computação I do curso de Ciência da Computação. Acervo do Instituto de Computação da UFAL.



28

Meu primeiro livro

No primeiro semestre de 1990 aconteceu um fato que contribuiu muito para a minha realização profissional e pessoal: os colegas Maurilúcio e Afra, casados, foram afastados das suas atividades para fazerem o mestrado na UFPE. Ele era coordenador do curso e, como nenhum outro colega quis assumir a função, voltei a atuar na administração como Coordenador do Curso de Ciência da Computação, resolvendo minha “questão existencial” de estar desenvolvendo apenas atividades de ensino. Por seu turno, a Afra era professora de Programação I e, como não houve pleitos de outros colegas no sentido de assumir essa disciplina, “aloquei-a” para mim. Como o leitor verá a seguir e em capítulos seguintes, passar a ser o condutor do processo ensino/aprendizagem de Programação I e assumir, novamente, a coordenação de um curso foram marcos transformadores da minha relação com a UFAL.

Grosso modo, um computador é uma máquina que executa programas. Programas (de computadores) são um conjunto de instruções escritas numa linguagem que o computador é capaz de compreender. Ainda grosso modo, o desenvolvimento de programas requer a utilização de um raciocínio muito especial, denominado *lógica de programação*. A disciplina Programação I (presente em 100% das grades curriculares dos cursos da área de informática - possivelmente, com outras denominações) tem como objetivo principal o desenvolvimento da lógica de programação, aliado à construção de pequenos/médios programas para execução em computadores.

Fiquei muito entusiasmado quando comecei a lecionar Programação I. Além de ser um raciocínio bem interessante de ser desenvolvido, a lógica de programação permitiu-me vivenciar a plenitude do processo ensino/aprendizagem como sempre sonhei: à medida que ensinava aos alunos, aprendia (muito) com eles.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS			
CADERNETA ESCOLAR DO PERÍODO 901			
DISCIPLINA: PROGRAMACAO I			
MAP.028.C2C2			
TUR			
ENTREGUE ESTA CADERNETA AO DEPARTAMENTO ATÉ			
Nº	NOME DO ALUNO	CÓDIGO DO ALUNO	Nº
01	ALEXANDRE CARLOS DE LIRA ROSEN	892.55.004.0	01
02	BRUNO BARROS SOUTO	892.55.005.8	02
03	FERNANDO JOSE FERREIRA SOARES	882.55.003.9	03
04	FERNANDO PADILHA ALVES	872.55.006.0	04
05	GIAN CARLO MAIA DA SILVA	892.55.007.4	05
06	GLAUBER ARTHUR NASCIMENTO DA S	892.55.008.2	06
07	GUILHERME PIMENTEL DE PAIVA	892.55.009.0	07
08	JOSE AILTON DAS CHAGAS	892.55.001.5	08
09	KARINA REIXOTA BRAGA	892.55.010.4	09
10	MARCIO ROGERIO REIS SANTOS	892.55.012.0	10
11	MARIA JOSE BARBOSA LOPES	892.55.013.9	11
12	MAURO WEINMANN CARNEIRO	882.55.017.9	12
13	MILENA DE ALBUQUERQUE MARTINHO	892.55.014.7	13
14	PATRICIA NATALIA SEIBEL	892.55.016.3	14
15	PEDRO FALCAO GONCALVES	892.55.003.1	15
16	RENATA FERRO BRAGA LAURINDO DE	892.55.017.1	16
17	ROBERIO JOSE ROGERIO DOS SANTO	892.55.002.3	17
18	SANTERIO PEREIRA DE GOUVEIA JU	882.55.014.4	18
19	TERNISIO SIMOES DE CASTRO	882.55.018.7	19
20	WILMA SALGUEIRO DE ALMEIDA	892.55.019.8	20
21			21
22			22

Minha primeira turma de Programação I. Acervo do Instituto de Computação da UFAL

Gostava muito de preparar as aulas, tentando encontrar algum raciocínio que facilitasse a compreensão dos alunos, emocionava-me quando, durante as aulas, sentia que o raciocínio que desenvolvi para solucionar uma questão havia sido plenamente compreendido e chegava ao clímax da emoção quando um aluno apresentava uma solução melhor que aquela que eu apresentara.

Já era muito bom, mas, como se fosse possível, melhorou. À medida que repetia a disciplina para as turmas subsequentes, sempre “repreparando” as aulas e procurando novos exemplos e exercícios, fui percebendo que soluções de algumas questões clássicas da Matemática elementar poderiam ser implementadas como programas de computador e que essas implementações contribuíam sobremaneira para o desenvolvimento da lógica de programação. Percebi também que essas questões não eram discutidas nos livros disponíveis para a disciplina e, portanto, eu possuía um material inédito. Essa percepção encorajou-me a escrever o meu primeiro livro, *Aprendendo a Programar Programando em Turbo Pascal*, editado em 1996 pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL).

Essa é a razão de eu considerar o fato de começar a lecionar Programação I ter sido um marco na minha vida. Foi a partir daí que escrevi o meu primeiro livro, passando a ter outra atividade além das de ensino e de administração. Além disso, tive a felicidade de vê-lo incluído nas bibliografias dos planos de ensino de disciplinas de várias instituições importantes do país, tais como a Universidade de São Paulo (USP) (http://wiki.icmc.usp.br/images/a/a4/ProgramaSCC120_Producao_RAFR.pdf, acesso em 10 ago. 2015), a Universidade Federal de Santa Marias (UFSM) (<http://www-usr.inf.ufsm.br/~candia/aulas/elc108/biblio.html>, acesso 10 ago. 2015) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (<http://www.cin.ufpe.br/~agsf/ComputacaoEletronica.htm>, acesso em 10 ago. 2015).

O livro também me deu “minha primeira festa”. Nunca fiz festa de aniversário e a festa do casamento é da noiva, não do noivo. Dessa forma, o lançamento do meu primeiro livro, promovido pela EDUAFAL, foi a primeira ocasião em que me senti o “dono da festa”. Teve mesa, composta pela Vice-reitora Professora Ana Dayse Dórea, pela Diretora da EDUAFAL, Professora Leda Maria de Almeida e por mim, houve discursos (meu primeiro discurso!), teve música e, o que é mais importante, recebi muitos convidados: papai (mamãe não quis arriscar o seu coração de mãe), minhas tias, meus irmãos, meus sobrinhos, minhas filhas, a Salete, amigos professores e funcionários, amigos alunos e ex-alunos e amigos do meu Bebedouro. Foi uma festa que me deixou muito feliz.



29

O erro no primeiro exemplo

Ter passado a lecionar Programação I também me permitiu realizar a minha primeira “atividade de extensão” (com aspas porque não envolvia nenhum membro da comunidade externa à universidade). O Professor Edmilson Pontes, considerando que eu havia migrado para área de informática, instou-me a ministrar um curso introdutório de programação de computadores para os professores do Departamento de Matemática Básica.

Fiquei muito orgulhoso com o convite, mas fiquei também preocupado: ainda não tinha muita experiência no ensino de Programação I e sabia que iria lidar com “alunos” com extrema habilidade no desenvolvimento de raciocínios matemáticos.

A minha inexperiência pregou-me uma peça. Foi tudo bem no primeiro encontro: discuti apenas questões introdutórias. No segundo, após apresentar as instruções básicas de programação,

apresentei, como primeiro exemplo, um programa para determinar as raízes de uma equação do segundo grau. Programa explicado e dito compreendido, fui testá-lo no sistema de computação. Utilizei no primeiro teste a equação de raízes 1 e 2; executado o programa, apareceu na tela do computador a mensagem: “as raízes da equação dada são 1 e 2”, ou seja, o programa deu a resposta esperada. No segundo teste, utilizei a equação cujas raízes são 2 e 3. Aí, no final da execução, apareceu na tela “as raízes da equação dada são 8 e 2”, ou seja, o programa estava errado! Demorei algum tempo para encontrar o erro, mas quando encontrado, os colegas compreenderam sua razão. Pessoalmente, descobri que, como são detectados quando das suas execuções, erros em programas de computador são uma fonte sólida de aprendizagem.

Sei que esse curso foi utilizado pela maioria dos participantes como uma ampliação de conhecimento. Para minha satisfação, um deles, Adonai, paralelamente as suas atividades de pesquisa em Geometria Diferencial, enveredou, de maneira autodidata, pelo campo da Computação Científica, desenvolvendo um sistema de computação para, entre outras coisas, geração de gráficos de funções de duas variáveis.



30

O impedimento do camarão

A realização de concurso para professor de disciplinas do curso de Ciência da Computação no início dos anos 1990 sempre gerava para mim algum nível de estresse. Como coordenador do curso, eu atuava como uma espécie de supervisor do certame, fazendo, entre outras coisas, a interação entre os membros das bancas oriundos de outros estados com a UFAL.

Em todas as ocasiões, às vésperas da realização das provas eu comparecia à pró-reitoria de graduação para tratar da situação dos professores convidados. Eles vinham sem receber diárias, com direito apenas à passagem aérea e à hospedagem, que incluía a alimentação no restaurante do hotel. Porém, como as provas realizavam-se no Campus A. C Simões ao longo do dia, ficava inviável o deslocamento dos professores para o hotel na hora do almoço.

Numa das ocasiões em que insisti na necessidade de que os convidados recebessem alguma remuneração, quase cometi um ato que, se tivessem conhecimento, meus pais repreender-me-iam veementemente. No meio da contenda, uma assessora do pró-reitor, defendendo a desnecessidade de qualquer recebimento por parte dos membros da banca, disse “professor, o senhor tem que entender que eles voltam daqui com uma certidão de que foram membros de uma banca de concurso da UFAL!”. Considerando que os convidados eram sempre pesquisadores de ponta, com currículos recheados de vários artigos publicados em revistas internacionais, diversas orientações de teses e muitas participações em bancas de concursos de centros mais adiantados que o nosso, tive uma tremenda vontade de dizer “grande merda, uma certidão de participação em banca de concurso da UFAL!”. Levando em conta que meus pais me ensinaram a nunca proferir palavrões, não utilizar expressões chulas e respeitar as mulheres e os superiores hierárquicos, fiquei feliz em ter conseguido me conter.

Em outra ocasião, o fato ocorrido não foi muito estressante porque tive a sorte de rapidamente dar-lhe uma solução. Mas, sem dúvida, foi hilário. Um colega havia deixado os professores no hotel e eu estava em casa com a família. De repente, toca o telefone (fixo, ainda não havia a telefonia móvel). Quando atendi, o Professor Agamenon (na época da UFPE, hoje da UFAL), com sua voz facilmente identificável, falou “professor, o restaurante do hotel está nos informando que não temos o direito de pedir pratos de camarão”. Fiquei estarelecido com o impedimento imposto ao camarão. É certo que na época os pratos desse delicioso crustáceo eram vinte a trinta por cento mais caros que os pratos de carnes e de peixes, mas fazer com que pessoas que se deslocaram de suas cidades para executar um trabalho sem remuneração passassem um constrangimento de tal monta era inadmissível. A minha sorte é que

consegui, via telefone, comunicar-me com o vice-reitor Rogério Pinheiro, que, também estarecido, assumiu a responsabilidade de resolver a situação, e resolveu.

(Peço desculpas ao leitor que, diante do título, imaginou que teria havido um erro de digitação e que “Camarão” seria um jogador de futebol que teria ficado em impedimento em algum lance crucial de um jogo importante).



31

A vice-direção do Centro de Ciências Exatas e Naturais

A estrutura administrativa da UFAL nos anos 1980/1990 previa unidades acadêmicas, denominadas *centros*, constituídas de *departamentos*, células básicas da organização. O Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN), por exemplo, era constituído dos Departamentos de Física, de Meteorologia, de Química, de Geografia, de Geologia e Topografia, de Matemática Básica e de Matemática Aplicada. Cada centro era administrado por um diretor e um vice-diretor, cargos que, até então, faziam parte do rol das funções comissionadas da instituição.

Pela legislação da época, os ocupantes dos cargos administrativos das universidades eram eleitos pelos colegiados máximos de cada instância. No caso da UFAL, um colegiado

que reunia os Conselhos Universitário (CONSUNI) e de Ensino e Pesquisa (CEPE) elegia o reitor, o Conselho de Centro elegia o diretor do centro e a plenária do departamento elegia seu chefe.

Com o fim da ditadura militar no Brasil, nos meados da década 1980, os segmentos da universidade, estudantes, técnicos administrativos e professores, promoveram movimentos reivindicatórios no sentido de que essas eleições tivessem a participação de toda comunidade universitária. Embora a legislação não permitisse a oficialização das eleições diretas, quase sempre os membros dos colégios eleitorais oficiais comprometiam-se a acatar os resultados dessas eleições, que eram promovidas por comissões compostas por representantes dos três segmentos. (É verdade que houve comissões que tomaram algumas decisões, digamos, equivocadas: (1) na primeira eleição direta para reitor, foi exigida que cada candidato a reitor apresentasse o candidato a vice-reitor e os nomes dos servidores que assumiriam as pró-reitorias. Esse formato implicou um sentimento, por parte de cada pró-reitor, “de ter sido eleito” – mesmo que nenhuma legislação prevísse um mandato para a função – o que dificultou sobremaneira demissões desses assessores, mesmo que justificadas; (2) houve uma unidade em que a eleição direta foi através do voto universal. Naturalmente o segmento estudantil definiu essa eleição; (3) houve uma unidade em que o voto foi computado por categoria. Como só havia três técnicos administrativos lotados nessa unidade...).

Na segunda eleição direta para a direção do CCEN, em 1988, foram eleitos os Professores Benedito Pontes, meu colega do Departamento de Matemática Básica, diretor, e Afrânio Neri, do Departamento de Química, vice-diretor. Para minha surpresa, em 1992, o Afrânio, sem dizer exatamente do que se tratava, convidou-me para um encontro festivo na residência do então vice-reitor Rogério Pinheiro, que havia sido meu colega de trabalho

no Cursinho Alagoano e meu patrão no Curso Planeta. Durante o encontro, Afrânio, Rogério e Benedito chamaram-me para uma conversa particular e fizeram-me o convite para ser candidato a vice-diretor na chapa encabeçada pelo primeiro. (Nunca soube exatamente a razão de ter sido escolhido. O Afrânio falou-me apenas que o grupo teria se decidido por alguém do Departamento de Matemática Aplicada e havia dúvidas em relação ao meu nome e o do colega José Arnon. Certamente, pesou o fato de eu ser coordenador de curso. Essa impressão corrobora a importância do fato narrado no início do capítulo 28, já que esse convite também foi fundamental para minha carreira).

Considerando que assumir a vice-direção do CCEN seria, de certa forma, uma ascensão na “carreira administrativa”, aceitei o convite e lançamos a chapa *Avançando*, denominação que dava ideia de continuidade e de evolução.

Amenos do fato constrangedor para mim de a chapa concorrente ser encabeçada por um colega do Departamento de Matemática Básica, Antônio Carlos, a campanha e a eleição transcorreram num clima de tranquilidade e a nossa chapa foi vitoriosa.

Nas vésperas da posse das novas diretorias dos centros, uma outra surpresa, agora desagradável: os vice-diretores “eleitos” não iam tomar posse! Uma nova Lei havia transformado as Funções Comissionadas das universidades em Cargos de Direção e as vice-direções de centro não foram contempladas com essas novas gratificações (as portarias publicadas no Diário Oficial da União usaram o verbo *nomear* para os diretores, indicando que eles iam assumir um Cargo de Direção CD-3, e *designar* para os vice-diretores). Senti-me, então, designado para ser um mero substituto do diretor nas suas faltas e impedimentos e, então, considerando as questões pecuniárias (tento ser o mais sincero possível) e o fato de apreciar muito os encargos de um colegiado de curso, tomei a

decisão de permanecer na função que já ocupava de Coordenador do Curso de Ciência da Computação.

Nunca tive dúvidas sobre a legalidade dessa minha atitude (soube posteriormente que ela foi criticada por vários colegas): quando, por impedimento do titular, eu assumia a direção do centro, afastava-me da coordenação do curso, passando a responder por ela o vice-coordenador. Por outro lado, hoje tenho dúvidas sobre os aspectos morais envolvidos nessa “acumulação de funções” (se houve algum aspecto não moral, foi mais um deslize – já prescrito! – que cometi).



32

Os computadores PS1 e a minha segunda “atividade de extensão”

Além de a remuneração do professor ser muito aquém do razoável, o preço de um computador no início dos anos 1990 era muito alto. Certamente, poucos professores dispunham desse equipamento. Com essa preocupação, a reitoria instituiu, em 1992, o Programa de Incentivo à Pesquisa e Difusão do Uso da Informática (PPDI), através do qual estabeleceu um convênio com a *International Business Machines Corporation* (IBM), dos Estados Unidos, que permitiu a importação de computadores do modelo IBM PS1. Esse programa também firmou um convênio com uma entidade de crédito internacional para financiar aquisições desses equipamentos por parte da comunidade universitária. A figura a seguir apresenta um extrato de um desses financiamentos, mostrando o custo, com desconto, do equipamento: hum mil, novecentos e quarenta e nove dólares e setenta e três centavos!

Nome: FRANCISCO DE ASSIS FARIAS

Categoria: DOCENTE

Registro Funcional:

Endereco:

CEP:

Tel. Comercial: (0082) - 324-1416

Tel. Residencial: (0082) - 241-0346

EQUIPAMENTO A SER ADQUIRIDO

PART.No.	DESCRICAO	PRECO FOB	PRECO C/DESC.
1047010	*Parallel cable	36.32	36.32
1180764	*2390-001 PPS II 220V	538.32	419.98
2123089	PS1/ - 80Mb / DD 1.44 / DD 1.2	2208.80	1493.43
		0.00	0.00
		0.00	0.00
		0.00	0.00
		0.00	0.00
		0.00	0.00
		0.00	0.00
		0.00	0.00

PRECO FOBUS\$ 2783.44

PRECO C/ DESCONTO US\$ 1949.73

CASH DOWN PAYMENT US\$

VALOR DA 1a. TRIMESTRAL US\$

121.86

157.25

Declaro concordar com as condicoes estabelecidas pelo convenio UFAL-IBM e pela assessoria juridica e financeira da UFAL, quanto a forma de pagamento e demais clausulas previstas.

SaB Paulo, 22 de Outubro de 1992

Acervo de Shyko Farias. Publicação autorizada.

Alguns colegas da UFAL questionaram muito o PPDI, afirmando que a empresa americana teria aproveitado a ocasião para “desovar” equipamentos tecnologicamente superados. O fato é que o programa permitiu que muitos professores e técnicos administrativos, inclusive eu, tivessem a oportunidade de adquirir seu primeiro computador.

Não sei se vinculado ao PPDI ou a outro programa, a universidade também importou computadores IBM PS1 para instalação de laboratórios de informática nas diversas unidades de ensino. Dessa forma, em 1994 ou 1995, o CCEN passou a dispor de um laboratório com quinze computadores para utilização pelos alunos dos cursos de Meteorologia, Matemática, Geografia, Física e Química, já que os alunos de Ciência da Computação dispunham do laboratório do Departamento de Matemática Aplicada, também instalado a partir do tal projeto.

Tendo o laboratório disponível, levei em conta a possibilidade de muitos colegas da universidade que estavam adquirindo seu primeiro computador não saberem utilizá-lo e propus à direção do CCEN a realização de um curso de introdução ao uso da informática (mesmo não sendo um bom usuário de computador, usei da prerrogativa de ser o idealizador do projeto e de ser o vice-diretor do centro para me escalar como o condutor do curso!). Projeto aprovado, inscrições realizadas, curso iniciado, oportunidade para fazer/consolidar novas amizades na UFAL entre colegas “externos” a minha unidade acadêmica: Shyko Farias, João Macário, Avelar, Elizabeth, Mateus, Carlos Alberto, Antônio Passos, dentre outros. Pelo que me lembro, essa foi a minha segunda “atividade de extensão” (também com aspas – ver capítulo 30).



33

Cadeados nos computadores e o mutirão da pintura

Antes da implantação do curso de Ciência da Computação, o Departamento de Matemática Aplicada era responsável pela oferta das disciplinas das áreas de Estatística, Cálculo Numérico, Geometria Descritiva e Introdução à Computação para diversos cursos da universidade. Naturalmente, ao contrário dos professores de Introdução à Computação, os colegas que lecionavam as outras disciplinas não fizeram o curso de especialização descrito no capítulo 26 e mantiveram suas atividades docentes independentes do novo curso.

Raciocinando, de maneira acertada na minha opinião, que o crescimento do departamento, no sentido da implantação de pesquisa e de pós-graduação, estava intimamente ligado à consolidação do curso de graduação, os professores ligados à Ciência da Computação

lançaram, em 1995, a candidatura do colega Cid Cavalcanti para a chefia do departamento. Sendo o mais novo e o mais recente professor do departamento (no dia da eleição, o Diretor do CCEN indagou-o se ele seria o representante dos alunos!), sua disposição em assumir a chefia do departamento e sua vitória na eleição foram, de certa forma, surpreendentes.

Surpreendentes também foram duas de suas iniciativas no exercício do cargo. A primeira por ser inusitada e pela minha incompreensão inicial; a segunda por demonstrar liderança, desprendimento, vontade e perseverança.

I. Como computadores e seus componentes eram produtos relativamente mais caros do que nos dias atuais, era comum adquirir-se equipamentos com baixa capacidade de memória para posterior ampliação, com a inclusão na placa-mãe de novas placas de memória. Mesmo levando em consideração esse aspecto, ninguém, em sã consciência, imaginava a possibilidade de alguém furtar um componente interno de um computador. Mas, infelizmente, isso aconteceu: alguém furtou a placa de memória de um computador do laboratório do departamento. Após a indignação coletiva inicial, ouvi do chefe: vou colocar cadeados nos computadores. Como era (e ainda sou) leigo nas questões, digamos, técnicas de computação, fiquei me perguntando o sentido da afirmação: o que o chefe estava querendo dizer com aquilo. No dia seguinte tive a resposta: vi-o fazer furos (com uma furadeira, certamente, de sua propriedade) nos gabinetes e nas respectivas tampas e colocar cadeados (provavelmente, adquirido com seus próprios recursos) em cada computador. Aí, entendi que ele havia falado “colocar cadeado nos computadores” no sentido literal.

II. Não obstante os esforços dos administradores responsáveis, vivia-se o caos em relação à manutenção dos equipamentos da universidade e da infraestrutura física do campus. Trocas de lâmpadas fluorescentes, consertos de aparelhos condicionadores de

ar, substituições de reparos de torneiras, qualquer coisa nesse sentido demandava muito esforço e muita paciência. Manutenção na pintura dos prédios, nem pensar! Pensar em colocar ou repor cortinas nas salas era loucura extrema! Pois, justamente, manutenção na pintura e reposição de cortinas em algumas salas eram duas coisas (entre tantas outras) que o nosso departamento precisava (antes de sua repartição, algumas salas do prédio onde funcionava o Departamento de Matemática haviam sido ocupadas pelo Gabinete do Reitor e eram devidamente cortinadas). Depois de várias tentativas infrutíferas no sentido da situação ser resolvida pela Prefeitura Universitária (hoje, Superintendência de Infraestrutura), nosso chefe complementou um suprimento de fundos (conseguido a duras penas) com recursos próprios, comprou o material necessário e convocou os estudantes para participarem de um mutirão com o objetivo de pintar o saguão do bloco e as vidraças das janelas de salas que eram usadas em apresentações em que eram utilizados equipamentos audiovisuais (as cortinas dessas salas estavam em frangalhos). Muitos alunos atenderam à convocação e fizemos o mutirão em clima de festa. Disse “fizemos” porque tive a alegria de participar ativamente do ajutório, mesmo sabendo que algumas das minhas ações (subir numa escada, por exemplo) provocava preocupações carinhosas de todos.

Essas lembranças estão postas como uma homenagem a um grande número de colegas que se dedicam, ou se dedicaram, de corpo e alma a nossa UFAL.



34

A eleição para diretor do Centro de Ciências Exatas e Naturais

Sendo vice-diretor (ver capítulo 31), eu era um candidato natural a diretor do Centro de Ciências Exatas e Naturais na eleição de 1996. As regras já estavam postas: todos os professores, servidores técnicos administrativos e estudantes vinculados ao centro teriam direito a voto e a apuração dos sufrágios seria feita por categoria e o resultado final calculado a partir da ponderação paritária dos resultados obtidos em cada segmento.

Contando com o apoio do Diretor Afrânio Neri e do Reitor Rogério Moura Pinheiro (lotados no Departamento de Química e, portanto, eleitores), tendo um bom relacionamento com a maioria dos professores e técnicos administrativos do centro e sendo professor do curso que contava com o maior número de alunos dentre os cursos

vinculados ao centro, tinha uma boa chance de ganhar a eleição quaisquer que fossem os candidatos. Porém, detestando disputas com colegas, participações em debates, necessários pedidos de voto, meu sonho era maior: queria ser candidato único!

Próximo do final do prazo de inscrições, tomei conhecimento de um movimento de um grupo de professores detentores de título de doutorado no sentido de lançar a candidatura de um doutor. Isso me abalou pelo fato de que a concorrência com um doutor poderia desembocar num confronto entre doutores e não doutores, o que sem dúvida nenhuma, seria nefasto para a unidade acadêmica. Três fatos que chegaram ao meu conhecimento fizeram com que eu mantivesse o projeto. Primeiro deles, fundamental: o doutor que o grupo contatou, um colega do Departamento de Meteorologia, não quis ser candidato (nunca soube se em respeito a minha candidatura ou por razões de foro íntimo); segundo deles: um doutor, colega do Departamento de Matemática desafiou o grupo no sentido de que eu ganharia a eleição qualquer que fosse o adversário; terceiro, e mais importante para mim: o colega Jenner, doutor do Departamento de Física, contra-argumentou com o grupo que eu não era portador de título de doutor, mas tinha produção acadêmica, citando meu livro *Aprendendo a Programar Programando em Turbo Pascal* (ver capítulo 29).

De fato, fui candidato único, tendo como companheiro de chapa o colega do Departamento de Física Kleber Serra. No dia da eleição, tudo correu de forma tranquila, observando-se uma boa frequência de eleitores, professores, técnicos administrativos e estudantes.



35

Finalmente! Atividades de extensão

Em 1998, a UFAL implantou um programa de assistência para estudantes de baixa renda, denominado Bolsa Trabalho: em troca de ajuda financeira, os agraciados dedicavam doze horas semanais de trabalho junto às unidades acadêmicas, departamentos, pró-reitorias etc.

No exato instante em que fui informado do lançamento do programa, dirigi-me à Pró-reitoria Estudantil alegando que o CCEN necessitava de dois bolsistas, preferencialmente, alunos do curso de Ciência da Computação (puxando a brasa para minha sardinha!), para auxiliarem no gerenciamento do Laboratório de Informática do centro.

Pleito feito, pleito atendido, fui incontinentemente à sala onde estava se realizando uma aula dos feras do curso e ocorreu uma situação interessante. Antes de eu concluir a explanação do

programa, dois alunos, visivelmente, emocionados, saíram da sala e dirigiram-se à pró-reitoria para se cadastrarem e pleitearem as duas bolsas.

Com a chegada desses bolsistas, Farias e Williams, fiquei menos intranquilo em relação ao laboratório: a partir daí, durante vinte e quatro horas por semana, haveria alguém com a incumbência de cuidar da administração dos computadores e, na medida do possível, apoiar os usuários que necessitassem de ajuda.

Porém, se por um lado minha intranquilidade diminuiu em relação ao cuidar do laboratório, por outro, se já era preocupado com o pouco uso dos computadores, agora me preocupava a ociosidade dos bolsistas. (Na época, sem o uso disseminado da internet, os maiores, senão os únicos, usuários de computador eram os alunos de Ciência da Computação e de Física, cursos que tinham os seus próprios laboratórios de informática).

Para resolver essas questões, surgiu a ideia, pioneira na UFAL, de promover cursos de inclusão digital para os moradores do entorno do campus. O projeto foi muito exitoso: além de introduzir muitas pessoas de baixa renda no uso da informática, permitiu desenvolver nos dois bolsistas conhecimentos básicos para usuários computadores. Uma das grandes emoções que tive na UFAL foi ouvir do Williams, no encerramento de sua bolsa, um depoimento, algo como: “Professor, quando ingressei no curso, jamais havia ‘ligado’ um computador. Essa bolsa e a oportunidade de ministrar esses cursos me ensinaram tudo em relação ao uso de computadores”.



Acervo de Willams Ferreira de Siqueira

Além dos bolsistas Farias e Williams, o Professor Assis, do então Departamento de Tecnologia da Informação, também contribuiu com o Programa de Extensão do CCEN. Sua participação era bastante efetiva e autônoma: ele entrava em contato com as lideranças das comunidades vizinhas, providenciava as inscrições, definições de horário, emissões e entregas de certificados etc. ficando eu na cômoda “missão” de, apenas, apor minha assinatura nas papeladas exigidas.

Um dos cursos fez-me cometer um deslize de interpretação e, consequentemente, de escolha de vestuário. Um belo dia o Professor Assis me convida para o encerramento de um dos cursos. Seria realizado num bar/restaurante do Tabuleiro do Martins, num sábado pela manhã. Interpretei equivocadamente que se trataria de um encontro “bebemorativo” e fui, informalmente, de bermudas e chinelos. Em lá chegando, a surpresa foi muito grande, do mesmo

tamanho que a raiva que tive de mim mesmo pela interpretação equivocada: estavam todos trocados de roupa para uma solenidade formal de entrega de certificados do curso, havendo até a previsão de discursos. Naturalmente, na condição de Diretor do CCEN, tive de tecer algumas palavras, que se tornaram mais um pedido de desculpas do que outra coisa. Foi uma lembrança boa no sentido de participar de uma ação importante do centro, mas péssima devido ao erro que cometi.



36

O segundo livro

Todas as propostas de grades curriculares para cursos da área de computação contemplam uma matéria denominada *Álgebra*, que, usualmente, é ofertada pelos departamentos de matemática das universidades. Até o ano de 1993, quando o regime acadêmico da UFAL era semestral, essa sugestão era atendida no currículo do curso de Ciência da Computação através da disciplina Álgebra 1, sob a responsabilidade do Departamento de Matemática Básica. Como os professores desse departamento tinham formação, quase que exclusiva, em Matemática Pura, os conteúdos de Álgebra 1 eram discutidos com o enfoque basicamente abstrato, sem nenhuma aplicação à computação. Esse aspecto incomodava muito os alunos e eles reclamavam muito junto à coordenação. O colegiado do curso compreendia perfeitamente a angústia dos estudantes, mas a única solução vislumbrada (a disciplina passar a ser ofertada pelo nosso departamento) esbarrava nas questões de política de

boa vizinhança e de possíveis posicionamentos contrários da Pró-reitoria de Graduação.

A oportunidade de implementar essa solução surgiu quando as disciplinas da UFAL passaram a ter ofertas anuais. Como o departamento não podia oferecer uma disciplina denominada Álgebra, ou coisa parecida, e havia dificuldade de anualizar as disciplinas Cálculo Numérico e Teoria dos Grafos, o colegiado criou a disciplina Tópicos de Matemática Aplicada à Computação reunindo os conteúdos dessas três disciplinas. (Os iniciados podem pensar que essa reunião foi esdrúxula, porém o iniciar a denominação de uma disciplina pela palavra Tópicos abre muitas possibilidades!). Além disso, o conteúdo relativo à matéria Álgebra foi modificado para aprofundar o estudo dos números inteiros e apresentar uma aplicação da Matemática à Informática, o método de criptografia RSA, de vasta utilização na internet.

Tendo ficado responsável por essa disciplina, após alguns semestres, percebi que assuntos da parte de Álgebra explicavam detalhes relativos aos tratamentos computacionais de caracteres (letras, dígitos, sinais de pontuação etc.) e dos números inteiros, e a formas eficientes de se efetuar divisão por dois em computadores. Entendi de imediato que esses esclarecimentos eram importantes para aprendizagem da programação de computadores e, então, como discussões nesse sentido não constavam da literatura, decidi escrever o livro Introdução à Álgebra (com aplicações à Ciência da Computação), publicado pela EDUFAL em 1999.

Além das alegrias usuais que a escrita de um livro proporciona, vivi uma forte emoção quando apresentei a obra no VIII Workshop de Ensino em Informática, evento que faz parte do Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Computação, realizado no ano de 2000, em Curitiba.

Tenho certeza que o leitor entende o estresse natural gerado pela apresentação de um trabalho para uma plateia desconhecida e qualificada. Porém, o meu nervosismo era maior porque iria afirmar que o livro continha explicações de aspectos da computação que não constavam da literatura. Tinha receio de que as explicações “inéditas” do livro fossem do conhecimento de todos, o que, sem dúvida, o desqualificaria. Fiquei aliviado quando apresentei as perguntas que o texto respondia e não percebi nenhum semblante dizendo-me “que bobagem”. Pelo contrário, senti muita surpresa pelas questões levantadas (algo do tipo: “por que nunca pensei nisso?”) e sentimento de curiosidade positiva. O apogeu da minha alegria ocorreu no final da minha apresentação quando um professor muito conhecido da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) perguntou qual era a resposta que o livro trazia a uma das questões levantadas (para os iniciados: por que o código A³SCII decimal de ‘a’ é 97 e não 91, já que o de ‘Z’ é 90?) e aceitou as explicações que o livro trazia.

³ ASCII (*American Standard Code for Information Interchange*) é uma codificação dos caracteres usada nos sistemas computacionais.



37

Uma lembrança “não acadêmica”

Nunca havia sido procurado para aconselhamentos sobre dúvidas envolvendo sentimentos ou relacionadas a atitudes comportamentais. Minhas filhas nunca o fizeram pelo fato de a Salete ser uma mãe muito presente e muito aberta. Meus irmãos nunca o fizeram pelo fato (isso já foi dito) de eu ter quatro irmãos mais velhos. Meus amigos nunca o fizeram pelo fato de, quase sempre, eu ser o mais novo da turma. Essa é a razão de a lembrança que agora exponho ser-me tão cara.

As minhas “primeiras vistas” de ambos não foram, digamos, lineares. A dele, por um erro de avaliação que cometi, logo logo, para meu gáudio, corrigido. Estava havendo concurso para professor e, por não haver salas de aula disponíveis, a banca havia destinado uma sala “administrativa” para realização da prova escrita. Eu não tinha sido avisado do fato e num determinado momento entrei na sala. Quando ele se voltou e olhou para mim, interpretei que estava,

justificadamente, incomodado. De pronto, saí da sala e comentei o fato com alguns colegas, afirmando que o candidato havia olhado para mim de forma não muito amistosa. Um dos presentes disse de imediato: não se preocupe Jaime, conheço-o do mestrado e, não tenha dúvida, ele é uma pessoa muito tranquila, muito aberta e muito amiga (esse diagnóstico foi confirmado ao longo da nossa convivência como colegas de trabalho).

A minha “primeira vista” dela foi mais complicada, por ter havido um pequeno entrevero. Todo ano eu reclamava, as pessoas balançavam a cabeça como se estivessem concordando, mas no ano seguinte o fato repetia-se: o edital de convocação das matrículas em disciplinas dos feras indicava que elas ocorreriam de 8 h às 17 h. Meu pedido era que fosse marcado um determinado horário (8 h, por exemplo), argumentando que, dessa forma, a maioria dos ingressantes chegaria naquela hora marcada e isso propiciaria a realização de uma primeira reunião, que poderia contemplar o expressar dos votos de boas vindas da coordenação do curso e da chefia do departamento, e uma apresentação do projeto pedagógico do curso e das normas acadêmicas da UFAL. Além de impedir esse primeiro contato com o conjunto dos feras, o horário fixado no formato de intervalo permitia que alguns poucos chegassem às oito horas, outros poucos às onze horas, mais alguns às treze horas e um, mais descansado (ou, não!), às dezessete horas. Evidentemente, esse possível e fatal cenário exigia que a estrutura para a realização da matrícula ficasse disponível durante nove horas (imagine essa situação no caso do curso de Ciência da Computação que oferecia vinte vagas por semestre!). Publicado o edital, dirigia-me à pró-reitoria com a minha cantilena e ouvia a seguinte orientação: “cada coordenação pode publicar um edital no quadro de avisos do departamento estabelecendo o horário do seu curso”. Mesmo sabendo que estava cometendo um “erro de direito” (embora não seja operador do direito, entendo que um “edital

menor” não pode restringir um “edital maior”), eu sempre seguia a orientação recebida e publicava o edital estabelecendo o horário das 8 h às 11 h 30. (Esse horário permitia-me apanhar a Salete no trabalho às doze horas para irmos para casa almoçar – como não havia *fast-foods*, *self-services*, restaurantes com comida a peso etc., almoçava-se em casa – e levá-la de volta às treze horas).

Ao sair da sala, cerca de onze horas e quarenta minutos do dia da matrícula, após matricular vários alunos, eu a vi no corredor, no lado oposto de onde eu me encontrava. Como tinha certeza que ela tinha vindo fazer matrícula, aguardei-a. À medida que caminhava em minha direção percebi que ela era muito bonita e, mesmo sendo muito jovem, já era uma pessoa adulta. Em instantes a pergunta fatal: “é aqui a matrícula de computação?”. Já bastante nervoso (afinal, além de estar atrasado para apanhar a Salete, iria ter que defender o indefensável), respondi: “sim, mas o horário pela manhã já se encerrou”. Ela, então, sempre olhando nos meus olhos, sem grosseria, mas com firmeza, argumentou: “mas o edital publicado nos jornais diz que o horário é de oito da manhã às cinco da tarde”. Eu, mais nervoso ainda: “é verdade, mas a pró-reitoria autorizou a cada coordenação fixar o seu horário e aqui ficou de oito às onze e meia”. Aí, ela, com mais determinação, deu o “ tiro final”: “mas, como eu ia saber disso?”. Como não tinha mais o que argumentar (afinal, eu acreditava nos argumentos dela!), retornei à sala e fiz sua matrícula. Como eu era professor de uma disciplina do primeiro semestre, nossa convivência no processo ensino/aprendizagem removeu rapidamente as singularidades da nossa “primeira vista” e, para minha alegria, tornamo-nos amigos.

Alguns semestres após o ingresso da aluna no curso, fui procurado pelo colega, pedindo-me uma conversa particular. Se o pedido, por si só, já me foi surpreendente, o teor da conversa foi muito mais. Ele me falou que os dois estavam namorando (ou

a ponto de) e gostaria de ouvir minha opinião sobre as questões éticas possivelmente envolvidas num relacionamento amoroso entre um professor e uma aluna. Emiti minha opinião no sentido de que somente veria problemas nos níveis de ensino de primeiro e segundo graus (atualmente, ensinos médio e fundamental), pois poderia envolver menores de idade, meninas ainda em formação de maturidade e, quem sabe, deslumbramentos infantis. Para reforçar minha opinião, citei dois casos semelhantes anteriormente ocorridos que não tiveram nenhuma repercussão, digamos, institucional. A impressão que tive ao fim da conversa é que ele havia concordado comigo e que daria prosseguimento (ou início?) ao relacionamento. Pelo que me lembro, o namoro não durou muito tempo e hoje cada um deles tem sua família e, imagino, continuam amigos.

Tenho consciência de que o fato em si foi singelo, mas, como já disse no início da narração, o contexto transformou-o numa das minhas lembranças ufalinas mais gratas. É, a vida tem dessas coisas!



38

A direção do CCEN

Além da utopia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (comentada no capítulo 23) perseguida por alguns pensadores universitários, há também uma procura ferrenha pela integração entre áreas do conhecimento distintas. Isso explica porque a maioria das universidades iniciam suas atividades baseadas na reunião de departamentos em centros.

Nesse sentido, o CCEN deveria “integrar” as áreas de Física, Meteorologia, Química, Geografia, Matemática Pura, Matemática Aplicada, Ciência da Computação, Geologia e Topografia, objetivo nunca atingido pelo fato de que essas áreas, embora tenham interseções duas a duas (ou três a três, vá lá), são disjuntas. (Não tenho dúvidas de afirmar que esse entendimento era generalizado no centro. Uma das primeiras atividades que propus, na condição de diretor, ao Conselho de Centro foi a realização de uma

exposição dos trabalhos acadêmicos dos estudantes dos diversos departamentos. Essa ideia esbarrou em questionamentos do tipo “de um modo geral, em que um trabalho de um estudante de Física sobre Física da Matéria Condensada vai interessar a um estudante de, por exemplo, Geografia?”).

Foi essa compreensão que me levou a listar como primeiro item da plataforma da minha candidatura a diretor do CCEN (ver capítulo 37) a garantia da ampliação da autonomia dos departamentos, no sentido de que todas as chefias teriam liberdades plenas de contatarem toda e qualquer instância, interna ou externa à universidade, sem a necessidade da participação da direção. Na verdade, meu compromisso foi apenas de garantia, já que alguns departamentos eram “maiores” que o centro e exerciam autonomia plena. Evidentemente, eu me comprometia a ficar à disposição de qualquer departamento, principalmente dos mais “carentes”, para qualquer intervenção necessária.

Com essa autonomia, os departamentos voavam sozinhos e a direção de centro incumbia-se de gerenciar conflitos (externos e internos), principalmente, quando havia recursos humanos para serem alocados aos centros/departamentos. Não sei se era por ser um curso novo, com o corpo docente em formação, ou se era procedimento estabelecido pela alta administração da universidade da época, mas o fato é que, na condição de coordenador do curso de Ciência da Computação, muitas vezes fui chamado à Pró-reitoria de Graduação para ser informado de que eu deveria providenciar a realização de concurso para um determinado número de vagas para professor. Quando assumi a direção do centro (novo reitorado?) a coisa mudou: quando o Ministério da Educação disponibilizava vagas de professor para a UFAL, os diretores eram convocados para reuniões em que, mesmo com a mediação do reitor e dos seus assessores, “engalfinhavam-se” para consecução de uma cota

maior de vagas para o seu centro. Gerenciado o conflito externo, vinha a administração da distribuição da cota do centro junto aos departamentos e havia, então, outra “briga de foice” na reunião do Conselho de Centro. Era duro, mas tenho a consciência tranquila em relação ao fato de que na maioria absoluta das vezes consegui gerenciar a questão de maneira razoável.

Obviamente, esses conflitos reproduziam-se quando havia distribuição de recursos materiais. Lembro uma ocasião em que raciocínios utilizados talvez possam ser entendidos como um confronto socialismo x capitalismo. Numa reunião com o reitor, os diretores de centro foram informados de uma distribuição de computadores para a maioria das coordenações de cursos de graduação (a quantidade disponível era inferior ao número de cursos). Quando indaguei o porquê de o curso de Física não receber um dos equipamentos, ouvi o seguinte argumento: a Física consegue muitos recursos através de projetos e, como não há computadores para todos cursos, nada mais justo que ela não seja contemplada (raciocínio socialista?). Como coordenações de cursos de outros centros também não haviam sido contempladas e, do CCEN, só o curso de Física havia ficado de fora, calei-me. Para minha agradável surpresa, antes de comunicar às chefias de departamento essa distribuição, o pró-reitor de pesquisa, meu colega da Matemática, informou-me que havia levado um dos seus assessores (professor da Física) ao reitor com o seguinte argumento: não é justo que o fato de o Departamento de Física ser competente para amealhar recursos financeiros externos prejudique-o nas distribuições internas (raciocínio capitalista?). Claro que não tomei conhecimento da discussão como um todo, mas o fato é que a coordenação do curso de Física também recebeu seu computador.

Peço ao leitor que tome sua posição em relação aos dois raciocínios utilizados e lembro-o que o fato de um professor de

Física ter tomado a iniciativa de discutir uma questão administrativa diretamente com o reitor não configurou um ato de passar por cima da direção do centro, já que a autonomia dos departamentos foi garantida (é verdade que não sei se o professor estava autorizado pela chefia do departamento).



39

Cabelo e barba

Até o início da década de 1960, cada clube do futebol alagoano tinha que ter duas equipes, pois havia dois campeonatos, o dos *titulares* e o dos *aspirantes*, com esses jogando nas preliminares daqueles. A maior felicidade de um torcedor era ver seu time ganhar os dois jogos para azucrinar a vida dos amigos torcedores adversários dizendo que a sua equipe tinha feito *cabelo e barba*. Naturalmente, essa expressão passou a ser utilizada quando se conseguia duas vitórias de qualquer tipo. Em 1988, eu tive a felicidade de fazer cabelo e barba.

Como já disse no capítulo 24, quando estava no Departamento de Matemática Básica, somente em uma oportunidade recebi convite para ser o paraninfo de uma turma de formandos. Por dois motivos, não passava pela minha cabeça receber um convite semelhante dos alunos de Ciência da Computação: até 1993, quando o regime

acadêmico era semestral, as turmas concluintes tinham um número reduzido de alunos e eles optavam pelas colações de grau especiais realizadas no Gabinete do Reitor; o segundo (também discutido no capítulo 24) era o fato de eu ser professor de disciplinas dos períodos iniciais. Nesse contexto, foi uma surpresa agradabilíssima receber as alunas Haglay e Adriana na sala da direção do CCEN trazendo o convite, inesperado e emocionante, para eu ser paraninfo da primeira turma do curso a colar grau solenemente.

Convite aceito, iniciou-se, então, o prazo que me foi dado para a realização da primeira tarefa de um paraninfo; escrever uma mensagem aos formandos. Depois de pensar angustiadamente sobre o que falar, decidi transmitir algo do que penso sobre a vida, usando uma linguagem apropriada para área de conhecimento do curso dos concluintes:

- Execute, em cada instante e sempre, procedimentos que busquem sublimar o ser humano.
- Exclua, em cada instante e sempre, todo e qualquer registro de vaidade, egoísmo, possessividade.
- Insira, em cada instante e em qualquer situação, ações de solidariedade, de amor, de confraternidade.

Sem dúvida alguma, esse algoritmo é bastante eficiente para a humanidade navegar no sentido de atingir o estado pleno de felicidade e, por consequência, a paz universal.

Decorridos alguns dias da entrega da minha mensagem à comissão de formatura, outra grande e também maravilhosa surpresa. Ao receber o convite da formatura vi que meu nome tinha sido escolhido para o Nome da Turma. Dessa forma, havia obtido duas “vitórias” consecutivas e, portanto, eu tinha feito “cabelo e barba”.



Acervo pessoal.



Turma Jaime Evaristo dos Santos

Acervo pessoal.

Para meu prazer, as emoções não paravam aí. Havia que escrever o discurso para a festa de colação de grau. Tinha que definir a estrutura, os itens que iria abordar e a sequências dessa abordagem. Cada decisão, cada recuo, cada inclusão, cada exclusão, qualquer coisa nesse sentido era motivo de satisfação. Após muitas idas e vindas, o discurso estava pronto. Os próximos passos foram providenciar sua encadernação e passar a aguardar o grande dia.

Ao chegar no antigo Hotel Meliá⁴ com a Salete (onde já se viu um paraninfo dos formandos convidar a esposa para a formatura?), mais alegria. De cada formando que encontrava (muitos tirando as fotos de praxe das noites de formatura) recebia sorrisos e abraços. Muita festa, muita felicidade! Aí vem a formação da mesa, a entrada dos concluintes, o canto do Hino Nacional, algumas falas e o meu discurso. Falei sobre as emoções já havia vivido (aprovação no vestibular de Engenharia Civil, casamento, nascimento de filhas, entre outras), da importância dos colegas professores que iniciaram e mantêm o curso, destaquei que aquela solenidade iria servir de estímulo aos alunos que permaneciam, congratulei-me com os pais, demais parentes e amigos dos formandos e reafirmei a minha certeza que todos estavam prontos para serem bons cidadãos e úteis ao nosso país. Eu estava muito emocionado, mas o clímax ocorreu quando conclui minha fala com o pedido: Ao contrário do que disse o último general ditador⁵, eu lhes peço. Nunca me esqueçam, eu jamais esquecerei vocês. Aí houve uma explosão de aplausos e os meus afilhados ficaram todos de pé. Tive uma vontade imensa de descer da tribuna e abraçar cada um deles. Não o fiz para não quebrar o protocolo e por estar com uma contratura muscular na panturrilha direita, que dificultava sobremaneira meu caminhar.

⁴ Atualmente (2017), Maceió Atlantic Suites.

⁵ O General João Batista de Figueiredo, quando deixou a presidência do Brasil, pediu ao povo brasileiro “Por favor, me esqueçam”.

Hoje lamento a decisão que tomei: devia ter mandado o protocolo para as cucuias e ter me “arrastado” até os meus queridos alunos e as minhas queridas alunas.



40

O mais longo dos dias

Ao longo do primeiro mandato do reitor Rogério Pinheiro, a legislação federal que regulamentava a escolha de dirigentes de instituições de ensino superior públicas foi modificada e passou a permitir a recondução de um dirigente para o mesmo cargo. Embora o Afrânio, assessor do reitor, tenha envidado os maiores esforços no sentido da conciliação, o reitor Rogério e a vice-reitora Ana Dayse Dórea candidataram-se na eleição direta para o mais alto cargo dirigente da nossa universidade.

Na época, eu era diretor do CCEN e, de maneira natural, fiquei do lado do Rogério, participando, inclusive, de algumas reuniões da campanha. Numa delas, faltando poucos dias para o pleito, quase tive um choque. Um professor, conhecido militante da política partidária, sugeriu que era o momento de oferecer cargos gratificados a eleitores (naturalmente, em troca de votos), mesmo que oferecesse

um mesmo cargo a mais de um eleitor. Fiquei estarecido com a proposta e (não sei se teria coragem, fico muito constrangido com situações como essa) preparei-me para sair da reunião. Para meu alívio, o silêncio foi tão profundo que exigiu do propositor utilizar o velho e, na minha opinião, inaceitável chavão “eleição é assim mesmo”. Após essa última “pérola”, não precisei procurar coragem para ausentar-me porque nenhum comentário a respeito foi feito e a reunião seguiu discutindo outros assuntos.

Não sei se faltei ou se não ocorreu. O fato é que não participei de nenhuma reunião em que fossem definidas, digamos, “coordenações setoriais” (se tivesse participado, eu, certamente, teria solicitado um treinamento porque não tinha a menor experiência a respeito). Surpreendi-me, então, quando, no dia da eleição, eu estava sendo tratado como coordenador da chapa junto às urnas localizadas no CCEN: era procurado por emissários que traziam camisas e adesivos para distribuir com possíveis eleitores, por fiscais da chapa etc.

Além de não ter a mínima habilidade para executar as ações necessárias a uma subcoordenação de campanha eleitoral, a equipe da Professora Ana Dayse estava muito organizada. De uma maneira firme, mas leal, havia vários professores, estudantes e técnicos administrativos, capitaneados pelo colega Ricardo Tenório, fazendo boca de urna (o que não era proibido pela normatização da eleição) e chamando novos eleitores para aderirem à chapa.

É claro que tentei entrar no jogo, distribuindo camisas e abordando eleitores conhecidos (principalmente, os estudantes). Porém, essas ações para mim eram estressantes, como também foi angustiante uma ligação de uma assessora do reitor que recebi na tarde desse dia. Ela simplesmente e formalmente me disse: Professor Jaime é preciso o senhor mandar alguém para o bloco do Departamento de Geografia, pois a campanha adversária está

muito forte lá e não temos ninguém para contrabalançar. Aí, tentando um tom de voz que não parecesse grosseria, desabafei: professora, estou fazendo aqui uma coisa que não sei fazer, não gosto de fazer e não sabia que iria fazer. A impressão que tenho é que consegui transmitir-lhe toda minha angústia e ela compreendeu minha situação.

O título do capítulo, além de refletir o estresse que passei ao longo do dia, refere-se também ao tempo que durou minha angústia. Como havia cursos noturnos no CCEN, o sufrágio somente iria ser encerrado às vinte e duas horas. E à noite a coisa piorou. Como a eleição no Centro de Ciências Agrárias (CECA), que funcionava fora do Campus A. C. Simões, encerrou-se às dezessete horas, vários alunos de Agronomia (e, talvez, funcionários do CECA) chegaram em torno das dezoito horas ao CCEN. E chegaram muito agitados, falando muito alto, quase gritando, e, o que era pior, olhando de forma ameaçadora para as pessoas identificadas com a campanha do Professor Rogério. A minha sorte é que também já estava presente o colega Eurico, um dos coordenadores da campanha da Professora Ana Dayse, que, a um simples olhar, disse-me que ficasse tranquilo que ele seguraria a barra. E de fato, foi ele quem me salvou de uma situação muito desagradável. Estávamos no saguão do bloco e eu, muito estressado, muito cansado e com todos os músculos doloridos, tentei alguns movimentos para relaxar (na época, os exercícios de alongamento não eram muito difundidos). Num deles, em pé, posicionei meus braços dobrados na horizontal, e coloquei a mão direita cerrada junto da mão esquerda aberta, fazendo cada um deles exercer força sobre o outro. Para o meu quase pânico, um dos recém-chegados dirigiu-se a mim e indagou: O que é que há? Quer dar um murro em alguém é? Antes que eu pudesse dizer alguma coisa, o Eurico se posicionou entre nós dois e, de forma bem firme, disse ao meu quase agressor que não havia nada daquilo que ele estava

imaginando. Percebi que não era conveniente permanecer ali e dirigi-me para o interior do prédio com o objetivo único de aguardar a tão sonhada chegada das vinte e duas horas. De fato, foi o mais longo dos meus dias na UFAL!



41

O terceiro livro

Como, de uma forma ou de outra já foi dito, a partir de 1994 o regime acadêmico da UFAL voltou a ser anual. Esse fato ajudou muito o planejamento de Programação I, que eu continuava a lecionar (ver capítulo 28). Agora havia dois semestres para discutir o programa da disciplina: o primeiro semestre era utilizado para desenvolver a lógica de programação e o segundo para o estudo de uma linguagem de programação específica.

Até 1999, o nosso estudo de lógica de programação era realizado sem a utilização de computadores e a correção das soluções dos exercícios discutidos era verificada através de testes utilizando-se apenas "lápis e papel"⁶. Nesse ano, os colegas Evandro e Eliana trouxeram para o departamento um sistema de computação

⁶ O leitor não precisa se preocupar com os detalhes desse parágrafo.

desenvolvido pelo Professor Sérgio Crespo, denominado Interpretador de Linguagem Algorítmica, que permitia desenvolver de programação com a utilização de computadores.

Achei muito interessante a utilização do ILA e, com o aval de todos os colegas, decidi utilizar esse sistema no ano seguinte. Utilizei o resto do ano para dissecar o sistema, escrevendo minha aprendizagem no formato de livro para utilização no semestre seguinte. Considerando a minha experiência ao escrever o livro *Aprendendo a Programar Programando em Turbo Pascal* (ver capítulo 29) e a minha identificação com o ILA, após a primeira aplicação do material no desenvolvimento de Programação 1 do ano de 2000, senti ter mais um livro para contribuir com a aprendizagem de programação de computadores. Vale ressaltar que ia cometendo um erro lamentável no nome do livro. Imaginando uma série denominada “Aprendendo a Programar”, nomeei-o inicialmente *Aprendendo a Programar Programando numa Linguagem Algorítmica Implementável*. Para minha sorte, o colega Maurilúcio teve acesso a esse nome e me alertou que toda linguagem algorítmica é implementável e que o propósito do ILA era ser uma linguagem algorítmica *executável*.

Com o livro pronto, tinha uma forte convicção de sua publicação seria aprovada pelo Conselho Editorial da EDUFAL. Porém, mesmo considerando a eficiência da editora da nossa universidade, imaginei que uma editora comercial propiciaria a distribuição do livro em todas as livrarias do Brasil. Com isso em mente, encaminhei, através dos sites respectivos (aba “Seja um autor”) propostas para cinco editoras da região Sudeste. Para minha alegria, a Editora Book Express, do Rio de Janeiro, interessou-se pelo projeto e publicou o livro *Aprendendo a Programar Programando numa Linguagem Algorítmica Executável*.

Como eu esperava, a ideia de publicá-lo por uma editora comercial surtiu alguns efeitos positivos. O livro, além de ser incluído em projetos pedagógico de instituições particulares, tais como a

Faculdades Integradas de Taquarana (FACCAT), Universidade do Contestado (UnC), Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FATERJ), foi referenciado em vários artigos científicos e em editais de concursos públicos. Afora isso (agora é uma pequena brincadeira, caro leitor!), passei a ter uma nova tarefa quando da visita a uma livraria: verificar se meu livro estava disponível para venda! O melhor de tudo era verificar que estava.



42

A reformulação do segundo livro (da série mais um deslize prescrito)

Em 2001, um representante da EDUFAL informou-me a abertura de um edital do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) para, através do Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED), patrocinar a publicação de livros didáticos para licenciaturas e, ressaltando que o patrocínio somente contemplaria reedições de obras esgotadas há, no mínimo dois anos, consultou-me se eu não teria algum material para concorrer ao edital. Disse eu que um material absolutamente inédito não tinha, mas que o livro *Introdução à Álgebra (com aplicações à Ciência da Computação)* – ver capítulo 36, cuja edição estava prestes a esgotar-se, poderia ser reformulado e dirigir seu foco para licenciatura em Matemática, sem prejuízo do seu objetivo inicial voltado para Ciência da Computação.

O representante da editora “autorizou” o desenvolvimento da ideia e, então, comecei a botar a mão na massa. A primeira iniciativa foi incluir dois novos capítulos, apresentando as construções dos números naturais e a dos números reais (a construção dos reais foi escrita, a meu pedido, pelo amigo Eduardo Perdigão, já Doutor em Matemática, que, evidentemente, tornou-se coautor do novo livro). Como o livro original já continha as construções do conjunto dos números inteiros e a do conjunto dos números racionais, a inclusão desses novos capítulos completou o estudo básico de todos os conjuntos numéricos, assunto que deve ser bem compreendido por todo professor de Matemática. Outras iniciativas consistiram em reescrever algumas seções, reposicionar outras e incluir novos exercícios.

Rigorosamente falando, o “novo” livro seria uma segunda edição, revista e ampliada, do original. Mas, com cumplicidade da EDUFAL ele foi inscrito no programa e, para minha alegria, teve sua publicação aprovada.

Tenho a consciência de que foi mais um deslize (já prescrito!) que cometi na vida, mas, talvez, tenha valido a pena: o programa previa a publicação de três mil exemplares, mil deles a serem encaminhados ao INEP para distribuição às bibliotecas universitárias de todo o país, fato que permitiu uma gigantesca (para os padrões relativos a livros universitários, principalmente, de Matemática) divulgação.

Essa ampla divulgação, certamente, facilitou a inclusão do livro em projetos pedagógicos de várias instituições, tais como Universidade Estadual de Alagoas, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Estado de Santa Catarina, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e a Universidade Estadual da Paraíba. Além da inclusão em currículos de cursos de graduação, o livro atingiu

os níveis de mestrado e de ensino fundamental, sendo, nesse segundo nível, surpreendentemente referenciado em um planejamento de ensino de Matemática do nono ano do ensino fundamental, como se pode ver em <https://cenfopmatematicasignificativa.files.wordpress.com/2011/11/planejamento-mat-9c2ba-ano.doc>, acessada em 12 de setembro de 2015.

No outro nível, a surpresa foi maior: o livro está referenciado no projeto pedagógico de um curso de mestrado em Ensino da Matemática, especificamente na disciplina Conceitos Fundamentais da Matemática (ver <http://www.dmt.ufms.br/Mestrado/Disiciplinas.html>, acessada em 13 de setembro de 2015)!

Outra alegria proporcionada por esse livro foi vê-lo citado numa dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo. Além da reputação acadêmico-científica da instituição, alegrou-me muito o fato de que as citações foram explícitas, no sentido de que o texto, em algumas ocasiões, remete o leitor para teoremas, demonstrações e capítulos do meu livro⁷.

⁷ Ver http://bit.profmatsbm.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/751/2011_00527_Silvana_de_Lourdes_Galio_Spolaor.pdf?sequence=1



43

O que o amor uniu ...

Sempre gostei de ministrar minhas aulas de pé e de frente para os alunos, somente lhes dando as costas quando vou escrever algo no quadro ou fazer alguma referência específica num slide. Entendo que essa postura facilita a comunicação com os estudantes e denota respeito por eles e pelo que se está fazendo. Além disso, permite, na maioria das vezes, a percepção do nível de compreensão em relação à exposição, a detecção de possíveis sinais de angústias e/ou problemas pessoais e a observação de carinhos, gestos e olhares apaixonados entre alunos já namorados ou futuros. Infelizmente, em pelo menos uma vez, essa última possibilidade levou-me a cometer um erro.

Os dois foram meus alunos das disciplinas Programação I e Matemática Discreta, nos primeiro e segundo semestres de 2006, Respectivamente. Desde as primeiras aulas de Programação I,

observei que eles sempre entravam juntos na sala de aula, sentavam lado a lado, em cadeiras muito próximas uma da outra, às vezes ela encostava a cabeça no ombro dele, às vezes ele dava massagens nas mãos dela. Sendo um apaixonado por amores, concluí de pronto que eles eram namorados e, ainda mais, estavam apaixonados.

Fiquei preocupado quando ele não compareceu para fazer a quarta avaliação de Programação I. Ele estava claudicando na aprendizagem e, como sempre acreditei que os conteúdos dessa disciplina podem ser recuperados a qualquer momento, tive receio de um abandono. Na esperança de alguma justificativa para a não presença, perguntei a ela por ele e recebi uma resposta, não deselegante, mais incisiva, do tipo “e eu sei?” ou, simplesmente, “não sei”. Diante da resposta, meu próximo pensamento foi “que pena, devem estar brigados” (na época, não havia a expressão “discussão da relação (DR)”, tão comum no ano de 2016). Infelizmente, ele, de fato, abandonou Programação I e passei algumas semanas sem vê-los juntos.

Quando começamos Matemática Discreta estavam os dois novamente, sempre atenciosos um com o outro. A minha grande surpresa ocorreu na última avaliação da disciplina. Procedi uma reforma de última hora no planejamento e decidi fazer uma prova escrita em dupla, com as duplas sendo formadas a partir de um sorteio. Aí, o pouquíssimo provável aconteceu: eles iam fazer a prova juntos. Quando saiu esse resultado, parodiando, com todo o respeito, o famoso versículo da Bíblia, anunciei: ótimo, o que o amor uniu, uma prova não separou. Aí, ela olhou para mim com um olhar de surpresa e disse “Jaime, nós não somos namorados! Ele tem a namorada dele e eu tenho o meu namorado!” Sinceramente, não lembro qual foi minha reação, mas, daí em diante, quando vejo um casal de alunos em atitudes atenciosas, tomo o cuidado de perguntar se eles são namorados ou, simplesmente, amigos.

Como ela está seguindo a carreira acadêmica (fez mestrado no Instituto de Computação e hoje faz doutorado na UFPE), eventualmente nos encontramos e algumas vezes relembro o ocorrido. Lamentavelmente, nunca mais o vi. Pelo que soube, ele trocou a área de Ciência da Computação pela de Direito e deve estar seguindo sua vida feliz (assim espero).



44

A nova estrutura acadêmico-administrativa da UFAL: o fim do CEEN

Em torno do ano de 1998, foi instituído no âmbito da UFAL um Colegiado Especial, composto pelos membros dos, à época, Conselhos Universitário (CONSUNI) e de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), com a delegação de propor as adaptações do estatuto da universidade à nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sancionada em 20 de dezembro de 1996. Como Diretor do CCEN, nomeado em setembro de 1996, era membro nato do CONSUNI e, portanto, tive o privilégio de participar da construção do novo estatuto da nossa instituição.

Foram muitas reuniões, muitas discussões, principalmente pelo fato de que alguns conselheiros propuseram logo de início que o colegiado aproveitasse o ensejo para uma reforma profunda nas

nossas normas legais. A aprovação dessa ideia básica ensejou de imediato uma proposta para modificação da estrutura acadêmico-administrativa da universidade: a extinção dos departamentos e a vinculação dos cursos diretamente às unidades acadêmicas.

No meu entendimento, essa nova estrutura era uma excelente oportunidade para que os já consolidados departamentos do CCEN se transformassem em unidades autônomas com direito regimental de acesso direto à alta administração da UFAL. Para minha surpresa, depois de muitas e acirradas discussões, fui voto vencido na reunião do Conselho de Centro do CCEN que discutiu a proposta, fato que me colocou numa situação inusitada no Colegiado Especial: eu tinha de defender a proposta do centro (manutenção da estrutura vigente) com a qual eu não concordava. Contando com a ajuda do nosso representante no CEPE, Roberto Jorge, voto vencedor no Conselho de Centro e possuidor de uma eloquência sem par, tentei de todas as maneiras realizar bem minha tarefa. Malgrado nossos esforços, a proposta do CCEN não foi vitoriosa e a estrutura acadêmico-administrativa da UFAL foi modificada.

A partir daí a discussão girou em torno da definição dos critérios mínimos para constituição de uma unidade acadêmica. Sonhava com a fixação de normas que fossem atendidas por todos os departamentos do centro. Infelizmente, os critérios aprovados não eram contemplados por dois dos nossos departamentos, que não possuíam atividades de pós-graduação. (O problema foi resolvido em relação ao Departamento de Geografia: conseguimos lhe vincular o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio- Ambiente – PRODEMA/UFAL, o que o permitiu transformar-se posteriormente no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA)).

O processo de discussão sobre o novo estatuto implicou uma questão, digamos, jurídico-administrativa. Esperando que

o novo estatuto fosse aprovado rapidamente pelo Ministério da Educação, o Colegiado Especial incluiu um artigo nas disposições gerais e transitórias estabelecendo que o Regimento Geral, norma regulamentadora do novo estatuto, seria aprovado por ele. Com a demora na aprovação (o Reitor Rogério Pinheiro afirmou numa reunião que na terceira incursão no ministério conseguiu localizar o processo “dormindo” numa gaveta de um dirigente), os mandatos dos diretores de centro foram se extinguindo e temia-se que a renovação do CONSUNI e do CEPE e a consequente renovação do Colegiado Especial interferissem na construção do Regimento Geral. Como solução, foram feitas designações *pro tempore* para esses cargos, até que em 07 de maio de 2001 o CONSUNI definiu critérios de escolha de diretores de centro para designação provisória compreendendo “o período de 22 de junho de 2001 até a aprovação do novo Estatuto e Regimento Geral”. Como a legislação federal havia sido modificada e passou a permitir a reeleição de dirigentes de universidades, candidatei-me nesse processo de escolha (candidato único) e fui reeleito.

Outro impasse jurídico-administrativo surgiu no dia 30 de janeiro de 2006, quando entrou em vigor o novo Regimento Geral. Como estava previsto, nesse dia encerrou-se meu mandato de Diretor do CCEN e o centro deixou de existir, pois o regimento já estabelecia as novas unidades acadêmicas. A questão era: qual instância iria coordenar as eleições dos diretores das unidades acadêmicas “oriundas” do CCEN? A solução encontrada foi minha designação para diretor *pro tempore* do IGDEMA, com a missão de supervisionar esses pleitos.

Na maioria delas, as eleições transcorreram sem sobressaltos, com candidaturas únicas consensuais. Em duas delas, infelizmente, as disputas foram acirradas e tensas, e houve necessidades de que eu realizasse algumas ações “políticas”.

Nos dias de hoje, quando vejo o Instituto de Computação (IC), o Instituto de Física (IF), o Instituto de Matemática (IM), o Instituto de Ciências Atmosféricas (ICAT), o Instituto de Química e Biotecnologia (IQB) e o IGDEMA com assentos no Fórum dos Diretores de Unidades Acadêmicas e no Conselho Universitário, a maioria absoluta deles com novas e modernas instalações, sinto orgulho (espero que leitor entenda como justificado) da minha passagem pelo CCEN.



45

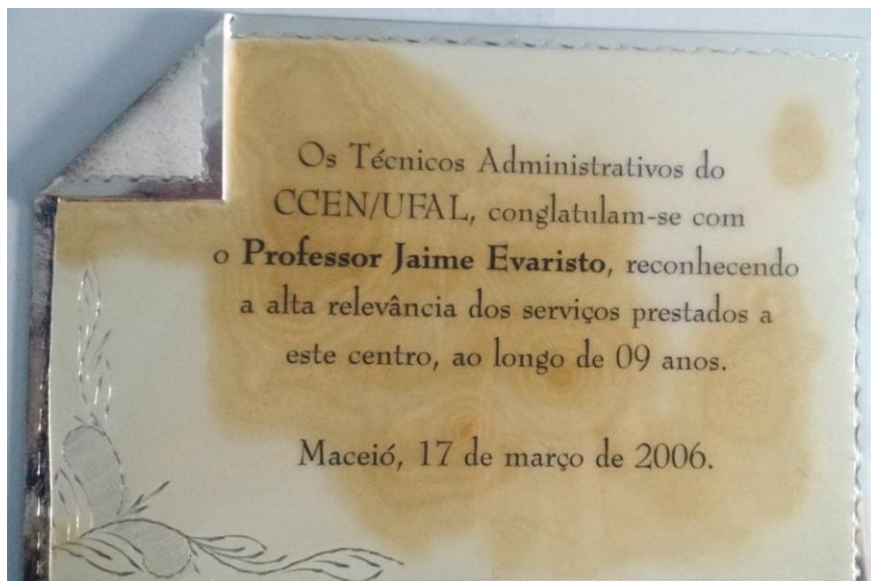
A despedida do CCEN

A posse dos diretores das novas unidades acadêmicas (ver capítulo anterior) estava marcada para o dia 20 de março de 2006. No dia 17 desse março, ao chegar ao CCEN vi algumas caixas com a largura e o comprimento bem maiores que a altura, normalmente usadas por empresas que vendem salgadinhos. Fiquei surpreso e alegre: vai ter “festa” de despedida! Quando cumprimentei o Umberto, secretário do centro, e a Dilma, funcionária de uma empresa terceirizada incumbida dos serviços gerais, notei um certo ar de mistério, que interpretei como sendo uma preocupação para não estragar a surpresa. Entrei no jogo e mantive uma postura de desconhecedor do que viria.

Quando o que viria chegou, trouxe com ele uma explosão de surpresas. A existência da festa eu já havia deduzido. O que me surpreendeu muito foi com a quantidade e diversidade dos colegas que compareceram. Vieram professores e técnicos administrativos

de todos os antigos departamentos do centro! Foram muitos cumprimentos, muitos abraços, muitos beijos, alguns discursos (num deles, o orador, um colega do Departamento de Meteorologia, hoje Instituto de Ciências Atmosféricas, deixou-me muito feliz ao dizer que “após me conhecer, quando tinha que tomar uma decisão administrativa perguntava-se como o Jaime decidiria”).

A surpresa das surpresas, porém, foi o fato de eu receber um presente (uma camisa de manga comprida chiquérrima) e uma placa comemorativa dos servidores técnicos administrativos (até hoje penso: alguns colegas tiraram dinheiro dos seus minguados salários para registrar esse dia!). Foi inesquecível!



Acervo pessoal.



46

O hino da UFAL

Em janeiro de 2008, compareci à colação de grau da minha afilhada Laiz, que se formava em Enfermagem no Centro de Ensino Superior de Maceió (CESMAC). Nunca havia comparecido a uma solenidade de colação de grau de uma instituição de ensino superior privada e estava curioso em comparar o rito adotado com o da UFAL, que eu conhecia bem (além das formaturas das minhas filhas e de parentes, compareci, em função de cargos assumidos, a muitas solenidades de colação de grau da minha universidade). Iniciada a festa, observei que os ritos eram muito semelhantes: entrada solene dos concluintes com seus paraninfos, canto do Hino Nacional Brasileiro, saudação do Diretor da Unidade Acadêmica, discursos do orador e do paraninfo da turma, entrega dos diplomas, bênção dos anéis.

A minha grande surpresa ocorreu no encerramento. Enquanto na UFAL a solenidade encerrava-se com as palavras do Reitor, no CESMAC o Presidente da mesa dos trabalhos solicitou que todos os presentes ficassem de pé para o canto do Hino do CESMAC. Minha admiração aumentou quando vi que a maioria dos membros da mesa, muitos dos presentes e todos os formandos começaram a cantar o hino, com muita animação. Soube, então, que existia um canto de louvor ao CESMAC, fato que me trouxe um sentimento de inveja positiva, já que a UFAL não tinha um hino para exaltá-la.

Mesmo sendo um compositor neófito (data de 2005 a minha primeira composição musical, um frevo escrito com a intenção de que ele fosse adotado como hino do Folipueira, um bloco de carnaval que desfilava em Paripueira), saí da solenidade com o propósito de compor um hino para a minha querida UFAL.

Depois de muitas caminhadas nas praias de Pajuçara e de Ponta Verde, consegui compor o hino. A próxima etapa foi contatar o, à época, subtenente Neilton Nogueira, da Polícia Militar de Alagoas, para as providências necessárias para a gravação da música: arranjos, formação da banda, contratação do cantor etc. Realizadas todas essas ações, fomos ao estúdio e o hino foi gravado (antes do início da gravação, o subtenente Neilton explicou-me que fizera sutis modificações na melodia da segunda parte do hino, em função de que a composição original tinha algumas semelhanças com o Hino do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas).

Hino Oficial da Universidade Federal de Alagoas

Letra: Jaime Evaristo

Música: Jaime Evaristo e Neilton Nogueira

♩ = 118

Introdução

B^bm G^{dim} Fm B^bm | 1. Fm

9 F7 G^{dim} 2. C7 Fm Fm *Voz*

Na Es-tre-la Ra-di-o -

18 B^bm G^{dim} Fm

sa, ful-gin-do'um i-men-so cla-rão, sem-pre'al-ta-nei-ra'e gar-bo -

26 G^{dim} Fm C7 Fm

sa, do sa-ber co-man-das o ti-mão. Na ter-ra das jó-ias ca -

34 B^bm G^{dim} Fm B^bm Fm

ras, ven-do'o on-tem, o ho-je'o a-ma-nhã, com vi-gor e pen-dor pa-ju-ça -

42 G^{dim} Fm C7 Fm F7 B^bm

ras, da cul-tu-ra és fi-el guar-di-ã. Vi-va'U - FAL! Vi-va'U-FAL! Vi-va'U-

49 G^{dim} Fm G^{dim}

FAL! Tu-a'his-tó-ria'é re-ple-na de gló-ria, cres-cen-te'é tu-a tra-je-

57 Fm B^bm | 1. G^{dim} Fm F7 2. C7 Fm

tó-ria, és ma-g-na, és co-los-sal. Vi-va'U - és co-los-sal. Na

66 G dim F m G dim F m

Te-c-no-lo - gi - a nas Le - tras'e nas Ar - tes, nas E - xa - tas, So - ci - ais e Hu - ma -

73 B^bm F m B^bm G dim C 7

nas, em tu-do e em teus ba-lu - ar - tes, teu o-lhar me-re-ce'e-fu - si - vas Ho-

80 F m G dim F m G dim

za - nas. Ser plu - ral, de-mo - crã - ti-ca'e é - ti - ca no en - si - no, na pes -

87 F m B^bm F m

qui - sa, na'ex-ten - são, im-põe u - ma ver - da - de es - té - ti - ca, cum-pres

94 B^bm G dim C 7 F m F 7 B^bm

bem tu-a no - bre mis - são. Vi - va'U - FAL! Vi - va'U-FAL! Vi - va'U-FAL!

101 G dim F m G dim F m

A - la - go - as te re - ve - ren - ci - a, e - nal - te - ce a ti di - a'a di -

109 B^bm 1. G dim F m F 7 2. C 7 F m Final

a, pa-ra to-dos tu és car-de - al. Vi - va'U - és car-de - al. G dim

117 B^bm G dim F m B^bm 1. G dim F m F 7 2. C 7

126 F m

Partitura elaborada por Júnior Paranhos.

Gravação pronta, letra impressa dirigi-me ao Gabinete da Reitora para, talvez presunçosamente, oferecer o hino. Fui recebido

pela Chefe de Gabinete, minha colega Professora Zezé, que encontrou uma maneira de atrair a reitora para sua sala para apresentar o hino. No momento, a gravação não foi executada, mas uma leitura rápida da letra indicou-me uma certa satisfação da Zezé e da nossa chefe. Após uma breve conversa entre ambas, fui informado que a questão seria posta em discussão na próxima reunião dos pró-reitores.

A reunião da alta administração da instituição decidiu pelo lançamento de um edital de um concurso público para escolha do Hino da UFAL, do qual tive a honra de ser o vencedor.

No momento do anúncio da vitória, muita alegria, muitos sonhos (...meus netos estudando na UFAL e ouvindo e cantando "meu" hino...), muitas congratulações dos colegas de trabalho e dos alunos, muitos beijos da Salete, muitos cheiros das minhas filhas, muitos abraços dos amigos do voleibol e dos parentes, algumas cervejas. Depois, tristeza, decepção. Não sei porque razão, a administração da universidade ainda não incorporou o seu canto de louvor a sua vida, como fez o CESMAC. Pelo que me consta, o hino só foi executado duas vezes em cerimônias oficiais da UFAL. Uma delas, simplesmente, como sua apresentação na cerimônia de posse do Reitor Eurico Lobo, em 2011. A outra, no encerramento do II Congresso de Ciência da Computação de Arapiraca, realizado em 2011 (ver capítulo 49).

Sendo, para algumas coisas, um otimista, ainda espero que um dia a UFAL, seguindo o exemplo de outras instituições de ensino superior do nosso país, como o CESMAC, a Universidade Federal de Lavras (UFLA), a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade de São Paulo (USP), e de outros cantos, como a Universidade do Minho, compreenda que um hino é um canto de exaltação à instituição e pode servir de agente motivador de sua relação com seus estudantes e servidores.



47

As Medalhas de Mérito Universitário

No dia dezoito de fevereiro do ano de 2009, uma quarta-feira, dirigia-me ao Campus A. C. Simões quando tive uma lembrança repentina: estava completando trinta e cinco anos de trabalho na UFAL! Fiquei emocionado e quando cheguei ao Instituto de Computação não me contive e comentei o fato com alguns alunos que já haviam chegado. O sorriso dos que ouviram minha declaração foi muito agradável e meu entusiasmo aumentou. A notícia logo se propagou e passei a receber congratulações de alunos e colegas servidores, pessoalmente ou por e-mail. Quando me cumprimentou, o colega Leandro Dias indagou-me: “Jaime, você está fazendo trinta e cinco de UFAL e não há nenhuma manifestação da universidade?”. De fato, aquela data tão importante para mim não significava nada para minha UFAL! A verdade é que, ao contrário da maioria das instituições de ensino, a nossa universidade não tem a cultura de

registrar o passar dos seus servidores por ela. Muitos colegas que dedicam parte de sua vida à UFAL aposentam-se sem nunca dela ter recebido algum afago.

Salvo improvável engano, as únicas homenagens prestadas pela instituição aos seus funcionários foram através da Medalha do Mérito Universitário – UFAL 45 Anos e da Medalha do Mérito Universitário UFAL 50 Anos, concedidas nos anos de 2006 e 2011, respectivamente. Tive a honra receber as duas, mas, confesso, não fiquei de todo feliz.



Acervo pessoal.

A não felicidade total pelo recebimento da primeira honraria foi decorrência, principalmente, da forma com que fui indicado para recebê-la. Na condição de Diretor do CCEN, eu fazia parte do Colegiado Especial que instituiu essa primeira medalha. Na reunião que aprovou a instituição da comenda, ficou decidido que as unidades acadêmicas encaminhariam nomes para aprovação pelo colegiado. Considerando a estrutura departamental da época,

solicitei que os departamentos fizessem suas indicações. Minha angústia foi aumentando à medida que o prazo de encaminhamento ia chegando ao fim e o meu departamento era o único que não havia indicados nomes. Além de, sem falsa modéstia, entender que eu poderia ser indicado, temia que o não encaminhamento significasse inexistência no departamento de servidores merecedores de receber tal homenagem. Nunca tive jeito de, como diretor, chamar um colega chefe para dar orientações, principalmente, em ações que julgava naturais. A minha “sorte” é que havia uma reunião do departamento no dia anterior ao prazo fatal. Aproveitei a ocasião e falei da importância de indicarmos alguém e das “consequências” de não indicarmos um nome. Parece que o plenário compreendeu minhas preocupações, pois, quando terminei de falar, alguém indicou meu nome e outro alguém propôs o nome do colega Evandro. Fiquei duplamente aliviado: fui indicado e o departamento não iria deixar passar em brancas nuvens essa oportunidade.

Recebi minha indicação para a segunda comenda sem sobressaltos. Pelo que deduzi posteriormente, cada unidade acadêmica tinha o direito de indicar um servidor e o plenário do Instituto de Computação, a partir de proposta do diretor, também agraciado com a condecoração anterior, aprovou meu nome. A outorga dessa insígnia foi, digamos, mais criteriosa. Ao contrário da anterior, em que foram homenageados cento e trinta pessoas, inclusive políticos de condutas anteriores duvidosas, apenas cinquenta condecorações foram concedidas. Considerando esse contexto, fiquei muito feliz. A felicidade não foi plena porque eu desconfiava, como de fato aconteceu, que o Hino da UFAL (ver capítulo anterior) não seria executado na solenidade, apesar da ocasião tão propícia.



48

As edições digitais dos livros

A publicação do meu livro *Aprendendo a Programar Programando numa Linguagem Algorítmica Executável (ILA)* (ver capítulo 41) abriu-me as portas da Editora Book Express para novas publicações. Em 2001, publiquei o livro *Aprendendo a Programar Programando em Linguagem C* e em 2002, o livro *Aprendendo a Programar Programando na Linguagem Pascal*, reedição livre do livro *Aprendendo a Programar Programando em Turbo Pascal* (ver capítulo 29), que teve sua edição publicada pela EDUFAL esgotada rapidamente.

Com o encerramento do meu contrato com a editora, aliado ao esgotamento das edições impressas, decidi, após breves revisões, disponibilizar gratuitamente edições digitais dos meus livros na minha página www.ic.ufal.br/professor/jaime. O andar da carruagem mostrou que a ideia foi excelente. Em primeiro lugar

houve uma expansão monumental da inclusão dos livros nos projetos pedagógicos de instituições de ensino de todo o Brasil e de países do exterior, como Angola.



Aprender a Programar em Linguagem C



Jaime Evaristo

Um computador é constituído de quatro unidades básicas: unidade de entrada, unidade de saída, unidade de processamento central e memória. Como indica sua denominação, uma unidade de entrada é um dispositivo que permite que o usuário interaja com o computador.

Um computador é constituído de quatro unidades básicas: unidade de entrada, unidade de saída, unidade de processamento central e memória.

Disponível em <http://www.angolaformativa.com/pt/biblioteca/aprender-a-programar-em-linguagem/>. Acesso em 09/09/2015. Imagem editada.

Em segundo lugar, as edições digitais permitiram-me entrar em contato, via mensagens eletrônicas, com estudantes e professores de todo o nosso país e do exterior. Com a intenção de mapear a utilização dos livros, não incluí sugestões de soluções dos exercícios propostos nas edições digitais e indiquei em cada lista de exercícios a possibilidade de remetê-las via e-mail. Embora os arquivos com as propostas de soluções dos exercícios já estejam disponíveis para download em vários sites, recebo inúmeras solicitações de envio desses arquivos. Mensagens eletrônicas como

Uni-CV / DECM - Daniel Marcos Sousa Lopes<daniel.

lopes@docente.unicv.edu.cv>

Caro Professor Jaime

Antes de mais cordiais saudações. Sou docente na Universidade de Cabo Verde. Consegui na internet uma cópia do seu livro *Aprendendo a Programar Programando na Linguagem C*. Em primeiro lugar gostaria de lhe dizer que gostei muito do livro. Gostaria de adquirir uma cópia original para a nossa biblioteca. Para esse efeito preciso das informações relativas à editora e a forma de transferência. Aproveito para lhe solicitar a resolução dos exercícios apresentados no seu livro.

Melhores cumprimentos⁸

propiciaram-me momentos de muita felicidade. Já mensagens como as seguintes fizeram me sentir um artista.

***** <*****@uol.com.br> Oi professor:

Muito obrigada por ter respondido meu e-mail. Estou lisonjeada.

Sou aluna da disciplina de Programação Científica da

UFSCar com o Prof. Trevelin.

Estamos utilizando o livro de sua autoria: *Aprendendo a Programar Programando na Linguagem C* para iniciantes. 3a. ed. revisada/ampliada. Edição digital. O Sr. poderia enviar as respostas? Facilitaria muito. Muito obrigada,

Alda

***** <*****@uol.com.br> Oi professor:

Muito obrigada.

Estou custando a acreditar que falei com o autor do livro. Que legal! Alda⁹

⁸ Publicação autorizada.

⁹ Não recebi resposta as minhas solicitações de publicação.



49

O II Congresso de Computação de Arapiraca

O Campus de Arapiraca foi criado em 16 de setembro de 2006, como primeira etapa da expansão para o interior da UFAL. Um dos cursos oferecidos nesse campus é o de Ciência da Computação, cujo corpo docente, em agosto de 2015, era composto por mais de 83% de egressos do curso de Ciência da Computação oferecido pelo atual Instituto de Computação. Esse número, evidentemente, enche de orgulho todos os que fazem o IC. Em particular, dá-me grande satisfação pelo fato de que todos esses egressos foram meus alunos de uma (alguns poucos) ou de duas (a expressiva maioria) disciplinas. Imagine então o leitor a emoção que senti ao receber a seguinte mensagem:

De: Thiago Sales thiagobrunoms@gmail.com
Para: jaime@ccen.ufal.br

Enviada: Sat, 27 Aug 2011 18:02:16 -0300 (BRT)

Assunto: II Congresso de Ciência da Computação de Arapiraca: Convite e Homenagem

Olá prof. Jaime, tudo bem?

Em nome de todos os professores do curso de Ciência da Computação da UFAL – Campus Arapiraca, venho, através deste, te convidar para o II Congresso de Ciência da Computação em Arapiraca (Aracomp) que será realizado entre os dias 16 e 19 de novembro de 2011. Mais especificamente, gostaríamos de fazer uma pequena homenagem a você no último dia do evento (19/11), por tantos anos de contribuição ao ensino em Ciência da Computação. Esperamos confirmação.
Atenciosamente,

Prof. Thiago Sales, Coordenador Geral do Aracomp 2011¹⁰.

Para ampliar minha alegria, a coisa não parou por aí: dias depois recebi a mensagem:

De: **Alexandre Barbosa** alexandre146@gmail.com

Para: jaime@ccen.ufal.br

Enviada em: 3 de novembro de 2011 11:52

Professor Jaime,

Iremos organizar no campus Arapiraca um evento local e gostaríamos de abrir a solenidade com o hino da universidade.

Não encontrei a letra do hino, ou um arquivo com a música, no site da instituição. Desta forma gostaria de

¹⁰ Publicação autorizada.

solicitar ao senhor a letra ou um arquivo mp3 do hino.

Desde já agradeço,

[]s¹¹.

Seria, então, memorável: receberia uma homenagem, por mais singela que fosse, e veria meu hino encerrar uma solenidade da UFAL. Seria e foi. Quando cheguei ao Campus Arapiraca fui muito bem recebido pelo meu ex-aluno Mário Hozano, que me acompanhou numa visita às dependências do campus. Em seguida, fui encaminhado para o local da realização do evento. Lá assisti a algumas palestras e, finalmente, começou a solenidade de encerramento. Saudação carinhosa feita pelo Rômulo, recebimento de uma placa, minha fala de agradecimento e a execução do Hino da UFAL. Foi mais uma grande emoção que a vida me proporcionou.



Acervo pessoal.

¹¹ Publicação autorizada.



50

As lembranças mais recentes

Tenho a intenção de manter minha relação com a UFAL por mais alguns anos. Assim sendo, tenho certeza que irei acumular mais lembranças ufalinas. Como há necessidade de que o livro seja concluído, vêm a seguir minhas lembranças mais recentes. (Isso foi escrito antes das minhas dúvidas a respeito da publicação do livro, como comentado no prefácio).

1. No final de uma aula de Matemática Discreta, o aluno Naelson contou-me que, quando era mais novo, o pai, para ocupá-lo, tinha-o colocado para estudar informática, incluindo o estudo de programação de computadores. Segundo ele, nesse estudo foi utilizado meu primeiro livro, fato que o deixou ansioso quando conseguiu ingressar no curso de Ciência da Computação: iria ser aluno do autor do livro que o iniciou na programação de computadores. Se o depoimento já havia me emocionado, o ato contínuo muito me

comoveu: ele tirou da sua mochila um exemplar do livro e pediu-me para autografar.

2 O Demétrios foi meu aluno no segundo semestre de 2013. Ele é um adolescente adulto, muito cortês, gentil e atencioso com os colegas estudantes, com os professores, com os técnicos administrativos e com o pessoal dos serviços gerais. É um jovem gentleman.

Em algum dia do primeiro semestre de 2015, ao encontrarmos-nos no corredor do Instituto de Computação, ele falou-me: professor, só sossegarei quando tiver um livro do senhor na minha estante! Evidentemente, essa afirmação impressionou-me e, dias após, entreguei-lhe um dos últimos exemplares do livro *Aprendendo a Programar Programando na Linguagem C* que eu dispunha. Naturalmente, autografei o exemplar antes da entrega.

3 O Aydano é meu colega professor do Instituto de Computação e foi meu aluno de Programação I em 1967. Geralmente, ele inicia ou encerra ou entremeia uma interlocução com um largo sorriso (destaco que o conectivo ou está sendo usado no sentido matemático de inclusividade: numa interlocução, o Aydano pode abrir o sorriso uma vez, duas vezes ou mais). Ele, que já havia me emocionado algum tempo atrás ao dizer-me algo do tipo “Jaime, você ensinou-me a programar. Você tem ideia quão isso foi importante para mim?”, pediu-me, recentemente, para autografar um dos meus livros. Simplesmente, espetacular.

4 No capítulo 47, comentei o fato de a nossa universidade não se preocupar em registrar “o passar dos seus servidores”. O atual Diretor do Instituto de Computação, Professor Marcus Braga (palmas para ele), no sentido inverso, enviou para a toda a comunidade do instituto, alunos, professores e técnicos administrativos, a seguinte mensagem eletrônica:

Marcus Braga <marcus@ic.ufal.br>

Caros Alunos,

Em meados de 1986, exatamente há 29 anos, fui convidado ao Gabinete do Reitor, Prof. Fernando Gama, para opinar sobre as ideias de criação de novos cursos para a UFAL. Na época, eu era Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação (antigo NPD).

Lembro que, entre as diversas opções, constava o curso de **Ciência da Computação**, ideia que eu defendia com entusiasmo, pois seria uma iniciativa pioneira no Estado de Alagoas.

Portanto, foi um motivo de grande felicidade para todos nós, quando a criação do Curso de Ciência da Computação foi autorizada no dia **03 de setembro de 1986**, pelo então Conselho de Ensino e Pesquisa
– CEPE.

Lembro, também, que o nascimento da nossa primeira graduação (CC) foi difícil, quase um parto, diante de todas as dificuldades que tivemos que enfrentar para a sua criação. Imaginem que, na época, um microcomputador custava aproximadamente o valor de um carro popular. E precisávamos de vários deles, para viabilizar um curso como esse. Além disso, o quadro docente, oriundo do **Departamento de Matemática**, era insuficiente e com pouca qualificação, para enfrentar os desafios de uma graduação em Ciência da Computação. Precisávamos investir na qualificação de todo o corpo docente, com raras exceções.

Mas não desistimos. Perseveramos. Usamos toda a nossa criatividade para superar as dificuldades iniciais e levamos o Curso de Ciência da Computação, ao patamar de hoje: um curso com **avaliação 4**, reconhecidamente o melhor do Estado de Alagoas e um dos melhores do Nordeste.

A maior parte dos nossos heróis docentes, responsáveis pelas batalhas mais difíceis que tiveram que ser travadas para esse sonho tornar-se realidade, está hoje aposentada. Não vou citar nomes para não correr o risco de ser injusto, esquecendo de alguns deles.

Quero, nessa oportunidade, homenagear a todos os principais protagonistas dessa história de sucesso, na pessoa do **Prof. Jaime Evaristo dos Santos**, que até hoje está na ativa (mesmo já tendo tempo para aposentar-se) e que continua cumprindo o seu papel formador de recursos humanos com o mesmo entusiasmo dos anos iniciais. Parabéns, professor!

Infelizmente, estamos em greve e não teremos como celebrar hoje essa conquista. Mas transmito a cada um dos integrantes dos nossos quadros discente e docente, um forte abraço, desejando que o Curso de Ciência da Computação prossiga com competência, altivez e entusiasmo, essa jornada que começou 29 anos atrás.

Avante!¹²

Tenho certeza que o leitor concordará comigo: nada a acrescentar, somente agradecer e curtir minhas emoções.

¹² Publicação autorizada.



51

A aposentadoria, o retorno e mais uma grande emoção.

Como disse no capítulo anterior, sempre imaginei (e sempre alardeei esse desejo aos quatro cantos) aposentar-me próximo da aposentadoria compulsória dos servidores públicos (até o ano de 2015, setenta anos). Três fatos ocorridos fizeram-me mudar de ideia. O primeiro foi a decisão da Presidente Dilma Rousseff de propor ao Congresso Nacional a extinção do abono de permanência, que, como incentivo para que o servidor com direito à aposentadoria permanecesse na ativa, ressarcia o valor da contribuição do funcionário para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público. Essa decisão do governo (alardeada como uma das ações de governo para combater a grave crise econômica que atingia nosso país no ano de 2015) deixou-me indignado: foi me dado um incentivo para que eu permanecesse e agora iam retirá-lo? Isso significava que não mais queriam que eu continuasse trabalhando?

O segundo fato foi decorrente de questão política (ufalina) aliada ao andar da carruagem da vida. Naquela altura do campeonato, com a opção pela aposentadoria de muitos servidores da minha época e da chegada de muitos novos técnicos administrativos, sentia-me, muitas vezes, incomodado com o fato de entrar em algum setor da UFAL e não conhecer o colega que estava me atendendo (e, o que era mais grave - permita meu caro leitor uma externalização de vaidade - não ser reconhecido por ele). Esse incômodo era muito amenizado pelo fato de que eu conhecia, com muita proximidade, a maioria esmagadora dos gestores da instituição até o terceiro escalão (muitos deles já eram gestores na época em que eu assumia cargos administrativos e outros tive o prazer de conhecer durante o exercício desses cargos). A minha relação com os gestores, o que me deixava uma sensação de estar vivo na instituição, encerrou completamente em dezembro de 2015: o grupo vitorioso na eleição para reitor foi a corrente oposicionista e, consequentemente, todos os cargos, com raríssimas exceções, foram ocupados por professores e técnicos administrativos que eu não tinha o prazer de conhecer.

O terceiro fato que “antecipou” minha aposentadoria foi de caráter pessoal/familiar. Uma das minhas filhas pretendeu abrir uma empresa de prestação de serviços estéticos e, para apoiá-la, eu precisava desvincular-me do serviço público.

Assim, em dezembro de 2015, estava eu aposentado, procurando emprego em alguma instituição de ensino superior particular, pois não pretendia me afastar do magistério. Felizmente, não apareceu nenhuma proposta razoável, o advérbio sendo colocado pelo fato de, em fevereiro de 2016, ter sido aberto um Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto do Instituto de Matemática, o que me permitiu retornar à UFAL e retornar ao ensino de Cálculo 1 e de Geometria Analítica, disciplinas que não lecionava de 1987. Naturalmente, esse retorno às origens foi muito desafiador, mas foi muito prazeroso.

Durante a realização do processo seletivo, ouvi um depoimento de um aluno de Matemática que me propiciou uma grande emoção. Quando, sentado nos velhos bancos do saguão do Instituto de Matemática, esperava a hora da realização da prova didática, um candidato disse-me que, na prova de títulos realizado no dia anterior, havia visto que eu era o autor do livro (Introdução à Álgebra Abstrata) que ele havia lido quando era estudante de graduação da Universidade Federal de Sergipe. Esse fato já foi, por si só, muito emocionante, mas, para meu gáudio, a coisa não parou por aí. Quando um aluno de Matemática, que eu não conhecia, adentrou no saguão, meu interlocutor disse “- Fulano (não consegui memorizar o nome do chegante), esse é o autor daquele livro de Álgebra”. Incontinentemente, o aluno dirigiu-se para mim e disse “- Me permita cumprimentá-lo”. Evidentemente, o expressar do prazer de me cumprimentar já foi muito gostoso, mas a afirmação que veio depois deixou-me nas nuvens: “- O senhor é uma lenda”.



52

Mais uma grande e emocionante surpresa

Em 1998, o Colegiado do Curso de Ciência da Computação efetuou uma reestruturação da disciplina Programação 1, definindo que o seu desenvolvimento seria baseado na linguagem C. Embora nunca tivesse estudado essa linguagem, enfrentei o desafio de aprender os seus conceitos básicos ao longo das aulas que ministrava para a turma de 1999. Tive muito trabalho, mas, contando com a ajuda dos alunos e de colegas professores, fui em frente e consegui até escrever o livro para *Aprendendo a Programar Programando na Linguagem C*, publicado em 2001, como já citado no capítulo 48. A ajuda dos meus alunos foi tão importante que registrei meus agradecimentos no prefácio do livro.

PREFÁCIO

Este é o terceiro livro que tive a felicidade de escrever com o objetivo de facilitar o processo

ensino/aprendizagem do desenvolvimento de programas de computadores [...]

É bem razoável se pensar que Dennis Ritchie ao projetar a linguagem C não a imaginou sendo utilizada para facilitar o ensino de programação, tendo a concebido para ser usada por programadores razoavelmente experientes. Esta concepção de linguagem para programadores faz com que a aprendizagem de C exija, normalmente, a aprendizagem anterior de alguma outra linguagem de programação com sintaxes mais simples e menos recursos de programação.

Ao escrever este livro tentei (e tenho uma forte impressão que consegui) vencer um grande desafio: escrever um livro para aprendizagem inicial de programação utilizando a linguagem C e que também pudesse ser utilizado com o objetivo específico da aprendizagem inicial da própria linguagem C.

[...]

Para enfrentar o desafio acima exposto, contei com a ajuda de várias pessoas. Na verdade, inúmeras pessoas pois ao longo destes dez anos em que lecionei a primeira disciplina de programação do curso de Ciência da Computação da Universidade Federal de Alagoas sempre contei com a efetiva participação de todos os alunos e de todos os colegas do Departamento de Tecnologia da Informação da universidade citada. No caso deste último livro, recebi ajuda efetiva do Prof. Aílton Cruz e dos alunos Cristiano Correia Silva Filho, Anderson Pontes Vieira, Rodrigo Albuquerque de Magalhães, Rosimeire Lima da Silva, Solon Levi Rodrigues da Silva, Ulisses Silva Melo, Glauber Vinicius Ventura de Melo Ferreira, Thiago Porfírio de Vasconcelos, Katiane Cintia Melo Silva, Márcia Robério de Costa Ferro, Sóstenes Leite da Silva Lucena, André Ferreira de Alécio Gomes, Carlos Albuquerque de Araújo Cordeiro, Cidorvan dos Santos Leite, Carlos Henrique Correia de Amorim, Nilvan Tavares Salviano, Júlio César de Oliveira Alves, Romero Medeiros Souto Ivlaior, Clisthenes Freira da Cruz Duarte, Deive Fabian Valeria Gomes, Demian Nabero Barba, Vitório Aragão Casaroli, Vallace Franco de Azevedo Nogueira e **Rodrigo de Barros Paes**.

[...]

O Rodrigo destacado também foi meu aluno de Cálculo Numérico, em 2000. Era um aluno brilhante. Aliava inteligência, dedicação, prazer em estudar e aprender, e sua participação nas aulas era motivadora para qualquer professor. “Emendou” graduação, mestrado e doutorado, concluído em 2007. Em 2009, ingressou no corpo docente da UFAL.

Quando da sua chegada, o Coordenador do Curso de Ciência da Computação, Evandro de Barros Costa, procurou-me e disse que o Rodrigo teria interesse em assumir as turmas de Programação 1. Lembro de um certo constrangimento na abordagem: afinal, eu lecionava essa disciplina há mais de quinze anos, já havia publicado quatro livros e, infelizmente, é comum colegas professores sentirem-se “donos” de disciplinas. Confesso que para mim foi um alívio. Como meus conhecimentos e interesses por programação limitavam-se ao desenvolvimento da sua aprendizagem, o aparecimento de outros paradigmas de programação e de competições nacionais tipo Olimpíadas Brasileira de Informática (não me sentia preparado para ser o “treinador” dos meus alunos) o fato de continuar ensinando Programação 1 já me trazia um pouco de incômodo. Além disso, era o Rodrigo que iria assumir a disciplina e eu tinha certeza que ele desenvolveria um trabalho melhor que o meu, o que se confirmou ao longo dos anos.

Para minha agradável surpresa, em algum dia do ano de 2016, o Rodrigo anunciou a iminente publicação do seu livro *Introdução à Programação com a Linguagem C*, publicado pela Novatec Editora, e comunicou-me que havia postado no livro um agradecimento a mim. Evidentemente, a comunicação por si só já me emocionou. Mas, quando ele me presenteou com um exemplar do livro (com uma dedicatória muito carinhosa) e vi o formato e a posição do agradecimento, foi emoção *top ten*. Restou-me, na ocasião, e resta-me agora, quando estou concluindo o livro, chorar e lembrar da mamãe, do papai e do esforço que eles fizeram para me educar.

Agradecimentos

Ao Professor Jaime Evaristo, que me fez descobrir a programação.

Aos meus colegas de profissão, que ao longo dos anos contribuem para o meu aprendizado.

Aos meus alunos que, com seus questionamentos, me ensinam constantemente.

Aos editores e revisores pela dedicação durante a confecção da versão final deste livro.



Posfácio

Prezado leitor, se está lendo estas linhas, provavelmente, você leu livro. Essa hipótese deixa-me muito feliz. Minha felicidade seria aumentada se você encaminhasse um e-mail para jaime@ic.ufal.br com o assunto LI O LIVRO. Não precisa se identificar, mas se o fizer, deixar-me-á mais contente ainda. Se deixar um comentário então ...

Um grande abraço,

Jaime Evaristo.
Em abril de 2018.

Formato: 155mm x 213mm

Tipologia: Texto Times New Roman, títulos Tahoma Papel miolo: Off-set 75g/m²

Papel capa: Cartão Supremo 250g/m² Tiragem: 100 exemplares

Impresso em 2018.



Esta obra foi impressa na oficina da Editora Q Gráfica Campus Universitário, BR 101,
Km 97,6

Tabuleiro do Martins - Fone: (82) 99351.2234 / 98748-9846 / 98214-3281 / 99993-3049 CEP:
57.072-970 - Maceió - Alagoas - Brasil

E-mail: qgrafica@yahoo.com.br - www.qgrafica.com.br